



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



MARIA JULIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**SERVIÇO SOCIAL E EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE A
PARTIR DO COLÉGIO ESTADUAL BENTO MOSSURUNGA
DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ – PR**

Ivaiporã - PR

2017

MARIA JULIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**SERVIÇO SOCIAL E EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE A
PARTIR DO COLÉGIO ESTADUAL BENTO MOSSURUNGA
DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ – PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Ms. Lilian Tatiane Candia
de Oliveira
Universidade Estadual de Maringá-UEM

Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Maringá-UEM

Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Maringá-UEM

Ivaiporã, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos espíritos de luz, que forneceram toda a energia e força necessária para a concretização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos meus pais, Sebastião Alves de Oliveira e Gorete Aparecida Ramos Rodrigues de Oliveira, que mudaram o curso de suas vidas para garantir que eu concluísse a graduação no nível superior de ensino. Meus agradecimentos se dirigem também à minha irmã, Ana Rubia, por estar sempre disposta à ajudar. Muito obrigada! Sem vocês nada disso seria possível!

Agradeço ao meu grande companheiro, Luís Gustavo Cândido e Silva, pela amizade, compreensão e carinho. Obrigada por ser meu maior incentivador. Amo-te imensamente!

A todos os docentes do Curso de Serviço Social, que ao longo destes quatro anos contribuíram de forma imensurável para minha formação pessoal e profissional.

À Profa. Ms. Lilian Tatiane Candia de Oliveira, por ter sido minha orientadora e referência durante esta pesquisa. Agradeço pela dedicação, paciência, compreensão e bom humor na condução das orientações. Saiba que a senhora tem um lugar especial no meu coração. Muito obrigada!

Aos meus amigos de classe por compartilharem experiências, angústias e alegrias ao longo da graduação.

Aos professores que compõem a banca examinadora, por contribuírem com seus conhecimentos nesta última etapa. Muíttissimo Obrigada!

Aos participantes desta pesquisa, pela disposição e contribuição para que ela fosse realizada.

Finalmente, agradeço a todos que de algum modo colaboraram para concretização da presente pesquisa.

Educar para um outro mundo possível é educar
para a qualidade humana para além do capital.

István Mészáros

OLIVEIRA, Maria Julia Rodrigues de. **Serviço Social e evasão escolar**: uma análise a partir do Colégio Estadual Bento Mossurunga do município de Ivaiporã-PR. 2017. 109 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2017.

RESUMO

Este estudo se constitui como Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional do Vale do Ivaí e objetiva analisar o quadro e mecanismos de enfrentamento em relação à evasão escolar do ensino médio, na rede estadual de ensino, do município de Ivaiporã-PR. Esta pesquisa tem como objeto de estudo a evasão escolar, movido pelo seguinte problema: “como se constitui e quais os mecanismos de enfrentamento em relação à evasão escolar no ensino médio no município de Ivaiporã-PR”. Para contemplar o objetivo proposto para esta pesquisa, foram definidos os objetivos específicos, atendidos mediante paralelismo capitular: 1) refletir sobre o Serviço Social na Política de Educação e a temática da evasão escolar; 2) discutir sobre a evasão escolar a partir da literatura especializada em Serviço Social; 3) conhecer o quadro e estratégias de enfrentamento em relação à evasão escolar no Colégio Estadual Bento Mossurunga de Ivaiporã-PR. A realização da pesquisa se deu a partir de um referencial teórico crítico e baseada nos princípios da pesquisa qualitativa, mediante a utilização de levantamento bibliográfico; levantamento de dados e entrevista semiestruturada. O estudo apontou que a evasão escolar deriva-se de múltiplos fatores, desta forma, a garantia da permanência dos estudantes na escola exige a articulação da Política de Educação às demais Políticas Sociais, o que configura a necessidade do assistente social na garantia dos direitos.

Palavras-chave: Evasão Escolar. Serviço Social. Educação. Escola. Estudantes.

OLIVEIRA, Maria Julia Rodrigues de. **Social Work and school dropout**: an analysis based on the school Colégio Estadual Bento Mossurunga in the city of Ivaiporã, Paraná. 109 p. Final Paper (Undergraduate Degree in Social Work) State University of Maringá, Ivaiporã, 2017.

ABSTRACT

This study is a final paper for purpose of undergraduate degree in Social Work from the State University of Maringá - Regional Campus of Vale do Ivaí and aims to analyze the picture and coping mechanisms of high school dropout in the state government education network in the city of Ivaiporã, Paraná. This research's object of study is the school dropout, driven by the following problem: "How it is constituted and the coping mechanisms of high school dropout in the city of Ivaiporã, Paraná". In order to comprehend the goal proposed for this research, the specific objectives were defined, which were met by means of chapter parallelism: 1) reflecting on school dropout from the Social Work's view in Educational Policy; 2) discussing about school dropout based on the specialized literature on Social Work and 3) getting to know the reality of state government schools in the central area of the city of Ivaiporã, Paraná, with focus on the school Colégio Estadual Bento Mossurunga. The research was carried out under critical direction and based on the principles of qualitative research, through the use of a bibliographical survey, data collection and semi-directed interview. The study pointed out that school dropout is derived from multiple factors, therefore, ensuring the permanence of students in school cannot be the responsibility of the Education Policy alone, so an articulation among the other Social Policies is necessary. It is also possible to state the social worker's contribution in guaranteeing the students' rights.

Keywords: School Dropout. Social Work. Education. School. Students.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Taxa de evasão escolar no Brasil entre 2007 e 2010..... | 22 |
| Quadro 2 – Projetos de Lei Federal..... | 34 |
| Quadro 3 – Evasão escolar por nível de ensino no Brasil entre 2007 a 2010..... | 52 |
| Quadro 4 – Evolução populacional: comparativo..... | 52 |
| Quadro 5 – Dados da evasão escolar por turno no Colégio Estadual Bento Mossurunga no ano de 2016..... | 57 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Escolas urbanas e rurais no município de Ivaiporã-PR | 54 |
| Tabela 2 – Taxa de evasão escolar no ensino médio dos colégios centrais de Ivaiporã-PR | 56 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CBAS | Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais |
| CEEBJA | Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos |
| CEFET | Centro Federal de Educação Tecnológica |
| CFESS | Conselho Federal de Serviço Social |
| CMDCA | Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente |
| CRESS | Conselho Estadual de Serviço Social |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| GT | Grupo de Trabalho |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| MEC | Ministério da Educação |
| MP | Medida Provisória |
| SAIJ | Serviço Auxiliar da Infância e Juventude |
| SEED | Secretaria Estadual de Educação |
| SERE | Sistema Estadual de Registro Escolar |
| UEL | Universidade Estadual de Londrina |
| UFE | Universidade Federal do Espírito Santo |
| UNB | Universidade de Brasília |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E A PROBLEMÁTICA DA EVASÃO ESCOLAR | 15 |
| 1.1 Breve aproximação histórica da evasão escolar no Brasil..... | 15 |
| 1.2 Serviço Social e Educação: uma perspectiva histórica | 23 |
| 1.3 O Serviço Social no âmbito educacional a partir do conjunto CFESS-CRESS..... | 28 |
| 2 A DISCUSSÃO SOBRE EVASÃO ESCOLAR A PARTIR DA LITERATURA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO SOCIAL | 35 |
| 2.1 A literatura especializada em Serviço Social e a temática de evasão escolar: a seleção da amostra | 36 |
| 2.2 A apresentação da amostra bibliográfica..... | 37 |
| 2.3 Eixos analíticos privilegiados na discussão do Serviço Social sobre evasão escolar..... | 40 |
| 2.3.1 Motivos da evasão escolar | 40 |
| 2.3.2 Intervenções possíveis | 43 |
| 2.3.3 Atuação interdisciplinar: foco no Serviço Social | 45 |
| 2.4 Algumas considerações referentes à literatura especializada em Serviço Social e a temática da evasão escolar | 48 |
| 3 A EVASÃO ESCOLAR A PARTIR DO COLÉGIO ESTADUAL BENTO MOSSURUNGA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR | 51 |
| 3.1 A pesquisa qualitativa na leitura do projeto..... | 51 |
| 3.2 Etapas procedimentais..... | 52 |
| 3.2.1 O município de Ivaiporã-PR..... | 53 |
| 3.2.2 Rede estadual de ensino do município de Ivaiporã | 54 |
| 3.2.3 Instrumentos de coleta de dados..... | 54 |
| 3.2.4 Critérios de seleção da instituição | 56 |
| 3.2.5 Critérios de seleção e caracterização do sujeito da pesquisa | 57 |
| 3.2.6 A inserção da pesquisadora no campo empírico | 58 |
| 3.3 Análise dos dados | 60 |
| 3.3.1 A evasão escolar no Colégio Estadual Bento Mossurunga | 60 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 3.3.2 | Intervenções frente à evasão escolar | 64 |
| 3.3.1 | A intersetorialidade no enfrentamento à evasão escolar: foco no Serviço Social | 67 |
| 3.4 | Reflexões referentes à realização do estudo empírico | 71 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 74 |
| | REFERÊNCIAS..... | 78 |
| | APÊNDICE | 87 |
| | APÊNDICE A - LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO REALIZADO NAS REVISTAS QUALIS A1, A2, B1 E B2..... | 87 |
| | APÊNDICE B - CARTA DE APRESENTAÇÃO..... | 105 |
| | APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 106 |
| | APÊNDICE D – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA..... | 108 |

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se constitui como Trabalho de Conclusão do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional do Vale do Ivaí e, apresenta como objeto de estudo a evasão escolar no nível médio da educação básica, da rede estadual de ensino. A evasão escolar é a infrequência do estudante durante o ano letivo, sem a efetuação da matrícula pelo mesmo, no ano letivo seguinte. Na concepção de Klein (2008), a evasão escolar caracteriza-se pela não matrícula do estudante no ano letivo seguinte, independente se foi aprovado ou reprovado (SARAIVA apud PARANÁ, 2013; KLEIN, 2008; GAIOSO, 2005).

O interesse pelo tema surgiu a partir da experiência acadêmica no projeto de extensão “Pró-Infância: Projeto de estudos sobre a infância e juventude”, bem como cumprimento de estágio curricular no Serviço Auxiliar da Infância e Juventude (SAIJ), do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – Comarca de Ivaiporã, ambos ligados ao âmbito da garantia e violações dos direitos da criança e do adolescente. A inserção da pesquisadora no referido projeto de extensão e o cumprimento de estágio supervisionado proporcionaram a aproximação e interesse pela área da infância e juventude, e, conseqüentemente instigou o interesse pela evasão escolar, haja vista que é um fator violador dos direitos de milhares de crianças e adolescentes no Brasil.

Nesse sentido, o enfrentamento da evasão escolar pode prevenir “[...] situações de violência acometida à criança e ao adolescente, pois ao desvincularem-se da escola ficam mais vulneráveis socialmente” (KAEFER; LEAL, 2012, p. 3).

Desta forma, justifica-se a importância da temática com relação à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, uma vez que a não permanência dos mesmos nas instituições escolares corresponde a violações de seus direitos, inclusive os submetem às diversas situações de vulnerabilidade social.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente primam pelo direito do acesso e permanência dos estudantes nas escolas, entretanto, se considerarmos as elevadas taxas de evasão escolar podemos inferir que os direitos destes sujeitos estão sendo violados.

Deve-se considerar ainda o que afirmam Kaefer e Leal (2012, p.2), sendo “a escola [...] uma instituição com significativa influência na vida dos indivíduos e da sociedade.” Assim, justifica-se a importância da presente pesquisa, bem como

argumenta-se que o presente estudo possibilitará a aproximação da sociedade; profissionais do Serviço Social; comunidade acadêmica; discentes e docentes à temática, e, poderá contribuir para a discussão do Serviço Social na Política de Educação, bem como, subsidiar outras pesquisas referentes ao tema, principalmente no que tange ao Serviço Social, haja vista que a temática é escassa nesta área do conhecimento.

Desta forma, devido à relevância da temática definiu-se a evasão escolar no ensino médio como recorte desta pesquisa. Objetivando conhecer o quadro da evasão escolar, dentro dos limites do trabalho, levantaram-se os dados do ano letivo de 2016 referentes à evasão escolar nas escolas centrais da rede estadual de ensino do município de Ivaiporã-PR, sendo possível identificar que o Colégio Estadual Bento Mossurunga apresenta os maiores índices de estudantes em evasão escolar, motivo pelo qual foi selecionado como o campo empírico da presente pesquisa.

Por conseguinte, verificou-se junto à secretaria da instituição o número referente à evasão escolar por período de aula, constatando assim, que o período noturno apresenta o maior índice de evasão escolar, razão pela qual optou-se por selecionar como sujeito da pesquisa, a gestora pedagógica responsável por este período de aula.

Para tanto, definiu-se como objetivo geral analisar o quadro e mecanismos de enfrentamento em relação à evasão escolar do ensino médio, no município de Ivaiporã-PR.

Sendo assim, buscou-se compreender os principais motivos da evasão escolar na instituição; intervenções realizadas e sua compreensão com relação ao enfrentamento intersetorial da questão e a possibilidade de inserção de assistentes sociais nas escolas, principalmente no que tange ao enfrentamento da evasão escolar, possibilitando o alcance do problema de pesquisa: “Como se constitui e quais os mecanismos de enfrentamento em relação à evasão escolar no ensino médio, no município de Ivaiporã-PR”.

A fim de atingir o objetivo proposto, foram definidos os seguintes objetivos específicos, atendidos a partir do paralelismo capitular. Assim, o primeiro capítulo tem como objetivo refletir sobre o Serviço Social na Política de Educação e a temática da evasão escolar, abordando a relação histórica entre ambas, bem como a inserção do Serviço Social na Educação, a partir do conjunto CFESS/CRESS.

O segundo capítulo discute a evasão escolar, a partir da literatura especializada, por meio dos periódicos selecionados mediante levantamento bibliográfico nas revistas da área (ou de relevância) do Serviço Social, na relação das revistas Qualis/2015 das categorias A1, A2, B1 e B2. A discussão fundamentou-se a partir de cinco artigos, os quais foram analisados de acordo com os eixos analíticos provenientes da amostra selecionada: motivos da evasão escolar; intervenções possíveis e atuação Interdisciplinar com foco no Serviço Social.

O conteúdo inicial do terceiro capítulo refere-se à metodologia utilizada para a realização da pesquisa: o conceito de pesquisa qualitativa; os aspectos relacionados às etapas procedimentais; a caracterização do município de Ivaiporã-PR; a rede estadual de ensino do município; instrumentos de coleta de dados; critérios para a seleção da instituição e sujeitos da pesquisa, bem como a inserção da pesquisadora no campo empírico. O conteúdo final do terceiro capítulo corresponde às informações coletadas junto à gestora pedagógica (sujeito da pesquisa) do Colégio Estadual Bento Mossurunga, mediante entrevista semiestruturada, possibilitando a realização de análise dos dados a partir dos seguintes eixos analíticos: a evasão escolar na instituição; intervenções frente à evasão escolar e a intersetorialidade no enfrentamento à evasão escolar com foco no Serviço Social.

Na sequência, foram tecidas as considerações e reflexões referentes à realização da pesquisa de campo, bem como as considerações finais do estudo, que apresentam os resultados referentes à pesquisa, e as possíveis contribuições da mesma para a comunidade acadêmica, profissionais do Serviço Social e áreas afins.

1 O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A PROBLEMÁTICA DA EVASÃO ESCOLAR

O Brasil possui diversas legislações que asseguram o acesso e a permanência dos adolescentes nas instituições escolares. A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) são exemplos de legislações que buscam garantir o direito ao acesso e a permanência das crianças e dos adolescentes nas escolas. Embora se reconheça os avanços significativos nas legislações a partir da década de 1980, a evasão escolar continua sendo um dos grandes dilemas presentes em todos os níveis educacionais.

Desta forma, o primeiro capítulo tem como objetivo refletir sobre o Serviço Social na Política de Educação e a temática da evasão escolar. Para tanto, apresentou-se um breve histórico da evasão escolar, a relação histórica entre a Política de Educação e o Serviço Social, a partir da literatura especializada e, por último, breves considerações referentes ao Serviço Social na política educacional na perspectiva do conjunto CFESS-CRESS.

1.1 Breve aproximação histórica da evasão escolar no Brasil

Para discutir sobre a temática evasão escolar, primeiramente, faz-se necessário realizar uma breve explanação acerca do termo. Baggi e Lopes (2011), entendem evasão escolar como um problema complexo que resulta em várias consequências para todos os setores da sociedade. De acordo com Gaioso (2005), também pode ser entendido como a interrupção do processo de escolarização, antes de finalizá-lo.

O acesso à educação está garantido em várias legislações brasileiras, sendo a mais importante, a Carta Magna de 1988, que estabelece no Artigo 206 a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

Ademais, a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), que estabelece as normas e fundamentos da educação nacional, também dispõe sobre a inserção dos jovens no ambiente escolar, estabelecendo como primeiro princípio da organização escolar a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996).

O ECA é outro exemplo de legislação brasileira que assegura o direito à educação e, assim como a LDB e a Constituição Federal de 1988, também prevê a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1990).

Contraopondo-se às garantias legais referentes à permanência dos alunos na escola, a literatura especializada indica que a luta pela garantia dos direitos estabelecidos é árdua, tendo em vista que a escola é heterogênea, com sujeitos sociais que apresentam culturas, interesses e origens distintas. Assim, também se deve considerar que as expressões da questão social¹ encontram-se presentes neste espaço, o que pode gerar conflitos e dificuldades no acesso e na permanência dos estudantes no ambiente escolar (KAEFER; LEAL, 2012, p. 2-3).

Segundo Santos (2001), as causas da evasão escolar estão associadas às questões referentes à renda familiar e problemas socioculturais dos alunos, haja vista que o quadro de exploração e exclusão de determinados grupos e classes sociais derivam de um longo processo histórico. Desta forma, faz-se necessário uma discussão a partir dos primórdios da educação no Brasil, a fim de desvendar a origem do complexo processo de exclusão social que contribuiu para a constituição da evasão escolar.

Para compreender a gênese da evasão escolar e seu desenvolvimento histórico, apresenta-se de forma breve o período jesuítico, buscando expor elementos fundamentais da educação na referida época.

Partilhando do pensamento de Bello (2001), o período jesuítico inicia-se com a chegada dos jesuítas ao Brasil no ano de 1549 e a criação das primeiras escolas de ler e escrever. O padre Manuel da Nóbrega² foi responsável por comandar a Companhia de Jesus e fundar a primeira escola jesuíta.

Shigunov Neto e Maciel (2008, p.172) explanam sobre o surgimento da Companhia de Jesus, que ocorreu no ano de 1540 em meio ao período em que a Igreja Católica buscava mecanismos para impedir o avanço da Reforma Protestante, por meio da catequização e educação da população nos territórios colonizados.

¹ Segundo Carvalho e Iamamoto (1983, p.77) “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

² Manuel da Nóbrega foi coordenador da Companhia de Jesus entre 1549 e 1570, sendo enviado pelo Rei Dom João III, responsável à época pela Coroa Portuguesa, para desenvolver os programas de “catequese e escola”.

A Companhia de Jesus satisfazia o interesse da Igreja Católica, que estava voltado a propagar a fé católica e catequizar a população aqui existente, bem como os interesses da Coroa Portuguesa, pois tinha como objetivo “civilizar” os indígenas, propagando a ideia favorável ao trabalho, pois, assim, criavam-se mecanismos para a consonância da subalternidade estabelecida com Portugal (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008, p. 174).

A educação no período jesuítico era excludente, já que a mesma estava destinada apenas aos descendentes dos colonizadores, senhores de engenho e proprietários de terra, aos índios, mestiços e negros destinavam-se as atividades braçais (BELLO, 2001).

Os sistemas mundiais de ensino na referida época ainda eram embrionários, e, o Brasil apresentava um precário sistema de ensino (MATTOS, 1958 apud SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008). Nesse período a população não compreendia a educação como um direito, tampouco existia uma política educacional consolidada, logo a evasão escolar não era configurada como uma violação aos direitos dos cidadãos (HADDAD, FRANCO, SILVA, 2011, p. 276).

Ainda no período colonial, os negros africanos foram trazidos ao Brasil a fim de serem escravizados pelos proprietários de terra e engenho de açúcar. Aos escravos estavam destinadas apenas as atividades braçais, jamais o acesso ao conhecimento e às escolas. O ensinamento oferecido aos negros, assim como ocorreu com os índios após a chegada dos jesuítas, pautava-se na fé católica, e não tinha por finalidade o letramento³, mas sim, a aceitação das suas condições de vida e exploração, evitando fugas e obstinações (COSTA; OLIVEIRA; MENEZES, 2015).

Desta forma, é possível constatar que a educação brasileira possui um amplo histórico de exclusão, embora nessa época esta não se configurasse através do processo de evasão escolar, uma vez que era garantido o acesso ao ensino apenas a algumas parcelas da população.

De acordo com Santos (2001), a exclusão dos índios, negros e mestiços, da educação, interferiu na composição da sociedade brasileira, o processo sequencial da exclusão social e perpetuação do *status quo* da classe trabalhadora, pois é fato que evasão escolar é influenciada a partir das condições concretas de sobrevivência e cotidianas da vida dos estudantes. Considerando que muitos alunos evadidos

³ De acordo com Goulart (2006, p. 452) “[...] o letramento estaria relacionado ao conjunto de práticas sociais orais e escritas de uma sociedade.”

descendem dos mesmos grupos excluídos deste processo histórico, pode-se concluir que há a perpetuação das condições objetivas de vida destes grupos, o que os impedem de ter acesso e permanecer nas instituições escolares.

Para Haddad, Franco e Silva (2011, p.277), “mesmo com a abolição da escravidão em 1888 e com a República continuou-se a proclamar esta inferioridade que era atribuída também aos índios e aos mestiços”, prorrogando o quadro de exclusão daqueles grupos sociais.

No período conhecido como “República Velha”, “Primeira República” ou “República dos Coronéis” (1888-1930) a educação continuou restrita à elite brasileira. A educação primária era destinada para toda população, entretanto a educação secundária e o ensino superior eram destinados apenas à população selecionada (DELANEZE, 2006).

A seletividade dos alunos para o ensino secundário e superior pautava-se nas condições biológicas, ou seja, na capacidade intelectual do aluno de ingressar nas respectivas classes de aula (CURY, 2008). Segundo Haddad, Franco e Silva (2011, p.277) esse fundamento de seleção deriva do Darwinismo Social⁴, onde os “mais aptos” seriam selecionados para o acesso ao ensino secundário e superior. Assim,

[...] a teoria de Darwin da seleção natural, a qual difundia a ideia de raças superiores e inferiores traz influências sobre a escola na forma de dois movimentos: a eugenia e o higienismo. A eugenia colocava que as raças não poderiam ser misturadas garantindo, desta forma, a conservação das raças superiores. Sob influência destas ideias são incorporados os testes e medidas psicológicas para seleção dos melhores. Já com o higienismo ocorre uma predominância do saber médico sobre as escolas, estavam ligadas às ideias sanitaristas (HADDAD, FRANCO, SILVA, 2011, p.277).

A partir do período conhecido como Segunda República, o qual teve início na década de 1930 e foi prolongado até meados de 1936, o Brasil ganhou espaço no cenário capitalista mundial, pois o país começou a investir no desenvolvimento industrial, assim, ocorreram alguns avanços no quadro educacional brasileiro, pois as demandas da época exigiam mão de obra especializada (BELLO, 2001).

O desenvolvimento industrial do país e o aumento das crianças na região urbana, resultado do êxodo rural da população em busca de melhores condições de

⁴ Segundo Bolsanello (1996, p.154) “o darwinismo social pode ser definido como a aplicação da leis da teoria da seleção natural de Darwin na vida e sociedades humanas.”.

vida, passou a ser expressão e demanda para o Estado. Desta forma, houve a ampliação do número de escolas e reformas no ensino, a fim de incorporar o ensino técnico voltado para o trabalho industrial (SANTOS, 2001).

A Carta Magna de 1934 apresentou significativos avanços para educação quando dispôs no Artigo 149:

A educação é direito de todos e deve ser ministrado, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934).

Entretanto, os avanços construídos durante a Segunda República pareciam esquecidos durante o Estado Novo⁵ e, a distinção entre classes permeava cada vez mais o âmbito educacional, distinguindo a educação intelectual destinada para as classes altas e o ensino técnico para as classes menos favorecidas (BELLO, 2001).

No ano de 1961 foi promulgada a Lei nº 4.024 que deliberava sobre as diretrizes e bases da educação nacional. A referida lei constituiu-se como um marco excludente da educação, uma vez que no Artigo 30 previa a não obrigatoriedade do ensino quando “comprovado estado de pobreza do pai ou responsável” (BRASIL, 1961).

Segundo Cury (2008, p.214) “o indivíduo em ‘estado de pobreza’ está privado das virtudes de um direito proclamado como essencial para a vida social”. Desta forma, confirma-se que a exclusão sempre esteve presente no panorama educacional brasileiro, mesmo quando a educação se constituía como um direito e dispunha de mecanismos legais para sua consolidação.

Entretanto, o período que compreende a década de 1950 e os primeiros anos da década de 1960 apresentou avanços na área educacional, uma vez que em 1953 a educação passou a ser gerenciada pelo Ministério da Educação e Cultura, e, no ano de 1962 houve a criação do Conselho Federal de Educação, Programa Nacional de Alfabetização e o Plano Nacional de Educação (BELLO, 2001).

O período do Regime Militar (1964-1985) teve como prioridade máxima o desenvolvimento econômico do país, desta forma privilegiavam a educação voltada

⁵ “O Estado Novo é definido como o regime ditatorial comandado por Getúlio Vargas, que compreende os anos de 1937 a 1945.” (SANTOS, 2009).

à formação profissional, pois assim, responderiam as demandas das indústrias e comércios. Este período foi marcado pela violência, repressão, tortura e interrogatórios atribuídos aos sujeitos considerados como possíveis ameaças ao projeto desenvolvimentista (BELLO, 2001).

Ainda durante a Ditadura Militar, especificamente em 1971, foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação que dispunha sobre a organização do ensino de primeiro e segundo graus. A lei previa o aumento para oito séries do primeiro grau e a profissionalização obrigatória para todos os estudantes do segundo grau, entre outras providências relacionadas à educação (BRASIL, 1971).

A oferta dos cursos profissionalizantes estava vinculada aos interesses das organizações comerciais e industriais, comprovando assim, que o objetivo da reforma era conceder mão de obra especializada ao mercado e, assim, proporcionar o desenvolvimento econômico tão almejado naquele momento. Desta forma, as escolas deveriam oferecer a educação técnica, desconsiderando vários aspectos, como a criação de um numeroso exército de reserva, vez que os municípios não teriam empresas suficientes para absorver os recém-formados (INEP, 1982, p.29-33).

Mészáros (2008) discorre sobre as soluções encaradas na política educacional e a necessidade das propostas de reformas educacionais serem dissociadas aos interesses do capital, objetivando romper com as matrizes ideológicas que legitimam a ordem social vigente. As reformas educacionais devem ser acompanhadas de um caráter de totalidade, pois é necessário que se garanta os interesses de todos os cidadãos, assim como uma educação voltada para emancipação do ser social, garantindo principalmente seu desenvolvimento cultural e político, fugindo das propostas reformistas que preveem uma “educação vocacional”, que resultaria na privação dos sujeitos sociais à realização de atividades determinadas, sem levar em consideração suas vontades, valores e decisões.

O caráter antidemocrático⁶ da elaboração e promulgação da LDB (1971), a não adaptação dos Estados à nova legislação mantendo as escolas acadêmicas mesmo após a sua aprovação, o número crescente de ex-estudantes que não exerciam as funções de suas formações técnicas são alguns fatores que

⁶ Explica-se por ser promulgada durante o período do Regime Militar.

contribuíram para consequências como a “grande distorção idade/série, bem como porcentagem significativa de evasão escolar, sobretudo pelo fato da grande parcela da população na faixa etária de 15 a 19 anos já estar integrada na força de trabalho” (INEP, 1982, p. 46).

De acordo com Mészáros (2008, p.26), o fracasso das reformas educacionais deriva das propostas de “[...] reformas lúcidas, reconciliadas com o ponto de vista do capital [...]”, quando deveriam ser propostas para além dos interesses do capital, objetivando o desenvolvimento do ser social, a partir do ensino concreto, seu desenvolvimento social, político e emancipatório.

Neste período a evasão escolar passou a ganhar atenção do Estado, haja vista que trazia prejuízo aos investimentos públicos que estavam sendo realizados na área educacional e impossibilitava o projeto desenvolvimentista, já que o número de mão de obra técnica diminuía conforme aumentava o número de evadidos das instituições escolares. Haddad, Franco e Silva (2011, p.279) afirmam:

A evasão escolar passa a se configurar como foco de preocupações do Estado, que anteriormente não existia, à medida que este aluno que frequentava a escola e que a abandonava consistia num custo alto para os cofres públicos.

A década de 1980 foi um grande marco para a sociedade brasileira, já que se configurou através da luta dos movimentos sociais pela redemocratização (CURY, 2008, p. 216). As lutas pela educação também ganharam espaço durante a década de 1980, quando educadores passaram a fazer reivindicações “pautadas na preocupação com a permanência do aluno na escola, com a distorção idade-série, a qualidade do ensino” (HADDAD, FRANCO e SILVA, 2011, p. 280).

No ano de 1988, foi promulgada a Constituição Federal do Brasil que assegura direitos relacionados ao exercício da cidadania, inclusive dispõe a educação como um direito social e voltado fundamentalmente para o exercício da cidadania (CURY, 2008, p. 216).

A Carta Magna aprovada em 1988 caracteriza a Política de Educação como direito universal, garantida pelo Estado e pela família, com a colaboração da sociedade civil, sendo baseada nos princípios de liberdade, igualdade, gratuidade, pluralismo e gestão democrática (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal é a base para a formulação de outras legislações referentes ao direito da educação, como a LDB, aprovada em 1996 no governo de Fernando Henrique Cardoso. A nova LDB traz inovações quanto à criação do Plano Nacional de Educação, que viabiliza melhorias no planejamento na área da educação, o aumento das verbas da União à educação, e o caráter de formação voltada para o exercício da cidadania (LUCHETTI, LAZÁRO e SILVA, 2010, p. 22).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) divulgou recentemente um relatório que aponta os avanços na educação decorrentes das legislações formuladas a partir da Constituição Federal de 1988, como o ECA (1990) e a LDB (1996). Segundo o UNICEF, “desde 1990 o Brasil reduziu em 64% a evasão escolar de crianças e adolescentes” (BRASIL, 2015).

Entretanto, a evasão escolar continua a ser objeto central de preocupação nas escolas e na sociedade, uma vez que os números elevados de evadidos continuam presentes no cenário educacional, principalmente no que diz respeito às séries do ensino médio, ferindo assim o direito constitucional de acesso e permanência na educação. Conforme apresenta o quadro 1:

Quadro 1 — Taxa de Evasão Escolar no Brasil entre 2007-2010

| Taxa de Evasão escolar | | | | |
|------------------------|--------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Período | Total evasão | Evasão na 1ª série - Médio | Evasão na 2ª série - Médio | Evasão na 3ª série - Médio |
| 2007 | 13,2 | 16,5 | 12,4 | 9,4 |
| 2008 | 12,8 | 15,9 | 12,1 | 9,3 |
| 2009 | 11,5 | 14,1 | 10,6 | 8,4 |
| 2010 | 10,3 | 12,5 | 9,6 | 7,6 |

Fonte: MEC/ INEP/ Censo Escolar (2007-2010)

Segundo os dados apresentados no quadro acima, o Brasil ainda apresenta números significativos de adolescentes fora das instituições escolares, comprovando a centralidade do tema nas discussões atuais.

Nesse contexto, é possível discutir sobre a inserção do Serviço Social no âmbito educacional, já que assistentes sociais podem contribuir através de suas competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política na efetivação do acesso e permanência escolar, garantindo assim a concretude do direito social à educação (FREITAS, ENGLER, 2015). Desta forma, busca-se evidenciar a seguir a

relação histórica entre o Serviço Social e a Educação, bem como as transformações sócio-históricas construídas pela categoria profissional na área educacional.

1.2 Serviço Social e Educação: uma perspectiva histórica

Segundo Dentz e Silva (2015, p.10) a relação entre o Serviço Social e a Educação advém do ano de 1906, especificamente dos Estados Unidos, quando profissionais eram chamados para verificar através de visitas domiciliares, o motivo pelos quais os pais deixavam de garantir a educação aos filhos, bem como questões que influenciavam no rendimento escolar do estudante.

De acordo com Martinelli (2011, p. 110), a “passagem pela escola precisava dar-se do modo mais rápido possível, pois a criança também era força de trabalho e de baixa remuneração”. Nesse sentido, os profissionais voltavam suas ações para as dificuldades de aprendizagem e que concomitantemente contribuíam para o rendimento escolar e evitavam a evasão escolar dos estudantes, questões que poderiam ocasionar maior tempo de permanência das crianças nas escolas.

No Brasil, a relação pode ser percebida a partir da década de 1940 com o avanço institucional do Serviço Social nas várias esferas, como a saúde, as empresas e a educação. No entanto, essa relação foi consolidada apenas na década de 1990, em decorrência do crescimento de profissionais na área da educação e do amadurecimento teórico-metodológico, ético e político do Serviço Social, após o longo Movimento de Reconceituação⁷ (DENTZ; SILVA, 2015, p. 15).

A partir da década de 1930 o Brasil apresentou forte crescimento industrial e aumento da população urbana, em razão do novo projeto nacional que visava o desenvolvimento industrial e econômico do país, desta forma, o Estado buscava legitimação política junto aos novos grupos emergentes no setor urbano. Para isso, pretendia-se garantir reivindicações da classe trabalhadora como estratégia de conter as manifestações contrárias ao novo projeto nacional e controlar a população (SILVA, 2002, p. 42).

É neste contexto que o Serviço Social foi criado de forma institucionalizada através da fundação da Escola de Serviço Social de São Paulo, no ano de 1936. A partir de então ocorreu um aumento da demanda por assistentes sociais, exigindo

⁷ O Movimento de Reconceituação é expressão do processo internacional de corrosão do Serviço Social Tradicional (NETTO, 2011).

formação profissional para a atuação em diversos setores da sociedade. O Estado é um dos setores que passa demandar o assistente social, uma vez que o profissional iria atuar na consolidação e preservação dos interesses burgueses que emergiam àquela época (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 183).

Concomitantemente, a educação passou a ser centro das atenções governistas, uma vez que o desenvolvimento industrial demandava mão de obra especializada, assim, o Estado garantiu educação profissionalizante à população, transformando a educação em instrumento de manipulação e legitimação dos interesses burgueses e do desenvolvimento econômico do país (FREITAG, 1980 apud HENN; NUNES, 2013, p. 1046). Desta forma, pode-se considerar que o Serviço Social e a Educação possuem uma relação histórica, pois, ambos foram instrumentos de controle das massas e consolidação dos interesses burgueses e estatais que emergiram durante a década de 1930.

A gênese da relação entre Serviço Social e a Educação também possui características semelhantes à atuação dos profissionais norte-americanos de 1906. De acordo com Pinheiro (1985 apud WITIUK, 2004, p. 23), no ano de 1928 o Estado de Pernambuco determinou a criação de um grupo de funcionários destinados a realizar visitas domiciliares com o objetivo de verificar as condições em que as crianças e adolescentes viviam.

Considerando que as instituições escolares eram mecanismos para a legitimação dos interesses desenvolvimentistas, o Serviço Social é requisitado para atuar junto à educação no sentido de efetivar fiscalização moral das famílias e atuar como elo entre as famílias e as escolas.

Partilhando do pensamento de Witiuk (2004, p.24):

As modalidades interventivas serão objetivadas para a integração social dos indivíduos no espaço escolar, comunitário e doméstico, reforçando a identidade subalterna por meio da inculcação de valores dominantes e da interferência no seu modo de vida com adoção de condutas comportamentais adequadas aos parâmetros morais.

Até a década de 1940 o Serviço Social brasileiro pautava-se nos fundamentos europeus, entretanto, com o fim da II Guerra Mundial e o estreitamento político e econômico do Brasil com os Estados Unidos, possibilitou a aproximação do Serviço

Social com as direções formativas norte-americanas que se baseava na época no Desenvolvimento de Comunidade⁸ (SILVA, 2002).

A influência norte-americana também esteve presente na formulação e aplicação do golpe militar, não apenas no âmbito nacional brasileiro, mas também nos cenários nacionais latino-americanos. De acordo com Netto (2011, p.16):

[...] o hegemonismo norte-americano, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma contra-revolução preventiva em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social).

O Regime Militar foi instalado em 1964 na tentativa de frear o avanço da ideologia comunista que efervescia por toda a América Latina, assim, os movimentos sociais foram fortemente reprimidos e ocorreram opressões, violências físicas, torturas para conter possíveis ameaças aos interesses do Estado (WITIUK, 2004, p. 56).

A partir do Regime Militar (1964-1985), o objetivo do Estado era dar continuidade ao plano desenvolvimentista, ou seja, garantir expansão e acúmulo de capital. Neste período as ações governistas objetivavam a aceleração e êxito da expansão do capital financeiro (NETTO, 2011, p.30). Sendo assim, o investimento no âmbito educacional apresentou significativo crescimento, pois segundo Frigotto (2001 apud WITIUK, 2004, p. 51) “um acréscimo marginal de escolaridade, corresponderia um acréscimo marginal de produtividade”, uma vez que a formação educacional significava produção de mão de obra para laborar nas indústrias e garantir assim o desenvolvimento econômico do país.

O Estado passou a demandar ações e formação profissional técnica do Serviço Social, razão pela qual, não cabia mais aos assistentes sociais pautarem suas práticas no Serviço Social Tradicional. Segundo Netto (2011, p.129), este processo é contraditório, pois ao mesmo tempo em que o Estado passa a requisitar um novo perfil de profissional, abre-se espaço para o questionamento e o surgimento de oposições ao regime militar.

⁸ De acordo com Silva (2002, p. 45), o Desenvolvimento de Comunidade “pauta-se por uma visão acrítica e aclassista que se sustenta em pressupostos de uma sociedade harmônica e equilibrada, percebendo a comunidade como unidade consensual [...]”.

Entretanto, Netto (2011) afirma que o novo perfil profissional requisitado pelo Estado não é o único fator contribuinte para o Movimento de Reconceituação, pois a aproximação às teorias das Ciências Sociais na formação profissional introduziram o pluralismo teórico na formação acadêmica, bem como o amadurecimento profissional, abertura de espaços acadêmicos e o cenário latino-americano que apresentava movimentos questionadores do Sistema Capitalista e da atuação profissional, foram fatores contribuintes para o processo de renovação⁹ do Serviço Social.

Ainda de acordo com Netto (2011), as perspectivas de transformações no âmbito da formação profissional apresentada pelo Movimento de Reconceituação eram constituídas a partir de três propostas: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e, a intenção de ruptura. A proposta modernizadora e de reatualização do conservadorismo não trouxeram avanços para a profissão, uma vez que se pautaram em fundamentos conservadores e ainda se mantinham subordinadas aos interesses do capital (WITIUK, 2004, p.73).

Entretanto, a partir da década de 1970, o Serviço Social apresentou aproximação com as leituras marxistas, o que contribuiu para a formação do Método BH, que apresentava uma intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional. Porém, deve-se considerar que a aproximação com a leitura marxista naquele período se deu de forma enviesada, pois a aproximação ocorreu por meio de militância política e sem o respaldo teórico das obras próprias de Marx, tornando-se fiéis do marxismo vulgar, já que se contentavam com manuais e esquemas reducionistas da obra marxiana, bem como obras de demais autores, como Lênin, Trotsky, entre outros, que muitas vezes distorciam a obra original de Karl Marx (NETTO, 2009).

Ainda assim, deve-se considerar que esta aproximação se deu durante a Ditadura Militar, que execrava qualquer maneira de manifestação e resistência à ordem capitalista e, apesar das condições desfavoráveis apresentadas naquele contexto histórico, o Método de BH constituiu-se como uma forma de resistência, embora não tivesse a aproximação à obra fiel de Marx.

⁹ “Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais” (NETTO, 2011, p. 131).

Diante deste contexto, é importante salientar que a apropriação da teoria crítica como possível fundamento para o Serviço Social ocorreu em um período onde a repressão aos movimentos sociais e ideologias comunistas aconteciam de forma brutal (SILVA, 2011, p. 55). Entretanto, a partir da década de 1970, alguns fatores contribuíram para o desenvolvimento da perspectiva crítica, pois de acordo com Dentz e Silva (2015, p.21) “[...] a abertura à pesquisa; a ascensão do marxismo acadêmico; o enfraquecimento do regime militar; entre outros aspectos [...]” foram fundamentais para o avanço da teoria marxista como base para a transformação do Serviço Social.

O descontentamento da população com o Regime Militar, na década de 1970, o aprofundamento da dívida externa e da desigualdade social, decorrentes do chamado “Milagre Econômico”, levaram à intensificação de movimentos em prol da democracia e dos direitos sociais (WITIUK, 2004, p. 111). Assim, de acordo com Sader (1999 apud ORTIZ, 2010, p.182), através de um “pacto de elites” fora indicado Tancredo Neves para a disputa eleitoral, conquistando o cargo presidencial no ano de 1985.

Durante a década de 1980 a proposta de intenção de ruptura foi debatida intensamente entre os grupos de profissionais do Serviço Social. De acordo com a autora Iamamoto (2015, p. 185), essa nova proposta previa uma formação e atuação crítica, voltada para ações eficientes e dotada de valores éticos e políticos na defesa de princípios como a democracia e a liberdade. É importante salientar também que a partir dos preceitos da nova proposta, foi instaurado o Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (1993) e, as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social (1996) (IAMAMOTO, 2015, p. 50).

A Educação também enfrentou transformações com a promulgação da Constituição Cidadã, entretanto, os avanços educacionais conquistados através de reivindicações, movimentos e participação popular não solucionaram inicialmente o problema educacional existente no país, já que ao ingressar na década de 1990 o Brasil apresentava um alarmante quadro de analfabetismo, com cerca de 30 milhões de crianças acima de 5 anos de idade analfabetas (DENTZ; SILVA, 2015, p.22).

No entanto, o Brasil chegou ao ano 2000 apresentando um quadro educacional diferente do quadro apresentado no início da década de 1990. O quadro apresentava significativos avanços no âmbito educacional, pois expandiu-se de 80 para 96% o número de estudantes entre sete a quatorze anos, matriculados nas

instituições públicas de ensino, e de 49,7 para 83% os adolescentes de quinze a dezessete anos (OLIVEIRA, 2007, p. 680 apud DENTZ, SILVA, 2015, p. 24).

Em relação à expansão e consolidação do Serviço Social no âmbito educacional, na década de 1990, pode-se atribuir aos avanços e maturação do Serviço Social, após a constituição de mecanismos legais que atribuíam à profissão caráter crítico e científico, as afinidades construídas entre ambas as áreas a partir da Constituição Federal de 1988 e o ECA, que prevê o trabalho em rede para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes (DENTZ; SILVA, 2015, p. 23).

O crescimento gradativo de assistentes sociais com interesses ligados ao âmbito educacional, o crescente número de artigos inscritos para apresentação no Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS), ocorrido no ano de 1995, também foram fatores contributivos à consolidação da relação entre o Serviço Social e a Educação e, posteriormente, a criação de um Grupo de Estudos sobre a temática proposto no 30º Encontro Nacional do Conjunto formado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), no qual apresentam avanços relevantes ao decorrer dos anos iniciais do século XXI (CFESS, 2011). Desta forma, apresentam-se a seguir reflexões acerca da inserção do Serviço Social na educação, na perspectiva do conjunto formado pelo CFESS-CRESS.

1.3 O Serviço Social no âmbito educacional a partir do conjunto CFESS-CRESS

Conforme mencionado anteriormente, o avanço político do Serviço Social, a expansão do interesse profissional referente à área educacional, resultando no significativo aumento de trabalhos inscritos nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais a partir de 1995, foram fatores contributivos para a fundação de um grupo de estudo sobre a temática no 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado em Belo Horizonte (MG), no ano de 2001 (CFESS, 2011).

O grupo de estudos tinha como objetivo acompanhar a realidade e o processo de expansão nacional dos interesses dos assistentes sociais no âmbito educacional, podendo contribuir com as discussões por meio da construção do documento “Serviço Social na Educação”, que também compunha o parecer nº 23/2000, formulado por Sylvia Helena Terra, assessora jurídica do CFESS (CFESS, 2011).

O documento “Serviço Social na Educação” do CFESS (2001) aborda que conforme ocorre a concentração de capital, há também o aumento da exclusão social, uma vez que grande parte da população excluída não tem possibilidades de acesso aos bens e serviços, seja pelo profundo estado de miserabilidade, pela falta de informações ou até mesmo por ausência de mecanismos de acesso dispostos nos municípios.

Desta forma, as instituições escolares não ficam fora desse processo de exclusão, pois os estudantes vivenciam realidades sociais, econômicas e culturais distintas, que contribuem para a evasão escolar. O enfrentamento ao abandono da escolaridade, assim como, outros aspectos presentes na educação brasileira se constituem em grandes desafios às instituições escolares, entretanto, o Serviço Social pode contribuir significativamente para a garantia do direito de acesso e permanência escolar (CFESS, 2001).

O Serviço Social no enfrentamento da evasão escolar, segundo o documento “Serviço Social na Educação”, pode atuar na revelação das causas e fatores que levam o estudante a abandonar as escolas, através da produção de diagnósticos sociais, encaminhamento dos estudantes e familiares aos serviços socioassistenciais presentes nos municípios e, formulação de mecanismos que garantam o direito à educação aos cidadãos (CFESS, 2001).

Já o parecer jurídico nº 23/2000 dispõe sobre a probabilidade jurídica da aprovação e implantação de projetos de lei voltados à incorporação do Serviço Social na rede pública de ensino. Desta forma, a assessoria jurídica do CFESS refuta por meio deste parecer, as questões jurídicas utilizadas na justificativa da inconstitucionalidade dos projetos.

Segundo Sylvia Helena Terra (2000), assessora jurídica do CFESS, os projetos não ferem nenhum direito constitucional, porém, um projeto de tamanha magnitude, onde se visa incorporar profissionais em uma determinada política, deve ser de responsabilidade única e exclusiva do Poder Executivo (CFESS, 2000). Portanto, a aprovação de projetos que visam tais avanços ao Serviço Social no âmbito educacional, a categoria profissional fica à mercê dos interesses políticos da administração superior.

Os 31º e 32º Encontros Nacionais do conjunto CFESS-CRESS foram realizados nos anos de 2002 e 2003, nos municípios de Brasília (DF) e Salvador

(BA), respectivamente, e, apresentaram a proposição do levantamento das discussões sobre o Serviço Social na política educacional em todo território nacional.

Os encontros 33º e 34º que ocorreram nos anos de 2004 e 2005, nas cidades de Curitiba (PR) e Manaus (AM), houve a proposta do desenvolvimento de padrões e princípios nacionais, baseado nas discussões existentes, assim como a proposição da criação de um Grupo de Trabalho sobre a temática, que não fora efetivado naquele momento, mas no encontro 35º Encontro, ocorrido em 2006, na cidade de Vitória (ES), ficou estabelecido o Grupo de Trabalho (GT) que foi constituído por integrantes de vários estados do Brasil, todavia, pelo fato do grupo não conseguir se reunir a deliberação para a criação do grupo só se tornou definitiva no encontro posterior, no ano de 2007 (CFESS, 2001).

A partir deste contexto, o GT conseguiu sistematizar as legislações existentes, bem como os projetos de lei que tramitavam nas esferas legislativas dos estados. As conquistas do Grupo também derivaram da assessoria do Professor Ney Luiz Teixeira de Almeida, que sugeriu a organização e planejamento de ações a serem cumpridas, tendo como exemplo: I) a pesquisa de profissionais inseridos na política educacional; II) a identificação dos eixos de inserção dos profissionais na referida política; III) a produção de orientação acerca da atuação profissional; IV) a elaboração do documento intitulado “Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação”, entre outras (CFESS, 2011).

Segundo as reflexões para subsidiar o debate da atuação dos assistentes sociais na Educação, abordados no documento, a atuação profissional deve pautar-se no princípio de universalidade, o qual está presente no Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993). De acordo com o documento, os profissionais poderão atuar nos programas de cotas sociais e raciais, na concessão de bolsas estudantis, análises socioeconômicas, na condicionalidade educacional para o acesso aos programas de transferência de renda, como é o caso do Bolsa Família (CFESS, 2011).

No ano de 2013, o CFESS publicou um documento intitulado “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação”, baseado nos intensos debates, levantamentos teóricos e produções realizadas desde a criação do GT, em 2006. Este documento aborda a importância da concepção de Educação, a partir da perspectiva de sua função social e a perspectiva da possibilidade de ensejar transformações sociais (CFESS, 2013).

Ainda de acordo com o referido documento, a educação deve ser compreendida pelos assistentes sociais atuantes na área, como um componente integrante da realidade social, composta pela relação entre os que produzem a riqueza social e os que se apropriam dela, criando assim a desigualdade social. Desta forma, a educação pode ser considerada como um mecanismo de legitimação dos interesses desta ordem, visando expansão dos interesses capitalistas, mesmo que não seja o único meio para isso, porém deve-se considerar também que é a partir de tal dinâmica que se manifestam as possibilidades para a construção de uma educação emancipadora, visando romper os interesses operantes (CFESS, 2013).

A concepção da educação como processo do trabalho¹⁰ também é fundamental, pois, segundo Karl Marx (1865), o trabalho é o que constitui o ser social e, de acordo com o autor Dermeval Saviani (2011), a educação é uma categoria do trabalho, pois será responsável por formar opiniões, ensejar mudanças sociais, e preparar os indivíduos para participação social e profissional.

No que tange às competências profissionais dos assistentes sociais na área educacional, pode-se dizer que são fundamentadas na Lei nº 8.662 de junho de 1993 que regulamenta a profissão, no Código de Ética Profissional e nas Diretrizes Curriculares de 1996.

De acordo com a Lei nº 8.662 de junho de 1993 que regulamenta a profissão de Serviço Social, as competências dos profissionais são de orientar os cidadãos e encaminhá-los às políticas e serviços necessários; assessorar movimentos sociais; gestar benefícios dos serviços de assistência; desenvolver pesquisas que contribuam para o Serviço Social, elaborar planos, programas e projetos, assim como executar e elaborar junto ao poder executivo Políticas Sociais, entre outras competências (BRASIL, 1993).

As atribuições dos assistentes sociais na referida área são baseadas nas competências citadas, assim sendo, são inúmeras as possibilidades de intervenção dos assistentes sociais na política educacional e não se esgotam apenas na garantia do acesso e permanência dos estudantes (CFESS, 2013). Segundo Silva (2012, p.31) as ações devem ensejar mudanças sobre “a comunidade escolar, compreendida como esse mar cheio de vidas: professores, servidores, famílias, estudantes e comunidade no entorno da escola”.

¹⁰ “O trabalho consiste em ações racionais que possibilitam o desenvolvimento de atividades que transformam matérias existentes no meio do qual habitam.” (NETTO, 2012, p. 42).

As ações dos assistentes sociais no âmbito educacional podem ser destinadas à garantia do ensino de qualidade, da participação política dos estudantes e sociedade civil, assim como a defesa da educação pública e de uma gestão democrática¹¹ (CFESS, 2013). Entretanto, na conjuntura atual, o neoliberalismo interfere diretamente na educação, provocando o aprofundamento da questão social que irá perpassar pelo cenário educacional.

Segundo Demo (2008, p. 91):

O neoliberalismo persegue com afincos a gestação de trabalhadores que sabem pensar e aprender a aprender, porque o manejo autônomo e criativo do conhecimento se tornou fator produtivo estratégico, mas faz de tudo para dividir o todo, pois gostaria de ficar apenas com as habilidades técnicas, desfazendo a habilidade política. O neoliberalismo, reconhecendo na educação apenas sua face produtiva, teme a face política.

O avanço das ideias neoliberais no Brasil não afetou apenas o âmbito educacional, mas todas as áreas de atuação dos assistentes sociais, assim como outras áreas da sociedade, resultando na expansão e aprofundamento das expressões da questão social presentes em nosso país.

Desta forma, as expressões da questão social como: violência, dependência química, desemprego, miséria, entre outras, afetam os estudantes, interferindo em seu desempenho escolar, permanência e acesso à escola. Desta forma, criam-se possibilidades de atuação dos assistentes sociais neste cenário juntamente com outros profissionais da área (professores e equipe pedagógica), possibilitando procedimentos interdisciplinares através da óptica dos diversos profissionais sob os fatores que afetam a educação e os usuários desta política. Entretanto, não podemos desconsiderar os impasses originados a partir de tal conjuntura, como escassos recursos destinados à educação, as péssimas condições salariais dos docentes e ainda as péssimas condições de infraestrutura das instituições (MENDES; AGUIAR; FONSECA, 2015).

Outra possibilidade de atuação dos assistentes sociais é através da gestão democrática, como já citada anteriormente, onde todos os participantes diretos e

¹¹ “Consiste na participação democrática dos membros da comunidade escolar e setores externos à escola nas decisões a serem tomadas pelos gestores das escolas, contrapondo-se as manifestações arbitrárias. Uma gestão democrática também é capaz de preparar os estudantes para além de uma formação técnica, destinada apenas para o mercado de trabalho, mas sim para a participação social e exercício da cidadania.” (RODRIGUES, 2003, p. 61-63).

indiretos (profissionais, estudantes, famílias, sociedade civil) participam das decisões e da gestão escolar (SANTOS, 2012, p. 12). De acordo com Rodrigues (2003, p. 61):

A escola democrática é, pois, aquela que permite a manifestação das várias contradições que perpassam a escola e que, na sua forma de organização, permite o aprendizado a respeito da natureza dos conflitos e das contradições existentes na sociedade de hoje.

Assim sendo, o campo de atuação dos assistentes sociais no âmbito educacional é amplo, pois abrange todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, podendo perpassar por instituições públicas, privadas e filantrópicas, atuando principalmente no que tange a garantia ao direito de acesso e permanência na educação (CFESS, 2013).

Em decorrência dos avanços do Serviço Social na Política Educacional, a autora Piana (2009) levantou junto aos arquivos eletrônicos do conjunto CFESS/CRESS os projetos de leis existentes sobre a inserção de assistentes sociais na Política de Educação, na esfera federal.

Desta forma, serão apresentados a seguir, os projetos de leis do âmbito federal que dispõe sobre a inserção do Serviço Social nas escolas, todavia, percebe-se através da leitura das propostas e justificativas dos projetos de lei, o caráter equivocado em relação às atribuições do assistente social, uma vez que preveem ações imediatistas, assistencialistas e paliativas (PIANA, 2009).

Quadro 2 — Projetos de Lei Federal

| Projeto de Lei | Ano | Proposta para o Serviço Social na Educação | Justificativa | Situação Atual |
|-------------------------|------|--|---|----------------|
| Projeto de Lei nº 2.006 | 1974 | Art. 10º Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional e Serviço Social Escolar, em cooperação com professores, a família e a comunidade. | Os problemas presentes no universo escolar em torno das expressões da questão social justificam a atuação do assistente social. | Vetado |
| Projeto de Lei nº 1.995 | 1976 | Reapresentação da proposta anterior. | Reapresentação da justificativa anterior. | Vetado |
| | | | | |

| | | | | |
|--------------------------|------|--|--|---------------|
| Projeto de Lei nº 2.349 | 1996 | Art. 1º - Todas as instituições ou empresas urbanas e rurais que atuam na produção, prestação de serviços, assistência social, planejamento, previdência, habitação, educação, saúde e ação comunitária, devem contratar e manter em seus quadros o Assistente Social. | A justificação do Projeto se dá pela importância da política de assistência social no Brasil, que deve deixar de ser compensatória, e passar a ser política pública de valorização e incentivo ao trabalhador e atendimento adequado aos usuários, em um país de imensas demandas sociais. | Vetado |
| Projeto de Lei nº 3. 689 | 2000 | O texto limita a atuação do profissional de Serviço Social aos problemas de evasão escolar e repetência, é bastante conciso e não faz referências às competências dos assistentes sociais nas escolas públicas. | A justificativa do projeto fica circunscrita ao enfrentamento dos processos de evasão e repetência escolar. | Vetado |
| Projeto de Lei nº 837 | 2003 | Art. 1º O Poder Público deverá assegurar atendimento por psicólogos e assistentes sociais a alunos das escolas públicas de educação básica que dele necessitarem. | A presença e atuação da equipe profissional justifica-se pelos problemas vivenciados por tantas famílias, objetivando contribuir para um melhor desempenho dos alunos no processo de aprendizagem. | Em tramitação |

Fonte: Piana (2009, p. 128-129).

Analisando o projeto nº 2.006/74 percebe-se que ao se referir à inserção dos assistentes sociais na Política de educação, o autor do projeto utiliza o termo “Serviço Social Escolar”, que segundo Almeida (2004 apud PIANA, 2009):

Os limites de uma especialização e os alcances do exercício profissional nos marcos das Políticas Sociais setoriais e das instituições sociais, ou seja, se afirma a possibilidade de um Serviço Social específico para cada área: o Serviço Social Escolar, o Serviço Social da Saúde e o Serviço Social Jurídico entre outros [...]. Outro aspecto a considerar é o de reduzir a possibilidade de inserção dos assistentes sociais na política educacional aos estabelecimentos educacionais do ensino fundamental [...] (ALMEIDA, 2004, p. 25 apud PIANA, 2009, p. 127-128).

Já o projeto de Lei nº 1.995/1976 não apresentou alterações em relação ao projeto do ano de 1974, reapresentando a mesma proposta e justificativa. Porém, no ano de 1996, o projeto nº 2.349 apresentou um significativo avanço, uma vez que previa e incentivava ações que visavam a promoção do Serviço Social na perspectiva do direito, distanciando cada vez mais das práticas assistencialistas.

O projeto de Lei de nº 3.689 de 2000, delimitava a atuação dos assistentes sociais unicamente ao enfrentamento da evasão e repetência escolar, tornando o trabalho minimalista e focalizado, uma vez que a intervenção profissional deve ser na perspectiva da totalidade. Assim, pode-se compreender que a atuação na perspectiva de ampliação do conhecimento, senso crítico e o desenvolvimento da identidade de classe são colocados a segundo plano diante este projeto.

O projeto de Lei de nº 837 de 2003, encontra-se arquivado nos termos do Artigo 163 e 164, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que dispõem sobre a prejudicialidade das discussões e votações de projetos.

Considerando os avanços conquistados pela categoria profissional ao que se refere à atuação junto à política educacional e a importância da inserção dos assistentes sociais nas instituições escolares para atuarem nas refrações da questão social, inclusive, fatores estes que contribuem para a configuração da evasão escolar, no próximo capítulo serão expostas reflexões referentes às bibliografias especializadas que discutem a temática, destacando inclusive discussões na área do Serviço Social.

2 A DISCUSSÃO SOBRE EVASÃO ESCOLAR A PARTIR DA LITERATURA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO SOCIAL

A evasão escolar tem sido objeto de intervenção dos assistentes sociais que atuam na Política Educacional, desta forma, buscou-se levantar e analisar as bibliografias especializadas em Serviço Social que refletem sobre essa temática, a fim de compreender as diferentes concepções dos assistentes sociais e profissionais de outras áreas, mas que publicam na área do Serviço Social, sobre o objeto desta pesquisa.

Por conseguinte, este capítulo apresenta uma reflexão pautada na literatura especializada em Serviço Social, sobre a temática, por meio do levantamento bibliográfico realizado na listagem das revistas Qualis A1, A2, B1 e B2, dentre a

relação de Revistas da área de Serviço Social, disponibilizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), localizado em apêndice ao final da pesquisa a partir da página 87. Para tanto, em um primeiro momento apresenta-se como a amostra foi selecionada, e, na sequência denota-se uma breve apresentação da amostra e, por último, a análise realizada a partir de eixos analíticos revelados pela amostra e as considerações finais referentes às bibliografias utilizadas.

2.1 A literatura especializada em Serviço Social e a temática de evasão escolar: a seleção da amostra

Considerando o objetivo da pesquisa e a relação com o Serviço Social, pretende-se neste capítulo refletir acerca da bibliografia especializada em Serviço Social, sobre a temática evasão escolar, a fim de compreender o que os autores que publicam nesse campo de conhecimento problematizam sobre o assunto nos artigos publicados nas revistas selecionadas para compor a amostra. Os critérios para compor a amostra para este capítulo são:

- Revistas Nacionais da área do Serviço Social na listagem publicada pela CAPES;
- Revistas com publicações online;
- Revistas de Qualis A1, A2, B1 e B2;
- Artigos que discutam a temática de evasão escolar;
- Artigos publicados entre os anos de 2007 a 2017.

Portanto, para iniciar a composição da amostra para a pesquisa foi realizado o levantamento bibliográfico¹² nas Revistas Qualis nacionais A1, A2, B1 e B2, utilizando como princípio de seleção as Revistas das áreas do Serviço Social, com recorte temporal de dez anos, ou seja, publicações realizadas do ano de 2007 até o ano de 2017.

¹² De acordo com Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 79) “[...] é a consulta dos documentos, bibliográficos, [...] é necessário saber como estão organizados os textos, as bibliotecas e os bancos de dados, bem como suas formas de melhor utilização.”

Destaca-se que algumas revistas não possuem histórico online desde 2007, por isso, o levantamento foi realizado de acordo com a possibilidade disposta nos endereços online das revistas científicas.

Durante a pesquisa foram encontrados apenas dois artigos sobre a evasão escolar escrito por assistentes sociais nos periódicos, Serviço Social em Revista da Universidade Estadual de Londrina (UEL) (apêndice na página 104) e pela Revista Ser Social da Universidade de Brasília (UnB) (apêndice na página 93).

Os demais artigos selecionados são escritos por profissionais da área da Educação e Ciências Sociais, todavia inseridos nas revistas de relevância para o Serviço Social, como disposto na relação das Revistas Qualis. As revistas nos quais os demais artigos foram selecionados são: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Revista Educação e Pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), e a Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação em apêndice nas páginas 101, 94 e 89, respectivamente.

2.2 A apresentação da amostra bibliográfica

O artigo intitulado “A contribuição do Serviço Social na garantia da permanência dos estudantes na educação básica: um estudo a partir das escolas públicas estaduais do município de Rolândia/PR” foi produzido pelas autoras Jaqueline Natália de Almeida¹³ e Claudia Neves da Silva¹⁴ e, publicado no ano de 2014 no periódico Serviço Social em Revista da UEL.

O respectivo artigo tem como objetivo compreender as possibilidades de atuação de assistentes sociais junto à Política de Educação na busca pela garantia de permanência dos estudantes. A produção se constitui como pesquisa de campo, uma vez que para o êxito da pesquisa foram realizadas entrevistas com quatro diretores de escolas centrais e periféricas do município de Rolândia-PR.

A partir da pesquisa realizada, as autoras puderam apresentar conclusões referentes aos motivos da evasão escolar, a concepção dos diretores sobre a inserção dos assistentes sociais nas instituições escolares, a participação das famílias nas escolas, assim como apontar e refletir formas de enfrentamento à evasão escolar.

¹³ Assistente Social, graduada pela UEL no ano de 2012.

¹⁴ Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da UEL e Coordenadora do Projeto de Extensão: “Serviço Social na área Escolar”.

O artigo “A Evasão Escolar sob a Ótica de Profissionais de Ensino” foi elaborado pelos autores Rita de Cássia Pereira¹⁵, André Brandão¹⁶ e Salete da Dalt¹⁷. A bibliografia apresentada aborda a evasão escolar a partir de eixos explicativos. O primeiro eixo aborda a evasão escolar como fruto de um processo histórico de exclusão; o segundo trata a questão como inadequação dos estudantes ao modelo de ensino; o terceiro aponta a evasão escolar como fruto de um processo político e macrossocial; o quarto grupo explicativo atribui a culpa ao “aluno problema”, e finalmente, a evasão escolar é retratada, pelo último eixo, por meio da vulnerabilidade social.

O objetivo do artigo é desvelar como se têm constituído a compreensão sobre a evasão escolar na rede pública de ensino, desta forma, os autores estruturaram a pesquisa em duas partes. A primeira constitui-se como apresentação teórica, abordando os conceitos da evasão escolar e os grupos explicativos, já a segunda parte é composta por pesquisa de campo. Para tanto, foram selecionadas aleatoriamente instituições públicas de ensino nas cinco regiões brasileiras, e realizadas entrevistas semiestruturadas com um professor, o diretor e o coordenador, de cada instituição.

As respostas obtidas através das entrevistas foram analisadas e relacionadas com o conteúdo apresentado no início do artigo, estabelecendo a concepção dos entrevistados sobre a evasão escolar, de acordo com cada eixo explicativo apresentado.

O terceiro artigo selecionado para a amostra tem como título “Ensino Médio para todos: oportunidades e desafios”, elaborado por Leonardo Claver Amorim Lima e Candido Alberto Gomes, ambos doutores na área da educação e publicada na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, no ano de 2013.

A respectiva bibliografia tem como objetivo discutir os entraves ao acesso e a permanência do aluno no ensino médio nas escolas públicas brasileiras, para tal, a pesquisa se desenvolveu através dos dados do Censo de Educação Básica, dos anos de 2008 e 2009. O artigo reflete sobre os diversos componentes que impedem o sucesso escolar nas instituições públicas de ensino, sendo que a evasão escolar recebe destaque como um destes fatores.

¹⁵ Assistente Social mestre em Serviço Social pela Pontifca Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2001.

¹⁶ Sociólogo e Mestre em Sociologia.

¹⁷ Socióloga, Mestre e Doutorando em Política Social pela UFE.

Os motivos que levam ao fenômeno da evasão escolar são abordados no decorrer do artigo, motivo pelo qual será apresentado a fundo por meio das categorias analíticas no próximo tópico.

A quarta bibliografia escolhida para a amostra é intitulada “Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio” e foi produzida pelos autores Monica Ribeiro da Silva, Lucas Barbosa Pelissari, Allan Andrei Steimbach, todos com pós-graduação na área da educação.

O artigo foi publicado na Revista Educação e Pesquisa da USP, no ano de 2013 e, aborda especificamente a evasão escolar no ensino técnico de nível médio, todavia a evasão na educação regular também é retratada nas páginas do texto, aspecto pelo qual, o presente artigo foi selecionado.

Inicialmente os autores trazem o conceito de juventude, escola e trabalho, abordando a importância da adequação do sistema de ensino a estas temáticas. No segundo momento é selecionado um curso de maior procura e outro com dados elevados de desistência, a fim de realizar a pesquisa empírica sobre a evasão escolar.

A quinta obra eleita para a amostra bibliográfica também dispõe sobre a evasão escolar no ensino técnico de nível médio. O artigo foi produzido pelas autoras Natália Gomes da Silva Figueiredo e Denise Medeiros Ribeiro Salles, ambas especialistas na área educacional, e, recebe o título de “Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões”.

A produção científica em questão foi publicada na Revista Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação, no ano em curso, e tem como objetivo central analisar as causas da evasão escolar no primeiro ano de um curso técnico, do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), do campus localizado em Petrópolis-RJ.

Para tanto, as pesquisadoras utilizaram a metodologia de pesquisa qualitativa por meio do método de pesquisa documental e de campo. A pesquisa de campo se desenvolveu a partir da realização de entrevistas semiabertas, o que levou as pesquisadoras ao alcance do objetivo proposto. Podendo por fim, apresentar discussões referentes aos motivos da evasão escolar e refletir possíveis intervenções na prevenção e combate da questão.

2.3 Eixos analíticos privilegiados na discussão do Serviço Social sobre evasão escolar

Após a seleção da amostra bibliográfica nas revistas Qualis A1, A2, B1 e B2, a amostra foi analisada a fim de conhecer como a bibliografia especializada em Serviço Social aborda a temática de pesquisa. Após essa primeira etapa buscou-se encontrar na amostra eixos de discussões genéricos e distintos referente à temática, ou seja, pontos de aproximação desses textos e pontos de divergências, ou pontos que são abordados somente por um ou outro texto. Na análise identificou-se que a literatura especializada privilegia eixos de análise (que serão discutidos a seguir), sendo:

- Motivos da Evasão Escolar (ALMEIDA; SILVA, 2014; PEREIRA; BRANDÃO; DALT, 2011; LIMA; GOMES, 2013; SILVA; PELISSARI; STEIMBACH, 2013; FIGUEIREDO; SALLES, 2017);
- Intervenções Possíveis (ALMEIDA; SILVA, 2014; PEREIRA; BRANDÃO; DALT, 2011; LIMA; GOMES, 2013; SILVA; PELISSARI; STEIMBACH, 2013; FIGUEIREDO; SALLES, 2017);
- Atuação Interdisciplinar (ALMEIDA; SILVA, 2014; PEREIRA; BRANDÃO; DALT, 2011; FIGUEIREDO; SALLES, 2017).

2.3.1 Motivos da evasão escolar

Tendo em vista que todos os artigos selecionados para a amostra retratam em seu corpo textual os fatores que contribuem para o processo de evasão escolar, serão abordadas a seguir as reflexões das pesquisas realizadas, bem como a concepção de cada autor referente à temática.

De acordo com Almeida e Silva (2014), em entrevista com os diretores das escolas selecionadas, apresentam que apesar dos gestores das escolas reconhecerem que os estudantes em situação de evasão escolar advêm das “periferias da cidade” e apresentam um quadro socioeconômico distinto da maioria dos estudantes, os mesmos culpabilizam as famílias dos evadidos, abordando a diversidade cultural, familiar e social como algo negativo na vida escolar dos

estudantes. Tais gestores definem as famílias desempregadas, monoparentais e homoafetivas, como “desestruturadas”. Ainda de acordo com os gestores entrevistados, a família tem papel fundamental na inserção e permanência dos estudantes, todavia, de acordo com as autoras, estas são requisitadas à participação da vida escolar dos filhos apenas quando os estudantes enfrentam problemas de aprendizagem ou indisciplina.

Contrariando as perspectivas dos entrevistados, Almeida e Silva (2014) consideram que a instituição escolar é composta por sujeitos sociais com diversidades culturais e socioeconômicas, assim como as expressões da questão social também estão refletidas na instituição. Desta forma, a evasão escolar é um processo denso, onde todos estes fatores possuem uma parcela de contribuição, ou seja, é um processo amplo e complexo, sendo impossível delimitar responsáveis, seja a família, o aluno, a instituição escolar ou até mesmo os funcionários e docentes.

Ainda segundo Almeida e Silva (2014, p.53), os motivos que levam a evasão escolar ultrapassam os limites individuais e escolares, nas palavras das autoras “ultrapassam seus muros”, pois estão ligadas ao contexto econômico, social e cultural na qual os estudantes estão inseridos. Portanto, é imprescindível que se tenha clareza da multidimensionalidade das causas deste processo na sociedade.

Complementando as reflexões dos autores da amostra, Melo aborda que “[...] a escola dentro de uma perspectiva mais ampla não está isolada do contexto social em que se vive, ao contrário, ela reflete as condições econômicas, políticas e sociais em que o país se encontra [...]”. Assim, as refrações da questão social também se fazem presentes nestas instituições e afetam diretamente os estudantes e o processo de aprendizagem e socialização (2013, p.37).

Ainda complementando as reflexões apresentadas pelos autores selecionados para a amostra, apresenta-se a reflexão de Kaefer e Leal (2012) que abordam a evasão escolar como decorrente de vários aspectos, como o quadro financeiro das famílias; a ausência de vagas nas instituições escolares; a distância entre a escola e a residência; a gravidez; a dificuldade em relacionarem-se com professores e demais alunos, entre outros. E, segundo Melo (2013, p.38):

Observa-se, que estas expressões estão relacionadas ao contexto de pobreza, em que vive grande parte da população estudantil, em

razão da precariedade nas condições e relações de trabalho, da condição de subalternidade, situações essas vivenciadas por estes indivíduos em face das mudanças contemporâneas do e pela própria lógica exploradora do capital.

Dando continuidade às reflexões apresentadas pelos autores da amostra bibliográfica, Pereira, Brandão e Dalt (2011) entendem a evasão escolar como processo que pode derivar da inadequação do ensino, o próprio sistema de seleção e exclusão intrínseco à Política Educacional, as práticas indisciplinadas e vontades dos alunos, e, por último, ser motivado por um quadro de vulnerabilidade social.

Os resultados da pesquisa de Pereira, Brandão e Dalt (2011) apontam que na região Sudeste e no Centro-Oeste o motivo mencionado pelos profissionais da educação se refere à inserção dos estudantes ao mercado de trabalho, pois assim, muitos deixam de frequentar as instituições escolares, seja pela incompatibilidade de horários, inadequação do ensino ao aluno trabalhador, ou pelo cansaço diário ocasionado pelo mundo do trabalho. Já os entrevistados da região Sul atribuem à família a culpa pela evasão escolar, uma vez que apresentam como evadidos, aqueles originários de famílias entendidas como “desestruturadas” e permeadas por vulnerabilidades sociais, pois de acordo com suas respostas, o desinteresse dos familiares ou do próprio estudante ocasiona a evasão escolar.

Ademais, Pereira, Brandão e Dalt (2011) apontam que os profissionais de ensino entrevistados na região Norte e Nordeste:

[...] destacaram muitas causas para o fenômeno, estando a maioria delas centradas no aluno e nas questões sociais por ele vivenciadas. Dentre elas, pode-se destacar: a existência do aluno-trabalhador; gravidez/filhos; desinteresse/dificuldade do aluno; conflito com a lei; mudança/viagem; uso de drogas; violência e carência material (PEREIRA; BRANDÃO; DALT, 2011, p.134).

A análise realizada por Pereira, Brandão e Dalt (2011), revela que predominantemente os profissionais de ensino entrevistados atribuem ao aluno e suas famílias os motivos da evasão escolar.

Diferentemente das reflexões anteriores, Lima e Gomes (2013) apontam que as expectativas criadas pelos estudantes ao ingressarem no ensino médio são frustradas ao se depararem com uma escola ultrapassada, que não atende as especificidades de cada aluno, tampouco cria mecanismos para promover o

protagonismo estudantil, logo, são motivos que levam os estudantes à evasão escolar.

Silva, Pelissari e Steimbach (2013) que pesquisaram a evasão escolar no ensino técnico de nível médio apresentam que as taxas de evasão na formação técnica possuem número menor que as taxas do ensino médio regular, entretanto, os autores apontam motivos distintos da evasão escolar do nível médio regular, pois o desconhecimento dos cursos escolhidos é o principal fator de influência para o abandono dos estudantes. Outros fatores como inconciliação do horário da escola e do trabalho, ou entre o local escolar e de residência, a transferência para outras instituições de ensino, dificuldade de aprendizagem e reprovação, também são apontados pelos autores.

Já os autores Figueiredo e Salles (2017) abordam várias perspectivas conceituais no que diz respeito aos motivos da evasão escolar, que podem ser fatores individuais, ou seja, questões ligadas ao mau comportamento, desempenho, gravidez e desinteresse do estudante. Assim como fatores conjunturais, pois as condições socioeconômicas e escolaridade dos pais podem incidir na permanência dos estudantes nos bancos escolares. Outro motivo abordado é sobre a inadequação do sistema de ensino, considerado ultrapassado e inflexível, e o sentimento de exclusão dos estudantes ao serem submetidos a processos avaliativos classificatórios e por muitas vezes excludentes.

Em consonância com os motivos apontados pelos autores que dissertam sobre o ensino técnico de nível médio, o resultado da pesquisa realizada por Figueiredo e Salles (2017), aponta que os principais motivos da evasão escolar no ensino técnico de nível médio são: ausência de informações na hora de escolher o curso, não adaptação ao método de ensino, ausência de flexibilidade de horário, dificuldades pessoais, influência de amigos, oportunidades e desinteresse institucional ou governamental.

2.3.2 Intervenções possíveis

Segundo as autoras Almeida e Silva (2014), enfrentar a evasão escolar requer o desenvolvimento de uma prática educativa emancipatória, que valorize o

saber popular e que direcione os estudantes ao questionamento de sua realidade, contribuindo para a construção de cidadãos críticos.

O resultado da pesquisa realizada por Pereira, Brandão e Dalt (2011), aponta que os diretores das escolas da região Sudeste apresentam como soluções três grupos explicativos. O primeiro centrado no aluno de modo que revele a importância de sua formação e permanência na escola. O segundo grupo apontou como solução a adequação do ensino, tornando-o mais flexível e atrativo aos alunos. Já o terceiro grupo apresentou propostas de inclusão dos alunos em programas e projetos sociais, e o incentivo às pesquisas sobre evasão escolar, a fim de desvendar os reais motivos que levam os alunos a abandonarem os bancos escolares.

Os diretores entrevistados na região Sul do país concordam com os entrevistados do Sudeste na perspectiva da adequação do ensino, tornando-o mais atrativo ao aluno, no entanto salientam a importância da criação e ampliação de cursos técnicos, pois acreditam que atrairiam os alunos trabalhadores e diminuiria o número de evadidos em decorrência da inserção no mercado de trabalho (PEREIRA; BRANDÃO; DALT, 2011).

Ainda de acordo com Pereira, Brandão e Dalt (2011) os entrevistados da região Centro-Oeste e Norte apontam que a participação das famílias nas instituições escolares é primordial para a permanência dos alunos e apresentam como possíveis intervenções para a solução da problemática, o investimento em transporte público, incentivos aos professores, alteração da metodologia de ensino, etc.

Já a região Nordeste destaca como solução da evasão escolar a atuação junto ao aluno e sua família, o oferecimento de materiais escolares, mudança na metodologia de ensino, tornando o ambiente escolar mais descontraído e prazeroso, assim como a criação de bolsas escolares e a efetivação da Política de Assistência Social (PEREIRA; BRANDÃO; DALT, 2011).

Lima e Gomes (2013) observando o sucesso das instituições privadas de ensino apontam o apoio às famílias dos estudantes de forma ampla, assim como aplicação de metodologias, disciplinas e ações escolares eficazes, como possíveis formas de afastar a problemática das escolas.

Silva, Pelissari e Steimbach (2013) que dissertam sobre a evasão escolar no ensino técnico de nível médio, abordam que a compreensão do termo juventude e a dimensão do que é ser jovem, é imprescindível para os profissionais que atuam

sobre este público, pois *quicá* assim os tratem como partícipes do processo de educação e da sociedade e, não apenas como estudantes. Desta forma a gestão escolar democrática poderá ser realizada com a participação dos estudantes.

Para isso, se faz necessária a criação de cursos para docentes, que possibilite reflexões sobre a temática, bem como a elaboração de currículos mais flexíveis, tornando o aprendizado mais didático e atraente aos estudantes (SILVA; PELISSARI; STEIMBACH, 2013).

Figueiredo e Salles (2017) apontam como possível intervenção o desenvolvimento de uma prática educativa de cunho emancipatório, que possibilite o aprimoramento pessoal dos indivíduos em conjunto com o desenvolvimento do pensamento coletivo e da consciência de classe. Todavia, prioritariamente é imprescindível que se conheça a trajetória individual, familiar e social de todos os alunos, principalmente dos que se encontram em maior risco social, pois são estes os principais protagonistas da evasão escolar.

Desta forma, na próxima categoria de análise será ressaltada a atuação de demais áreas do conhecimento na intervenção da evasão escolar e demais questões, principalmente sobre a inserção de assistentes sociais que poderão trabalhar no âmbito educacional a partir das alternativas propostas pelos autores.

2.3.3 Atuação interdisciplinar: foco no Serviço Social

A atuação interdisciplinar é compreendida pela autora Lança (2017) em sua tese de doutorado como a elaboração de estratégias e atuação através de conhecimentos de diversas áreas, como a Saúde, Assistência Social, Educação, etc. Em consonância, Piana (2009) dispõe que a interdisciplinaridade é fundamental para a construção de um saber mais completo, desta forma, nenhum destes pode se sobressair, pois, devem atuar na perspectiva da construção conjunta do saber, delimitando suas competências e métodos.

Nesta perspectiva, serão apresentadas a seguir o que três das cinco bibliografias selecionadas para a amostra abordam sobre a interdisciplinaridade no tratamento da evasão escolar e na perspectiva da educação.

Martins (2012) expõe que os profissionais da educação não estão conseguindo resolver os problemas presentes nas escolas, e há historicamente urgência para que estas questões sejam resolvidas.

Desta forma o processo para a superação do quadro de evasão escolar é árduo e não cabe apenas à escola, Secretaria de Educação e profissionais da área, a problematização da questão e o levantamento de estratégias para seu enfrentamento. A evasão escolar deve ser objeto de intervenção conjunta de todas as Políticas Públicas que atendem os estudantes e sua família (PEREIRA; BRANDÃO; DALT, 2011).

Os autores Figueiredo e Salles (2017) abordam a importância do trabalho realizado individualmente com os estudantes, objetivando conhecer sua trajetória familiar, pessoal, cultural, as condições econômicas e sociais nas quais os estudantes se inserem.

Nesse sentido, pode-se propor que o assistente social inserido no âmbito escolar realize o acompanhamento destes alunos, bem como desenvolver outras atividades, que foram elencadas no trabalho “A contribuição do Serviço Social na garantia da permanência dos estudantes na educação básica: um estudo a partir das escolas públicas estaduais do município de Rolândia” (ALMEIDA; SILVA, 2014).

A atuação de assistentes sociais na educação ainda é problematizada, haja vista que visam à perspectiva de promoção de uma educação que considere as diferenças socioeconômicas e culturais dos estudantes e provoque-lhes o senso crítico. Nas palavras das autoras Almeida e Silva (2014, p.63):

[...] um profissional mais próximo da realidade dos sujeitos envolvidos no processo educativo, e que com o seu conhecimento contribua para encontrar alternativas para superar os limites impostos por interesses dos grupos dominantes e tornar a educação uma prática social inovadora, com relações baseadas no respeito às diversidades.

A evasão escolar é um processo que afeta prioritariamente os estudantes advindos de situações de vulnerabilidade econômica, social ou cultural. Desta forma, uma educação inovadora, em prol do respeito às diversidades, assim como a promoção do senso crítico e o protagonismo estudantil, são fatores propícios para serem levados em consideração na atuação de assistentes sociais no âmbito escolar (ALMEIDA; SILVA, 2014).

Segundo os entrevistados por Almeida e Silva (2014) a evasão escolar é um processo complexo, e, portanto, de difícil solução para a equipe pedagógica. A maioria dos profissionais entrevistados aponta que as questões pertinentes ao processo vão para além da escola, portanto é fundamental a atuação de demais profissionais em seu enfrentamento.

A partir dos discursos dos entrevistados, Almeida e Silva (2014) abordam a inserção de assistentes sociais nos espaços escolares como possibilidade de enfrentamento à evasão escolar. Nesta perspectiva, os profissionais podem atuar no desenvolvimento de estratégias junto à equipe da escola, dos estudantes e as famílias, objetivando a redução das taxas de evasão escolar. Outras formas de intervenção levantadas são: o atendimento individual dos estudantes; reuniões com a comunidade; fortalecimento dos conselhos escolares; reuniões com outras instituições objetivando a discussão de temas afins; visitas domiciliares para conhecer a realidade social do estudante, e encaminhamento para os demais serviços e políticas.

De acordo com os autores da amostra, Lança (2017) compreende que os assistentes sociais com sua competência crítica e reflexiva, podem atuar nas instituições escolares na perspectiva interna e externa, ou seja, poderá trabalhar com questões internas pertinentes aos profissionais, alunos e seus familiares, assim como articular as escolas com outras instâncias que atuam na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, como o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA), Ministério Público, entre outros.

Martins (2012) aponta que os assistentes sociais poderão atuar na perspectiva da prevenção da violação dos direitos da criança e do adolescente, a partir de sua inserção nos espaços escolares, pois para tal função deve-se conceber um profissional com amplo conhecimento acerca das Políticas Sociais e que realize a articulação entre a escola e o restante da sociedade.

Partilhando do pensamento de Lança (2007), a categoria profissional poderá atuar na construção da emancipação dos seres sociais a partir de mecanismos que os façam reconhecerem suas condições dentro do Sistema Capitalista, e culmine no desenvolvimento de alternativas e estratégias coletivas para a superação das relações capitalistas de exploração.

Ainda de acordo com a autora supracitada, o Serviço Social possui uma longa trajetória de atuação no âmbito educacional e, atualmente, sua atuação e prática

nesta área estão cada vez mais explícitas para os profissionais, e seu reconhecimento depende de uma legislação que legitime a inserção dos assistentes sociais nas instituições públicas de ensino e o reconheça como parte da equipe escolar, para que assim, exerça suas competências técnicas, éticas e políticas (LANÇA, 2017).

Nesta linha de raciocínio, Piana (2009) aborda a importância de elucidar os motivos que demandam a inserção dos assistentes sociais na política educacional, pois não é suficiente apenas expor o desejo por mais um espaço sócio-ocupacional.

Diante deste contexto, os motivos que tornam inegável a inserção de assistentes sociais na Política de Educação são: a recente criação de programas e projetos de transferência de renda e combate à pobreza, nas três esferas de governo, que dispõem de condicionalidades¹⁸ para seu acesso, principalmente no que diz respeito ao acesso e permanência escolar de crianças e adolescente às redes de ensino regular; as expressões da questão social presentes nos espaços escolares e, por sua vez, interferem significativamente no desempenho dos estudantes, e, por último, as possibilidades de articulação entre a Política de Educação e as demais Políticas Sociais (PIANA, 2009).

Em consonância, Melo (2013) aborda que a presença do Serviço Social no âmbito educacional vai para além do enfrentamento das expressões da questão social. A presença da categoria profissional atuando nos espaços educacionais é imprescindível, uma vez que as escolas estão se inserindo cada vez mais no âmbito das Políticas Sociais. As possibilidades de intervenção do Serviço Social na Educação referem-se às:

[...] diversas dimensões da vida do estudante, inclusive atentando que ao investir em educação, no acesso, permanência e sucesso do aluno é necessário observar a complexidade dos fatores econômicos, políticos e sociais, os quais estão diretamente ligados ao rendimento escolar, as dificuldades e problemas do aluno no ensino/aprendizado. Permite, assim, a relação e trabalho do assistente social na escola com as demais Políticas Sociais de Saúde, Assistência Social, moradia, transporte, renda, isto é, com a rede social das Políticas Sociais que envolvem a educação como forma de enfrentamento das expressões da questão social (MELO, 2013, p.44).

¹⁸ De acordo com Cobo (2012 p. 54) as condicionalidades são “[...] exigências e contrapartidas para o recebimento do benefício [...]”. Ou seja, condições impostas para o acesso em permanência em políticas, programas e projetos desenvolvidos na área da Assistência Social.

A atuação dos assistentes sociais na Política Educacional, assim como em todos os espaços sócio-ocupacionais deve ser fundamentada nos princípios éticos e políticos dispostos no Código de Ética Profissional do Assistente Social, no intuito de garantir os direitos dos sujeitos atendidos, bem como contribuir para a construção do pensamento crítico e coletivo, na perspectiva da emancipação humana e construção de nova ordem societária (PIANA, 2009).

Conforme os autores selecionados para a amostra, Melo (2013) afirma que as refrações da questão social presentes nos espaços educacionais e considerados como causadores de inúmeros aspectos que influenciam na permanência e acesso à educação, demandam a intervenção de profissionais competentes, principalmente assistentes sociais, que poderão atuar a partir da dimensão teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, juntamente com outras categorias profissionais.

2.4 Algumas considerações referentes à literatura especializada em Serviço Social e a temática da evasão escolar.

A partir da realização do estudo bibliográfico identificou-se que o objeto desta pesquisa ainda encontra-se em processo incipiente nas discussões do Serviço Social, motivo pelo qual, no levantamento bibliográfico realizado nas revistas Qualis A1, A2, B1 e B2 verificou-se apenas dois artigos sobre a temática produzidos por assistentes sociais. Também constatou-se que predominantemente as discussões sobre evasão escolar se concentram nas áreas da Educação e Ciências Sociais, inclusive predomina-se os artigos selecionados das respectivas áreas do conhecimento.

O estudo bibliográfico permitiu conhecer a compreensão de estudiosos que publicam em periódicos da área do Serviço Social. Com relação aos motivos da evasão escolar apresentados pelos autores da amostra, percebe-se a diversidade de definições, uma vez que alguns apresentam como possíveis causas deste processo, o contexto histórico-social no qual o estudante está inserido; a incapacidade da escola atender tantas demandas; os problemas de indisciplina e aprendizagem, entre outros. Percebe-se que a maioria dos motivos abordados pelos autores culpabilizam o aluno, as famílias ou a escola como causas da evasão escolar.

Entretanto, as autoras Almeida e Silva (2014) ambas graduadas em Serviço Social consideram que a evasão escolar decorre de um processo social amplo e complexo, portanto, é impossível a delimitação de culpados.

Diante das pesquisas de campo realizadas pelos autores selecionadas para a amostra, nas quais foram aplicadas entrevistas com profissionais que atuam diretamente com a evasão escolar, como pedagogos, gestores escolares, professores etc., identifica-se que predominantemente os mesmos, atribuem ao aluno e às suas famílias as causas da evasão escolar, o que permite inferir que a evasão escolar ainda não é compreendida em sua totalidade, uma vez que a mesma é fruto de inúmeros fatores, econômicos, sociais, culturais, etc. Portanto, ao afirmar esta concepção os profissionais desconsideram que por trás da não participação escolar da família do estudante, existem fatores maiores, como questões culturais, uma vez que os mesmos não tiveram acesso às escolas, devida a necessidade de trabalhar, ou até mesmo, o cansaço fruto da exploração do mundo do trabalho.

A heterogeneidade das concepções dos autores ainda pode ser percebida diante do item que aborda as possíveis intervenções diante à evasão escolar. Percebe-se que as obras de Almeida e Silva (2014) e, de Figueiredo e Salles (2017) entendem a promoção de uma educação com cunho emancipatório, como possível forma de enfrentamento e prevenção da evasão escolar, entretanto, os demais pesquisadores apresentam intervenções junto ao aluno, a escola e os docentes como formas de enfrentamento.

Quanto às possibilidades de intervenção, identifica-se que foram levantadas em apenas três obras, sendo salientada a importância do enfrentamento à evasão escolar ocorrer em conjunto entre as Políticas Públicas, sendo destacado por Almeida e Silva (2014) as possibilidades de intervenção do assistente social junto à evasão escolar.

Diante da análise das entrevistas dispostas nas bibliografias selecionadas para amostra, nota-se a importância de se conhecer as concepções dos profissionais que atuam com a evasão escolar sobre o fenômeno. Assim, no capítulo seguinte apresenta-se a pesquisa de campo realizado no município de Ivaiporã-PR, especificamente na instituição escolar com maior taxa de evasão escolar, qual seja, o Colégio Estadual Bento Mossurunga, com o objetivo de conhecer a percepção da gestora pedagógica responsável pelo turno noturno sobre à temática, haja vista que este é o período com maior número de estudantes evadidos.

3 A EVASÃO ESCOLAR A PARTIR DO COLÉGIO ESTADUAL BENTO MOSSURUNGA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR

Embasado nos capítulos anteriores, este capítulo pretende discutir a evasão escolar com foco no Colégio Estadual Bento Mossurunga do município de Ivaiporã-PR. No entanto, para a sua efetivação se faz necessária a discussão preliminar das etapas procedimentais que se caracterizam enquanto elementos fundamentais para o conhecimento do objeto de pesquisa, bem como, a sua validação científica.

Desse modo, é imprescindível a discussão sobre a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, qual seja, a pesquisa qualitativa, abordando as concepções de autores sobre seu significado e importância no âmbito da pesquisa social. Assim sendo, o capítulo é estruturado a partir dos seguintes eixos: I) a pesquisa qualitativa na leitura do objeto; II) etapas procedimentais; III) o município de Ivaiporã-PR; IV) a rede estadual de ensino do município; V) instrumentos de coleta de dados; VI) critério de seleção da instituição e sujeito da pesquisa; VII) a inserção da pesquisadora no campo empírico; VIII) análise dos dados e considerações referente à realização da pesquisa de campo.

3.1 A pesquisa qualitativa na leitura do projeto

Segundo Gil (1989), a pesquisa social é um processo minucioso e sistemático que busca por meio da aplicação de instrumentos científicos o conhecimento de determinada realidade. Nessa perspectiva, a pesquisa se caracteriza pela “[...] atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2009, p.16). Neste sentido, para a realização do estudo o pesquisador deve definir os caminhos a serem seguidos, haja vista que estes caminhos são a metodologia a ser utilizada durante o processo.

Em relação à definição de metodologia, conforme Minayo; Deslandes e Gomes (2009, p.14) “[...] inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)”.

Desta forma, a presente pesquisa será desenvolvida a partir da concepção de pesquisa qualitativa, abordada por Minayo, Deslandes e Gomes (2009) como sendo

a busca pelo conhecimento da realidade social, que levanta questões impossibilitadas de serem quantificadas, questões estas compreendidas como desvelamento de motivos, desdobramentos, valores, crenças, etc.

Vale ressaltar que a pesquisa qualitativa se difere da pesquisa quantitativa, uma vez que os pesquisadores que optem por essa metodologia buscam conhecer determinada realidade social através das relações sociais e para além dos dados numéricos. O método qualitativo não é quantificável, pois busca desvendar, compreender, descrever e explicar o objeto de pesquisa, conforme apontam Minayo, Deslandes e Gomes (2009).

Nesta linha de raciocínio, Gil (1989) aponta que a utilização da pesquisa qualitativa pelo pesquisador propicia resultados mais profundos do objeto de pesquisa, haja vista que busca o contato direto com a situação em apreço para sua melhor compreensão, todavia, deve-se deixar claro que essa aproximação deve ocorrer com a manutenção e respeito da pluralidade e diversidade dos sujeitos sociais.

3.2 Etapas procedimentais

A pesquisa científica demanda a formulação de etapas procedimentais, uma vez que poderão auxiliar no conhecimento do objeto de estudo e no alcance dos objetivos propostos. Desta forma, a primeira etapa corresponde ao município de Ivaiporã-PR, selecionado por ser o município de origem da pesquisadora.

Na sequência optou-se em apresentar a rede estadual de ensino do município, com enfoque no ensino médio, pois é a etapa de formação com maior número de evasão escolar, de acordo com os dados apresentados pelo IBGE/Censo Escolar de 2007 a 2010, que dispõem:

Quadro 3 — Evasão Escolar por nível de ensino no Brasil entre 2007 a 2010

| Etapas Escolares | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Ensino Fundamental | 4,8% | 4,4% | 3,7% | 3,1% |
| Ensino Médio | 13,1% | 13,8% | 13,6% | 11,6% |

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do IBGE/Censo Escolar 2007-2010.

Em seguida, apresentam-se os instrumentos utilizados para a coleta de dados da pesquisa; os critérios de seleção da instituição e dos sujeitos, tal como, a caracterização dos mesmos e, por fim, os procedimentos de inserção da pesquisadora no campo empírico e a análise do conteúdo obtido.

3.2.1 O município de Ivaiporã-PR

No ano de 1949, Ivaiporã era distrito da cidade de Manoel Ribas-PR e possuía a denominação de “Ivainópolis”. Em 1955 passou a denominar-se Ivaiporã, através da Lei estadual n.º 2.429 de 13 de agosto de 1955 e, após cinco anos, desmembrou-se de Manoel Ribas por meio da legislação estadual de nº 4. 425 de 25 de julho de 1960 e, teve sua autonomia reconhecida enquanto município (IBGE, 2010).

O município de Ivaiporã-PR possui área territorial aproximada de 431,502 km² e, de acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, a estimativa da população para o ano de 2016 seria de 32.715 habitantes (trinta e dois mil setecentos e quinze) (IBGE, 2010).

De acordo com os censos realizados pelo IBGE, pode-se verificar que o volume populacional ivaiporãense tem diminuído ao longo dos últimos vinte anos, contrapondo-se com o volume populacional no âmbito estadual e nacional, os quais, de acordo com o quadro a seguir, aumentaram no decorrer dos anos:

Quadro 4 — Evolução populacional: comparativo

| Evolução Populacional | | | |
|-----------------------|----------|------------|-------------|
| Ano | Ivaiporã | Paraná | Brasil |
| 1991 | 45.564 | 8.448.713 | 146.825.475 |
| 1996 | 40.523 | 8.942.244 | 156.032.944 |
| 2000 | 32.270 | 9.563.458 | 169.799.170 |
| 2007 | 31.344 | 10.284.503 | 183.987.291 |
| 2010 | 31.816 | 10.444.526 | 190.755.799 |

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010;

3.2.2 Rede estadual de ensino do município de Ivaiporã-PR

A rede estadual de ensino do município de Ivaiporã-PR é coordenada pelo Núcleo Regional de Educação que também é responsável por escolas estaduais da região. O referido município possui 10 (dez) escolas estaduais, estruturadas entre escolas urbanas e de campo, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 — Escolas urbanas e Rurais do município de Ivaiporã – PR.

| Escolas Urbanas | Escolas Rurais |
|---|---|
| Colégio Estadual Antônio Diniz Pereira | Colégio Estadual do Campo José de Mattos Leão |
| Colégio Estadual Barbosa Ferraz | Colégio Estadual do Campo Nilo Peçanha |
| Colégio Estadual Bento Mossurunga | Escola Estadual do Campo Santa Bárbara |
| Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos – CEEBJA | |
| Colégio Estadual Idália Rocha | |
| Colégio Estadual Barão do Cerro Azul | |
| Escola Modalidade Educação Especial | |

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados disponíveis no sítio da Secretária Estadual de Educação do Paraná – SEED.

De acordo com dados obtidos no endereço online da SEED, o município de Ivaiporã apresenta 6 (seis) escolas estaduais de ensino regular na área urbana, 3 (três) escolas rurais e uma instituição de ensino especial, totalizando o número de 10 (dez) instituições escolares da rede estadual de ensino.

A rede estadual de ensino do município possui 217 (duzentos e dezessete) turmas e em relação às matrículas, o total de 4237 (quatro mil duzentos trinta e sete) estudantes (SEED, 2017).

3.2.3 Instrumentos de coleta de dados

A coleta de dados é uma etapa importante durante a realização da pesquisa, pois propicia a aproximação do pesquisador com o objeto de estudo. Para tanto, exige-se do pesquisador a utilização de instrumentos para que o mesmo alcance os objetivos propostos (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007).

Em um primeiro momento realizou-se o levantamento documental, o qual de acordo com Gil (2011) é um instrumento utilizado para obtenção de dados referentes às pessoas, porém diferentemente do questionário e da entrevista não são obtidos a partir do contato direto com o sujeito. Este instrumento foi utilizado para obter dados estatísticos referente à evasão escolar no ensino médio em nível nacional e municipal, na rede estadual de ensino, do município de Ivaiporã-PR, mediante o acesso ao endereço online da SEED.

Na sequência, foram obtidos dados estatísticos junto à secretaria da instituição que possibilitaram verificar o período com maior número de estudantes evadidos.

Verificado a instituição escolar central e o turno com a taxa mais elevada de evasão escolar, optou-se pela aplicação da entrevista semiestruturada junto à pedagoga responsável pelo período noturno da instituição de ensino com a taxa de evasão mais elevada, tendo como objetivo coletar dados pertinentes ao objeto da pesquisa, bem como conhecer a percepção da mesma sobre a evasão escolar.

De acordo com Gil (1989), a entrevista se caracteriza como interação social, uma vez que o pesquisador apresenta-se ao sujeito da pesquisa e lhe faz perguntas para alcançar os objetivos propostos. Este instrumental é considerado por muitos pesquisadores como um excelente instrumento de coleta de dados, pois possibilita ao pesquisador obter dados profundos sobre o objeto pesquisado.

Rosa e Arnaldi (2008) elencam a entrevista a partir das seguintes categorias: Estruturada, Semiestruturada e Livre, sendo a entrevista semiestruturada selecionada pela pesquisadora, pois é um método flexível, onde as questões postas são respondidas de forma dinâmica.

Desse modo, é fundamental que o pesquisador elabore um roteiro de questões para conduzir a entrevista semiestruturada com o sujeito da pesquisa, (Apêndice p.108) visando o alcance dos objetivos do estudo. O roteiro de pesquisa seguiu a seguinte metodologia:

- 1ª Parte: Composta por questões referentes ao próprio sujeito da pesquisa e sua profissionalização, com o intuito de obter dados para a elaboração do item “Critérios de seleção e caracterização do sujeito”;
- 2ª Parte: Estruturada com questões referente à evasão escolar na instituição e a percepção da entrevistada sobre o objeto desta pesquisa para análise posterior.

A entrevista semiestruturada foi dirigida à gestora pedagógica responsável pelo período noturno do Colégio Estadual Bento Mossurunga, objetivando desvendar sua percepção sobre a evasão escolar. Após o consentimento expresso mediante assinatura da entrevistada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a mesma pôde ser gravada, já que o pesquisador deve registrar a entrevista, pois se confiar apenas em sua memória poderá perder algumas informações e dados importantes para a realização da pesquisa (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007).

As informações resultantes da entrevista foram analisadas pela pesquisadora a partir do método de análise de conteúdo, pois o material foi analisado a partir da materialidade das informações, logo, não se estenderá em análise para além dos conteúdos adquiridos durante a entrevista (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

3.2.4 Critérios de seleção da instituição

A instituição selecionada para a pesquisa refere-se ao Colégio Estadual Bento Mossurunga, tendo em vista que, no universo de dez escolas que compõe a rede estadual de ensino do município de Ivaiporã-PR, é a instituição que apresenta maior número de estudantes em situação de evasão escolar no ensino médio, no ano de 2016.

Para tanto, a pesquisadora buscou no endereço online da SEED, especificamente no Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE), dados sobre a evasão escolar no ensino médio regular das escolas centrais da rede estadual de ensino do município, apresentados na tabela 2:

Tabela 2 — Taxa de evasão escolar no ensino médio dos colégios centrais de Ivaiporã – PR no ano de 2016.

| <i>Instituições Escolares</i> | <i>Taxa de Evasão Escolar no Ensino Médio</i> |
|--|---|
| Colégio Estadual Barbosa Ferraz | 9,25% |
| Colégio Estadual Barão do Cerro Azul | 7,18% |
| Colégio Estadual Idália Rocha | 0,99% |
| Colégio Estadual Bento Mossurunga | 12,86% |

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados disponíveis em site da Secretária Estadual de Educação do Paraná (2017).

A partir dos dados disponibilizados e apresentados pelo SERE, a pesquisadora identificou que a instituição com maior taxa de evasão escolar é o Colégio Bento Mossurunga, localizado na Avenida Souza Naves, nº 2.460, região central da cidade de Ivaiporã-PR, tornando-a a instituição mais propícia para a realização da pesquisa.

De acordo com os dados obtidos no endereço online da SEED, atualmente no Colégio Bento Mossurunga funcionam 6 (seis) turmas do ensino médio regular, sendo 146 (cento e quarenta e seis) matrículas correspondentes a esta modalidade de ensino.

3.2.5 Critérios de seleção e caracterização do sujeito da pesquisa

Os critérios de seleção do sujeito da pesquisa se deram mediante apresentação dos dados elevados da evasão escolar no ensino médio noturno pela secretaria do Colégio Estadual Bento Mossurunga.

De acordo com os dados disponibilizados pela secretaria da escola:

Quadro 5 — Dados da evasão escolar por turno no Colégio Estadual Bento Mossurunga no ano de 2016

| Instituição Escolar | Ensino Médio Regular – Matutino | Ensino Médio Regular – Noturno |
|------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| Colégio Estadual Bento Mossurunga. | 3 Estudantes | 15 Estudantes |

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados obtidos na secretaria da escola.

Rosa e Arnaldi (2008, p.52) afirmam que os indivíduos selecionados para a pesquisa “Devem ser sujeitos que possuem informações diretamente relacionadas com os objetivos da Entrevista”. Assim, o sujeito selecionado para participar da entrevista semiestruturada foi a pedagoga responsável pelo período com maior número de alunos em situação de evasão escolar, ou seja, o período noturno.

A escolha pelo gestor pedagógico foi pautada na perspectiva de que este profissional é um dos principais responsáveis pelo conhecimento das problemáticas da educação, bem como sua intervenção junto a elas no âmbito escolar.

Ao analisar as respostas fornecidas pelo sujeito da pesquisa foi possível verificar que o mesmo possui formação em Pedagogia, especialização em Gestão Escolar e Educação Especial. Em relação ao seu trabalho na instituição, ingressou através de aprovação em concurso público, cumprindo quarenta horas semanais.

3.2.6 A inserção da pesquisadora no campo empírico

No dia 28 de julho de 2017 a pesquisadora esteve no Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã a fim de obter os dados referentes à evasão escolar do ensino médio regular nas escolas centrais da rede estadual de ensino do município, entretanto, foi informada que os dados podem ser consultados através do endereço online da SEED, ou juntamente com as secretarias das instituições escolares. Portanto, a obtenção dos dados se deu mediante acesso ao endereço virtual indicado.

Ao constatar que o Colégio Estadual Bento Mossurunga é a escola central com maior número de estudantes evadidos, a pesquisadora se dirigiu até a instituição e conversou com a responsável pela secretaria da instituição, obtendo a informação dos números de alunos do ensino médio em situação de evasão escolar por turnos de aula, sendo constatado que a maior taxa de evasão escolar apresentava-se no período noturno. Assim, ficou definida como sujeito da pesquisa, a pedagoga responsável por aquele turno.

Com o aceite da profissional, a entrevista foi agendada para o dia 29 de agosto de 2017, às 14h 30 min., uma vez que correspondeu com a data dos jogos escolares sediados no município e as escolas estavam cedidas como abrigos aos estudantes, logo, a profissional não estava sobrecarregada de trabalho no dia agendado e atendeu-nos de forma tranquila e segura.

Na hora agendada para a realização da entrevista com a profissional foram apresentados os documentos obrigatórios para realização da pesquisa, sendo: a Carta de Apresentação (Apêndice p.105), o Termo de Consentimento Livre (Apêndice p.106) e Esclarecido¹⁹, e ainda esclarecido sobre os objetivos da

¹⁹ De acordo com Rosa e Arnoldi, “[...] o termo de consentimento livre e esclarecido não é suficiente para selar a aceitação da participação do sujeito, pois muitas questões acabam por não compor o documento, por isso é necessário que se faça esclarecimentos referentes à pesquisa, os procedimentos, os possíveis danos, riscos e benefícios, assuntos este que poderão ser tratados no momento da apresentação do documento.” (2008).

pesquisa e a contribuição da profissional para sua efetivação. Foram frisadas ainda, as seguintes informações: não identificação da identidade do sujeito da pesquisa; a não obrigatoriedade de participação e respostas às questões propostas.

Na sequência foi realizada a pesquisa a partir do roteiro semiestruturado de entrevista (Apêndice p.108) com o questionário para caracterização do sujeito, bem como as questões previamente formuladas, com o intuito de alcançar o objetivo proposto e conhecer o objeto da pesquisa. A entrevista ocorreu na sala de trabalho da gestora pedagógica.

Quanto ao horário agendado para a aplicação da entrevista, foi respeitada a disponibilidade da profissional. Em relação às questões éticas para a realização da entrevista, não havia estudantes na instituição, pelo fato de estarem em recesso devido aos jogos escolares, assim, não houve interrupção por estudantes, tampouco por outros profissionais da instituição.

3.3 Análise dos dados.

Neste item, será apresentada a análise de conteúdo das informações obtidas a partir da entrevista com a gestora pedagógica responsável pelo turno noturno do Colégio Estadual Bento Mossurunga.

Para fins didáticos, as informações foram elencadas a partir de três eixos de análise: a evasão escolar no Colégio Estadual Bento Mossurunga; intervenções frente à evasão escolar e a intersectoralidade no enfrentamento à evasão escolar com foco no Serviço Social.

Na sequência foram selecionadas as referências bibliográficas que atendem aos conteúdos dispostos nas categorias de análise, inclusive, as bibliografias apresentadas na amostra do segundo capítulo também foram utilizadas para fundamentar a discussão a partir dos eixos analíticos.

3.3.1 A evasão escolar no Colégio Estadual Bento Mossurunga.

A respectiva análise tem como objetivo compreender como se constitui a evasão escolar na instituição, bem como a concepção da gestora pedagógica com relação ao objeto da pesquisa.

Dada à complexidade e os múltiplos fatores sociais, econômicos e culturais, que interferem na permanência dos estudantes nas escolas, torna-se impossível a delimitação de responsáveis, sendo possível apenas o apontamento de possíveis motivos.

Nesse sentido, a profissional apresenta como principais motivos da evasão escolar na instituição a “falta de interesse, muitos por causa do trabalho, como servente de pedreiro, essas coisas, questão de estar trabalhando e o uso indevido de drogas né, indisciplina, violência ao entorno da escola” (ENTREVISTA, 2017).

Os autores Pereira, Brandão e Dalt (2011) apresentados na amostra no capítulo anterior, abordam seis eixos explicativos da evasão escolar:

[...] à “exclusão na escola”, [...], “inadequação do sistema de ensino”, [...] “fenômeno político macrossocial”, [...] perspectiva “aluno problema”, [...] “(des)possessão de capital social” e, [...] perspectiva da “vulnerabilidade social” (PEREIRA; BRANDÃO; DALT, 2011).

Desta forma, pode-se analisar na perspectiva dos autores supracitados que a entrevistada utiliza-se, mesmo que inconscientemente, o eixo explicativo que atribui a responsabilidade ao “aluno problema”, pois, se refere à falta de interesse e indisciplina do estudante como possível causa da evasão escolar.

Percebe-se ainda na fala da entrevistada os eixos explicativos relacionados à vulnerabilidade social, ao relatar a violência e o uso de drogas, como motivos para a evasão escolar. Entretanto, o eixo explicativo relacionado à inadequação do ensino, conforme aponta a pesquisa de Pereira; Brandão e Dalta (2011), não foi identificado pela entrevistada, tampouco mencionado durante a entrevista.

Na perspectiva apresentada pela entrevistada, na qual o trabalho é considerado um possível motivo para a evasão escolar, deve-se considerar que este é a categoria fundante do ser social, pois é por meio do trabalho que o homem responde às suas necessidades (IAMAMOTO, 2015).

Desta forma, vale-se destacar a distinção entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, na sociedade capitalista. Segundo Marx (1865, p.13), o trabalho concreto é “aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para consumi-lo, cria um produto, mas não uma mercadoria. Como produtor que se mantém a si mesmo, nada tem com a sociedade.”.

Distintamente do trabalho concreto, Marx define o trabalho abstrato como sendo aquele que produz mercadoria, que deve satisfazer:

[...] uma necessidade social qualquer, como também o trabalho nele incorporado deverá representar uma parte integrante da soma global de trabalho invertido pela sociedade. Tem que estar subordinado à divisão de trabalho dentro da sociedade (MARX, 1865, p. 13).

Nesse sentido, o trabalho apresentado como possível contribuidor para a evasão dos estudantes é o trabalho abstrato, uma vez que os estudantes são submetidos à divisão social do trabalho para suprir suas necessidades, pois não possuem outros meios para isso, inclusive, muitos se submetem às condições precárias de trabalho, sem vínculo empregatício e seguranças devidas.

Em consonância com a entrevistada, Kiddo (2016) apresenta que o trabalho é um dos principais motivos da evasão escolar, pois quando um jovem consegue ganhos monetários acredita ter encontrado a solução de suas dificuldades financeiras e de sobrevivência, uma vez que a maior parte destes estudantes advém de famílias em situação de vulnerabilidade econômica, logo, deixam os bancos escolares para exercerem suas atividades laborativas.

Kiddo (2016, p.1) expõe ainda os possíveis contribuintes para que o período noturno se caracterize com as maiores taxas de evasão escolar, pois “para poder trabalhar durante o dia, é comum o aluno optar pelo período noturno escolar. Porém cansados, não conseguem acompanhar as aulas”.

O trabalho também é apresentado como possível motivador da evasão escolar pelos autores selecionados para amostra apresentada no segundo capítulo. De acordo com a pesquisa realizada por Pereira, Brandão e Dalt (2011), a evasão escolar na região Sudeste e Centro-Oeste advém da inserção precoce dos estudantes ao mercado de trabalho, assim, deixam de frequentar a instituição escolar, em decorrência da incompatibilidade de horários ou cansaço.

Ainda de acordo com os autores selecionado para amostra, Silva, Pelissari e Steimbach (2013) pesquisaram a evasão escolar no ensino médio de nível técnico, e, apesar de apresentar menor número de estudantes evadidos em comparação ao ensino médio regular, apresentaram a questão do trabalho como um dos possíveis motivadores para a evasão dos estudantes, pois muitos não conseguem conciliar os horários escolares e trabalhistas.

No que tange às peculiaridades da escola e dos alunos em situação de evasão escolar, a entrevistada salienta que:

[...] não têm atividades nesta região, têm o jardim botânico, mas é próximo de outros bairros. Aqui a gente não têm atividades para os alunos, eles reclamam disso também, a não ser a escola, por isso muitos querem vir para a escola, mas não para estudar, para um momento de atividade social (ENTREVISTA, 2017).

De acordo com os dados do levantados mediante acesso ao endereço virtual da SEED, referentes ao ano de 2001, o Colégio Estadual Bento Mossurunga foi construído em 1975 e conta com um vasto terreno arborizado, composto por 19.637,00 m² e área de construção de 2.480,00 m². O colégio possui duas quadras esportivas; laboratório de biologia; laboratório de ciências; laboratório de informática; atividades extracurriculares de língua espanhola; treinamento esportivo, entre outros. Desse modo, verifica-se que a escola promove atividades extracurriculares que instigam o interesse dos alunos e proporcionam um espaço didático e criativo.

No entanto, a entrevistada relata que pela inexistência de demais espaços públicos de lazer na região, os alunos vão para escola com interesse voltado para as atividades sociais e/ou recreativas, esquecendo a importância dos conteúdos ministrados nas disciplinas.

Diante dos estudos realizados para a elaboração do segundo capítulo, percebe-se que, predominantemente, os autores concluem em suas pesquisas que a família é fundamental na vida dos estudantes, principalmente no que diz respeito à garantia de sua permanência escolar.

De acordo com a gestora:

Nossos alunos têm uma situação precária em relação à família, família com desestruturação. Não que as famílias não participem, mas a gente vê que os responsáveis pelos alunos têm problemas de saúde, de uso de drogas, então reflete no aluno (ENTREVISTA, 2017).

Na perspectiva do Serviço Social, não se deve utilizar o termo “família desestruturada” presente na fala da entrevistada, pois não existe apenas um modelo de família, uma vez que a questão social contribui e interfere diretamente na composição dos arranjos familiares, pois as famílias se configuram de diversas maneiras perante o contexto socioeconômico que se encontram (BERTOLLO, 2011).

A pesquisa realizada pelas assistentes sociais Almeida e Silva (2014), selecionadas para a amostra, aponta que predominantemente os gestores entrevistados denominam os novos arranjos familiares como “famílias desestruturadas”, incluindo nestes arranjos as famílias monoparentais, desempregadas, formadas por casais homossexuais, etc.

Considerando que a evasão escolar é um processo complexo que atinge majoritariamente os estudantes em situações de vulnerabilidade econômica e social, sabe-se que pode afetar também os estudantes com abastadas condições financeiras, haja vista que os fatores que contribuem para a evasão escolar não são exclusivamente econômicos.

Apesar disso, na perspectiva da profissional existe um perfil de aluno em evasão escolar, definindo-os como “[...] os alunos que apresentam essa questão, de uso de drogas, desestrutura familiar, que as famílias também não conseguem mais ter o domínio sobre o aluno, eu acho que é a maior questão [...]” (ENTREVISTA, 2017).

Diante deste contexto, constata-se que novamente a gestora utiliza o termo “desestrutura familiar” que na perspectiva do Serviço Social, Bertollo (2011) aborda que é utilizado para definir os arranjos familiares que não correspondem ao modelo familiar patriarcal, aquele composto por um homem, responsável pelo sustento da família, a esposa responsável pelos cuidados domésticos e da prole, e os filhos.

O uso de substâncias entorpecentes também é citado pela gestora pedagógica como característica predominante do perfil do aluno em evasão escolar. Desta forma, devem-se considerar os dados apresentados por Cardoso e Malbergier (2014) que retratam o consumo de substâncias entorpecentes por estudantes do ensino fundamental e médio dos espaços públicos e privados, sendo que 25,5% informaram utilizar ou já terem experimentado substâncias entorpecentes ao longo de suas vidas.

Ainda de acordo com Cardoso e Malbergier (2014), o uso de substâncias entorpecentes pode ser precedente e procedente à evasão escolar, pois “[...] os adolescentes que repetem mais o ano escolar e tem dificuldades no desempenho acadêmico tem mais chance de usar álcool, tabaco e drogas ilícitas [...]”, bem como o uso destas substâncias interfere no processo de ensino aprendizagem, ocasionando problemas de memória, concentração e permanência dos estudantes.

3.3.2 Intervenções frente à evasão escolar

Com os elevados índices de evasão escolar apresentados pela instituição de pesquisa, é imprescindível que a mesma elabore e execute mecanismos de intervenção junto à questão, no sentido de prevenir e combater a evasão escolar

Nesse sentido, por meio da entrevista obteve-se a informação de que a escola participa de um Programa de nível Estadual para o enfrentamento da evasão dos estudantes.

[...] o Programa de Combate à Evasão Escolar, o antigo FICA, que a gente faz um trabalho de comunicação aos pais através das fichas preenchidas e repassadas pelos professores, e se o aluno não retornar à Escola, é encaminhado ao Conselho Tutelar (ENTREVISTA, 2017).

O Programa de Combate à Evasão Escolar da Secretária Estadual de Educação foi criado em 2013, com o objetivo de substituir o programa de combate à evasão escolar, denominado FICA e instituído a partir de 2005 (PARANÁ, 2013).

O Programa de Combate à Evasão Escolar ocorre mediante a notificação pela ficha de Controle Interno de Faltas Injustificadas à equipe pedagógica pelos professores que verificam o número de cinco faltas consecutivas e injustificadas, ou até sete ausências injustificadas e alternadas no período de sessenta dias (PARANÁ, 2013).

Na sequência, a equipe pedagógica realiza a abertura de uma pasta onde conterà todas as fichas elaboradas e o faz o contato²⁰ com os pais ou responsáveis legais pelo estudante, a fim de esclarecer os motivos das ausências dos alunos. Se as mesmas possuírem justificativas plausíveis serão solicitados comprovantes, como por exemplo, atestados médicos, assim, se o estudante retornar à escola, sua pasta será arquivada (PARANÁ, 2013).

²⁰ “Os contatos que a equipe pedagógica realizar com os pais ou responsáveis, na tentativa de convocá-los para uma reunião sobre a verificação das causas de abandono escolar, fazem parte da BUSCA ATIVA. Este contato tem o objetivo de convocá-los para reunião extraordinária, com data e horário agendados. A Equipe Pedagógica fará o contato via: telefone fixo ou móvel, email, SMS, e/ou; Convocação por escrito, a qual pode ser enviada: Carta registrada via Correios e/ou; havendo condições amigáveis ou de vizinhança, a entrega da convocação por escrito poderá ser feita por um dos membros da comunidade escolar aos pais ou responsáveis pelo(a) estudante; visita domiciliar que será organizada pelo Diretor da instituição de ensino, determinando os responsáveis pela execução da ação, lembrando que todas as ações efetuadas na escola devem ser registradas para respaldo futuro” (PARANÁ, 2013, p. 9).

Verificado a inexistência de justificativas plausíveis para as faltas, a equipe pedagógica se reunirá com professores e diretor com o objetivo de discutir os possíveis motivos relacionados à evasão escolar (PARANÁ, 2013).

O acionamento à rede de proteção da criança e do adolescente do município ocorrerá quando acabadas as tentativas de contatos com os pais e responsáveis e a permanência das faltas. A rede de proteção deverá aplicar as medidas de proteção cabíveis e o encaminhamento aos órgãos competentes. Nesse processo é imprescindível a comunicação do Conselho Tutelar à escola sobre toda medida aplicada e/ou encaminhamento realizado, em relação ao combate da evasão escolar. O Conselho Tutelar realizará o encaminhamento ao Ministério Público, se as medidas aplicadas não forem cumpridas pela família (PARANÁ, 2013).

O Ministério Público tomará as providências cabíveis, considerando o disposto no ECA no “Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar” (BRASIL, 1990).

A intervenção frente à evasão escolar é fundamental para prevenir e combater os dados de evasão nas escolas, entretanto, sabe-se que existem limites para a efetivação da intervenção profissional dos gestores pedagógicos. Sobre estes limites a entrevistada aponta que:

Existem mecanismos de controle da evasão escolar. Hoje é mais fácil controlar as faltas dos alunos, mas não é só controlar, são ações que possamos intervir, mas são essas ações que não estamos conseguindo, pois depende de toda escola. O professor precisa cumprir tempo, conteúdo, muitos alunos com dificuldades de aprendizagem, e os alunos que estão evadidos e retornam à escola precisam de uma atenção diferenciada. Essas ações e intervenções e ações estão falhas dentro da escola, mas não é por causa dos profissionais, mas é por que falta toda uma estrutura que apoie essas ações, não é uma ação só da escola. O aluno está evadido da escola, não é só por que ele não está conseguindo aprender, é por que ele, às vezes, tem uma dificuldade de aprendizagem e que precisa de uma ação que venha suprir essa necessidade, uma atenção especial, mas como o professor irá fazer isso com uma sala superlotada, desestrutura da escola. Então essas são as questões, que são possíveis, mas se houver essa estrutura (ENTREVISTA, 2017).

Para a gestora é notável que o Programa de Combate à Evasão Escolar trouxe avanços significativos no que diz respeito ao controle e notificação das faltas,

porém há dificuldades para implementação de ações interventivas de combate e prevenção da evasão escolar. De acordo com a gestora pedagógica entrevistada, a estrutura da escola e a escassez de profissionais em relação ao número excessivo de demanda, tornam impossível a articulação de ações entre os profissionais.

A gestora pedagógica aponta ainda que a desarticulação com o Conselho Tutelar é um obstáculo para a efetivação do Programa de Combate à Evasão Escolar, uma vez que o retorno das informações pelo órgão à escola é lento (ENTREVISTA, 2017).

Em relação à afirmação da gestora pedagógica sobre a superlotação das salas, Almeida e Silva (2014) expõem que a promoção de uma educação emancipatória é primordial para uma educação de qualidade, que poderá contribuir para a redução das taxas de evasão escolar, distorção idade/série, reprovações etc. Entretanto, torna-se impossível promover o senso crítico dos alunos em uma sala de aula superlotada.

Ademais, o trabalho dos profissionais da educação se torna limitado com as salas superlotadas, pois as aulas serão dadas de forma pragmática e uniforme, desconsiderando as singularidades dos estudantes. Os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem não conseguem esclarecer suas dúvidas e compreender o conteúdo, pois não há tempo hábil para o profissional fazê-lo com êxito (OZÓRIO, 2003).

A fala da gestora pedagógica entrevistada informa ainda que, a escassez de profissionais frente ao número excessivo de demandas, também atinge os pedagogos, quando diz que “[...] estamos sobrecarregados, aqui temos seis profissionais, mas não paramos nem entre nós, não conseguimos conversar para resolver essas questões” (ENTREVISTA, 2017).

Ainda de acordo com Ozório (2003), o aluno torna-se passivo no processo do conhecimento, pois não consegue se expressar durante as aulas, dado o curto espaço de tempo em que se exige do professor a aplicação dos conteúdos.

Portanto, a revisão do modelo educacional brasileiro é fundamental para que o estudante deixe de ser passivo frente o processo ensino-aprendizagem e torne-se ativo no processo de conhecimento, construtor de sua própria realidade e protagonista no espaço escolar e social.

Segundo Rodrigues (2003) este modelo educacional só será possível através de uma gestão democrática, o que possibilitaria a participação de todos os

membros da comunidade escolar e externa nas decisões escolares. Ademais, este modelo de gestão escolar preza pelo respeito às singularidades e contradições, presentes no ambiente escolar.

É fato que o modelo educacional brasileiro precisa ser revisto, entretanto, não da forma como ocorreu através da Medida Provisória (MP) 746/2016 que altera a LDB vigente, sancionada pelo presidente interino Michel Temer. A MP 746/2016 ficou conhecida como Reforma do Ensino médio, pois propôs mudanças neste nível de ensino (ROSÁRIO, 2016).

A proposta da reforma que prevê a expansão do ensino técnico de nível médio é um retrocesso para a educação brasileira, pois se assemelha à proposta da LDB promulgada no ano de 1971 que teve como objetivo ofertar mão de obra técnica ao setor industrial e comerciário. De acordo com Tuffi (2017), a divisão de classes dos estudantes se torna mais evidente com a reforma, uma vez que uma parcela terá acesso ao “[...] ensino propedêutico [...] e outra [...] que vão ter acesso a um ensino técnico de baixa qualidade”.

3.3.1 A intersetorialidade no enfrentamento à evasão escolar: foco no Serviço Social

De acordo com Bourguignon (2001), a intersetorialidade é a articulação de ações entre as Políticas Públicas a fim de garantir a proteção social de todos os cidadãos. A intersetorialidade passou a fazer parte das Políticas Públicas a partir da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de orientar a formulação e gestão das Políticas Públicas.

Os autores da amostra, Pereira, Brandão e Dalt (2011) apontam a intersetorialidade como uma alternativa de enfrentamento à evasão escolar, uma vez que a elaboração de mecanismos de enfrentamento da evasão dos estudantes não é restrita apenas à escola, Secretaria de Educação ou ao Núcleo Regional de Educação, mas, perpassa por todas as Políticas Públicas que atendem os estudantes e suas famílias.

Nesta perspectiva, a entrevistada reconhece a importância da intersetorialidade e do trabalho interdisciplinar²¹ no enfrentamento da evasão escolar, entretanto o mesmo não se efetiva.

Não, não existe articulação. Ela existe dentro de uma linha teórica, na teoria você lê sobre a articulação, mas na realidade não. Nós precisamos de muitos atendimentos diferenciados, que auxiliariam o aluno dentro da escola, mas nós não temos (ENTREVISTA, 2017).

A articulação entre as Políticas Sociais é fundamental para o enfrentamento de questões que são de interesses dos diversos setores. A escola é um espaço social onde as expressões da questão social (desemprego; violência; uso de substâncias entorpecentes; fome etc.) se fazem presente e interferem diretamente na permanência do estudante no ambiente escolar. Dada a complexidades destas questões, ações efetivadas apenas pela Política de Educação são insuficientes, portanto, há a necessidade imediata da articulação com as demais Políticas Públicas (CARVALHO, 2011).

A intersetorialidade no planejamento e execução de ações voltadas às crianças e adolescentes está prevista no Art. 70-A do ECA (1990), que dispõe em seu inciso VI:

[...] a promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 1990).

Diante do exposto, pode-se refletir que apesar da articulação entre as Políticas Sociais serem de suma importância, segundo o discurso da gestora pedagógica, a intersetorialidade inexistente no enfrentamento da evasão escolar no município, ficando apenas à cargo da escola a efetivação de ações para garantir a permanência dos estudantes.

²¹ “ A interdisciplinaridade exige que cada especialista ultrapasse os seus próprios limites, abrindo-se às contribuições de outras disciplinas” (SAMPAIO et al., 2010).

Em relação à inexistência de um trabalho intersetorial com a rede de proteção à criança e adolescente no enfrentamento da evasão escolar no município, a gestora pedagógica expõe que:

[...] o Conselho Tutelar demora muito em atender essas comunicações de evasão da escola. Essa questão vai também deles não terem estrutura para trabalho, pelos profissionais para atender um número tão grande de crianças e adolescentes que precisam de atendimento. Essas questões que prejudicam, a gente precisa se articular com a rede, pois a rede está de um lado e a escola está de outro, os profissionais estão de outro. Não há a conversa, o diálogo com essa rede, e principalmente quando se trata do aluno da rede estadual (ENTREVISTA, 2017).

Segundo Kiddo (2016) a desarticulação entre a rede de proteção e as instituições escolares é um fator contribuinte para as altas taxas de evasão escolar. Se considerarmos o Programa de Combate à Evasão Escolar da SEED, a rede de proteção tem papel fundamental no enfrentamento da evasão escolar, pois são os órgãos como o Conselho Tutelar, os responsáveis pelo encaminhamento ao Ministério Público e demais serviços competentes (PARANÁ, 2013).

Assim, é fundamental a criação de mecanismos para o fortalecimento da articulação entre a rede de proteção, principalmente do Conselho Tutelar, no sentido de fortalecer sua relação com as instituições de ensino público.

Considerando que majoritariamente as questões que contribuem para a evasão escolar vão além da competência educacional, a instituição escolar fica incapacitada de respondê-las sem a articulação com os demais serviços e Políticas Sociais.

Carvalho (2011) expõe sobre a articulação entre a Política de Educação e Política de Assistência Social e aborda que esta articulação:

[...] poderá se constituir como uma importante intervenção para a proteção social, prevenção a situações de violação de direitos da criança e do adolescente, e, também, para melhoria do desempenho escolar e da permanência na escola, principalmente em territórios mais vulneráveis (CARVALHO, 2011, p.8).

Nesta perspectiva, a gestora pedagógica relata sobre o trabalho de assistentes sociais nas escolas:

[...] muitas questões sociais que estão dentro da casa, a escola não pode muitas vezes intervir. O assistente social, não é que ele vá sanar tudo, mas ele pode fazer essa visita. [...] Às vezes um assistente social indo junto é um apoio a mais, o assistente social pode ver essa questão social que está acontecendo lá e relatar, por que muitas vezes fazemos isso informalmente. Ahhhh. o uso de drogas, medicação, a gente tem muito isso, alunos que precisam tomar medicamentos e não tomam por que a família não dá, não é que a assistente social vá lá dar a medicação, mas pode relatar essa situação que intervém na escola, porque o aluno com hiperatividade, nós temos vários aqui, precisa tomar medicação, aí você chama, vem aqui o caso, isso é uma questão social lá da família, e nós enquanto escola, nos tornamos limitados pra ir lá e agir e a assistente social talvez pode fazer uma intervenção, não resolver, mas intervir lá dentro nesta questão (ENTREVISTA, 2017).

O discurso da gestora pedagógica ao afirmar que apenas os profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem não são suficientes para responder as demandas escolares, principalmente referentes à evasão escolar dos estudantes, é revelador da importância da atuação interprofissional nas instituições escolares, bem como a articulação entre os setores da sociedade.

O trabalho do assistente social frente à evasão escolar poderá ser realizado por meio de ações conjuntas com a equipe interprofissional para o enfrentamento das questões que interferem no processo de ensino-aprendizagem, bem como compete ao assistente social promover o acesso dos estudantes e suas famílias às Políticas Sociais. Cabe ao assistente social promover também a articulação entre as Políticas Públicas e os serviços de atendimento à criança e ao adolescente (LUCHETTI; LÁZARO; SILVA, 2010).

Segundo Pontes (2010) a atuação dos assistentes sociais deve ser baseada mediação²², formada a partir do trinômio: singularidade; universalidade e particularidade. Este movimento proporciona a compreensão para além da aparência, levando os profissionais ao conhecimento da essência do objeto, no caso da evasão escolar, a compreensão se dará em sua totalidade, compreendendo-a como fruto do processo de exploração da classe trabalhadora proporcionada pelo sistema

²² De acordo com Pontes, a mediação se caracteriza por ser “[...] uma das categorias centrais da dialética, inscrita no contexto da ontologia do ser social marxista, e que possui uma dupla dimensão: ontológica (que pertence ao real) e reflexiva (que é elaborada pela razão)”. (2010, p.38)

capitalista, que resultara nas expressões da questão social, que, por sua vez, interfere diretamente no acesso e permanência dos estudantes nas escolas.

Sendo assim, a atuação dos assistentes sociais junto à evasão escolar, poderá contribuir para a compreensão técnica especializada deste fenômeno, bem como promover medidas para seu enfrentamento.

Deve-se ressaltar que a atuação do assistente social na Política de Educação, bem como em qualquer Política Pública e espaço sócio-ocupacional deve ser pautada no Projeto Ético Político da Profissão, atuando de acordo com os mecanismos que o materializam, quais sejam, o Código de Ética Profissional; a Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993 que regulamenta a profissão; as Diretrizes Curriculares e com o imanente caráter político do Serviço Social.

3.4 Reflexões referentes à realização do estudo empírico

A realização do presente estudo de campo possibilitou identificar os dados referentes à evasão escolar nas escolas estaduais da área central do município de Ivaiporã-PR, bem como o conhecimento em relação à instituição escolar com maior taxa de evasão dos estudantes.

A pesquisa realizada no município, especificamente no Colégio Estadual Bento Mossurunga, por meio da entrevista semiestruturada, junto à gestora pedagógica revelou alguns aspectos:

- A rede estadual de ensino do município de Ivaiporã-PR é composta por seis escolas urbanas, três na região rural e uma escola de modalidade especial, totalizando dez instituições escolares da rede estadual.
- As escolas estaduais localizadas na região central do município correspondem ao Colégio Estadual Barbosa Ferraz; Colégio Estadual Barão do Cerro Azul; Colégio Estadual Idália Rocha e Colégio Estadual Bento Mossurunga, sendo os dados da evasão no ano de 2016: 9,25%; 7,18%; 0,99% e 12,86%, respectivamente.
- O Colégio Estadual Bento Mossurunga apresentou maior taxa de evasão escolar diante das demais escolas da região central de Ivaiporã-PR, no ano de 2016, motivando a busca por maiores informações junto à secretaria da instituição, que revelou que os

dados correspondem a 3 alunos do período matutino e 8 do período noturno.

Em entrevista semiestruturada com a gestora pedagógica do período noturno, foi possível identificar que os alunos evadidos da escola, majoritariamente optam pela evasão para se inserirem no mercado de trabalho. Outros fatores também foram apontados, como: o uso de substâncias entorpecentes; violência; questões de saúde, entre outras.

Desta forma, observa-se que os estudantes em evasão escolar são atingidos pelas expressões da questão social (violência, desemprego, uso de substâncias entorpecentes etc.) que interferem diretamente em suas permanências escolares, entretanto, buscam às suas maneiras superá-las, de forma imediata e focal, pois acreditam que suas inserções no mercado de trabalho proporcionarão a superação de suas situações econômicas e sociais, inclusive, de acordo com a própria entrevistada, muitos se submetem às precárias condições de trabalho, ou até mesmo, no mercado de trabalho informal.

A incessante busca pela superação de suas condições econômicas e sociais através da inserção no mercado de trabalho poderá proporcionar qualidade de vida ao estudante e sua família, porém a superação das desigualdades sociais, de acordo com a teoria marxista, só será possível com a extinção do Sistema Capitalista.

A realização da pesquisa possibilitou ainda compreender a concepção da gestora pedagógica em relação aos possíveis motivos contribuintes do processo da evasão escolar na instituição.

Identificou-se ainda, a existência de um programa de nível estadual para o combate da evasão escolar, todavia, o programa prevê teoricamente a intersetorialidade entre as Políticas Setoriais e os serviços da rede de proteção da criança e do adolescente. Paradoxalmente, a entrevistada informou a inexistência da articulação no plano cotidiano.

Neste sentido, destaca-se a importância do desenvolvimento de mecanismos que propiciem a articulação entre as Políticas Públicas, como por exemplo, Conselhos Municipais, reuniões de rede, etc., uma vez que a evasão escolar não depende apenas de ações da Política de Educação, haja vista que geralmente as famílias dos estudantes evadidos apresentam problemas de saúde e/ou são atendidos pelos serviços socioassistenciais. A realização de ações preventivas e

combativas à evasão escolar apenas no âmbito da escola não são suficientes para a sua extinção, uma vez que se deve considerar a amplitude dos fatores ligados à questão.

Diante deste contexto, vale destacar a importância da intervenção de assistentes sociais frente à evasão escolar, pois através de sua formação acadêmica pode visualizar e compreender a evasão em sua totalidade, ou seja, fruto das contradições do sistema capitalista. Neste sentido, Martins (2012) apresenta que:

Fatores educacionais e sociais estão imbricados, gerando determinações que afetam a luta pela permanência com sucesso da criança e adolescente na escola pública. Portanto, essa é uma das demandas para o serviço social [...].

Em suma, a realização da presente pesquisa possibilitou compreender a realidade do Colégio Estadual Bento Mossurunga e suas especificidades, pois apesar de localizar-se na região central do município de Ivaiporã-PR, atende alunos de um dos bairros de maior vulnerabilidade econômica e social do município. Foi possível ainda conhecer a percepção da gestora pedagógica em relação à evasão escolar. Percebe-se que há em suas falas à compreensão da multidimensionalidade da questão, uma vez que aponta os inúmeros fatores que afetam o processo de permanência dos estudantes na escola, apontando ainda, a necessidade do trabalho intersetorial no combate à evasão escolar.

Em relação à inserção dos assistentes sociais nas escolas, pode-se refletir que ainda é pouco conhecida pelos profissionais (PIANA, 2009). Entretanto, percebe-se que a percepção da entrevistada com relação ao trabalho de assistentes sociais nas escolas é vista como um mecanismo que poderiam amenizar as demandas da equipe pedagógica, uma vez que se encontram sobrecarregados. Nesse sentido, percebe-se que a atuação dos assistentes sociais nas escolas, assim como suas competências profissionais, é pouco conhecida no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objeto de estudo a evasão escolar, temática recente nas discussões da área do Serviço Social, razão pela qual, se encontrou dificuldades para encontrar referências bibliográficas a partir da literatura especializada.

Dada à importância da inserção dos assistentes sociais na Política de Educação e nos espaços escolares, torna-se fundamental a discussão da temática, uma vez que a evasão escolar se constitui como uma das expressões multifacetadas da questão social e, objeto de trabalho dos assistentes sociais nas instituições escolares.

Neste sentido, o presente estudo objetivou analisar o quadro e mecanismos de enfrentamento em relação à evasão escolar do ensino médio no município de Ivaiporã-PR.

Para tanto, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos que foram atendidos a partir do paralelismo capitular: refletir sobre o Serviço Social na Política de Educação e a temática da evasão escolar; discutir sobre a evasão escolar a partir da literatura especializada em Serviço Social e, conhecer o quadro e estratégias de enfrentamento em relação à evasão escolar no Colégio Estadual Bento Mossurunga de Ivaiporã-PR.

O primeiro capítulo teve como objetivo apresentar breves reflexões sobre a trajetória histórica da Política Educacional no Brasil; a relação histórica entre a Educação e o Serviço Social, bem como a inserção de assistentes sociais na Política de Educação a partir do conjunto CFESS/CRESS.

No segundo capítulo apresentou-se a discussão do Serviço Social a partir da literatura especializada mediante levantamento bibliográfico realizado nos periódicos do Serviço Social e de relevância para área nas categorias A1, A2, B1 e B2 como disposto na relação de Revistas Qualis/2015, sendo possível refletir as obras selecionadas a partir das seguintes categorias de análise: motivos da evasão escolar; intervenções possíveis e atuação Interdisciplinar com foco no Serviço Social.

No terceiro capítulo apresentou-se a metodologia utilizada; as etapas procedimentais; dados referentes ao município de Ivaiporã-PR; a rede estadual de ensino do município; os instrumentos utilizados para a coleta de dados; os critérios

utilizados para selecionar a instituição e o sujeito da pesquisa, bem como a análise dos dados coletados a partir da entrevista semiestruturada com a gestora pedagógica.

A análise das informações colhidas a partir da entrevista com a gestora pedagógica ocorreu a partir dos seguintes eixos analíticos: a evasão escolar na instituição; intervenções frente à evasão escolar e, a intersetorialidade no enfrentamento à evasão escolar com foco no Serviço Social.

Objetivando responder o problema de pesquisa: “Como se constitui e quais os mecanismos de enfrentamento em relação à evasão escolar no ensino médio no município de Ivaiporã-PR” realizou-se levantamento de dados junto à Secretaria da Escola, identificado o número de 15 (quinze) estudantes evadidos no período noturno e 3 (três) no período matutino (2017).

Desta forma, procedemos à entrevista semiestruturada com a gestora pedagógica responsável pelo turno com maior número de estudantes evadidos, identificando que predominantemente os alunos em situação de evasão escolar são estudantes trabalhadores.

Na percepção da entrevistada os fatores relacionados ao uso de substâncias entorpecentes; violência; problemas de saúde e familiares também contribuem para o quadro de evasão da instituição.

Em relação às possibilidades e desafios no enfrentamento à evasão escolar, a gestora mencionou que existem possibilidades, todavia não são concretizadas em decorrência dos desafios institucionais impostos, tendo como exemplo: o escasso número de profissionais para atender inúmeras demandas; a inexistência de articulação entre os profissionais da escola, bem como das Políticas Públicas e os órgãos da rede de proteção das crianças e dos adolescentes.

A gestora pedagógica também relatou sobre a importância do Programa de Combate à Evasão Escolar, apresentado em 2013 pela Secretaria Estadual de Educação, o qual é constituído de fluxograma sobre a intervenção da equipe pedagógica com relação à evasão escolar; fichas de comunicação; e fluxograma da comunicação com o Conselho Tutelar; Ministério Público e Políticas Públicas.

Em relação à atuação interdisciplinar no enfrentamento da evasão escolar, a gestora pedagógica informou que não existe, apesar de reconhecer a importância de ter uma rede articulada para o combate da questão, haja vista que a evasão escolar é predominantemente fruto de fatores externos à escola.

No que tange à inserção de assistentes sociais na escola, a gestora pedagógica informou ser fundamental para intervir nas expressões da questão social que interferem no processo de ensino-aprendizagem, acesso e permanência dos estudantes nas escolas. Afirmou ainda, ter ciência de que a categoria profissional não possui o poder para acabar com as expressões da questão social, todavia, poderá intervir através de suas competências técnicas (teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo) na questão.

A realização da pesquisa foi fundamental para expandir a compreensão da pesquisadora sobre a temática, bem como conhecer os dados da evasão escolar nas escolas centrais de Ivaiporã-PR e, a percepção da gestora pedagógica do Colégio Estadual Bento Mossurunga, o qual apresentou maior taxa de evasão, comparado às demais escolas estaduais da região central do município, no último ano letivo.

Ao longo da pesquisa empírica identificou-se que embora existam mecanismos de controle da evasão escolar, os mesmos não são eficientes em decorrência da desarticulação da instituição escolar, Conselho Tutelar e demais Políticas Públicas, o que seria fundamental para seu enfrentamento, uma vez que a evasão escolar é uma questão ampla e necessita de ações realizadas para além do ambiente escolar.

Diante do exposto, identifica-se a necessidade de criar mecanismos que proporcionem a articulação entre as Políticas Setoriais, no sentido de construir juntas, ações preventivas e que visem combater a evasão escolar, voltados para o objetivo de garantir o direito constitucional das crianças e adolescentes em relação à permanência escolar.

A realização da presente pesquisa possibilitou ainda identificar a importância da inserção dos assistentes sociais no enfrentamento da evasão escolar, pois poderá intervir na promoção desta articulação; no encaminhamento para o acesso às demais Políticas; na promoção de uma educação emancipadora e na criação de estratégias de fortalecimento destes sujeitos.

A gestora pedagógica pontuou que a inserção dos assistentes sociais na escola poderá auxiliar com a sua competência técnica no enfrentamento de questões familiares e sociais, que interferem no processo de ensino-aprendizagem e permanência dos estudantes nas escolas. Na percepção da entrevistada, a assistente social poderá atuar na articulação entre a escola, o aluno, a família e as

demais Políticas Públicas, principalmente no que tange à comunicação com os serviços da rede de proteção, disposto no Programa de Combate à Evasão Escolar.

A gestora pedagógica não apresentou uma visão messiânica com relação à categoria profissional de assistentes sociais, pois em sua percepção não será a sua inserção que proporcionará a extinção dos problemas escolares como a evasão escolar, repetência etc., entretanto, são fundamentais para uma intervenção especializada e técnica.

Por fim, se espera que o presente estudo contribua para a aproximação da comunidade acadêmica, discentes, profissionais da área do Serviço Social e demais categorias profissionais sobre a temática, uma vez que a evasão escolar é objeto de intervenção de diversas áreas e profissionais, bem como, espera-se revelar o cenário e os mecanismos de enfrentamento da evasão escolar no município de Ivaiporã-PR, a partir do Colégio Estadual Bento Mossurunga. Podendo, inclusive subsidiar discussões futuras sobre a evasão escolar a partir da perspectiva do Serviço Social e *quicá* contribuir nos cursos de extensão e capacitação de professores da rede estadual de ensino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jaqueline Natália de; SILVA, Claudia Neves da. A contribuição do Serviço Social na garantia da permanência dos estudantes na educação básica: um estudo a partir das escolas públicas estaduais do município de Rolândia/PR. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.17, n.1, p.46-65, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/17277/17067>>. Acesso em: 20 mar. 2017

ASSUMPÇÃO, Rayane Patricia Severino; CARRAPEIRO, Juliana de Magalhães. Ditadura e Serviço Social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n.32, p. 105-118, maio de 2014. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/raiane_e_juliana.pdf>. Acesso em: 12 maio 2017.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Revista de Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v.16, n.2, p. 355-374, jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772011000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 abr. 2017.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a história das rupturas**. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001.

BERTOLLO, Kathiúça. A família no sistema de proteção social brasileiro: uma análise sobre a política de assistência social. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS, 5, 2011, Cascavel. **Anais...** Cascavel: UNIOESTE, 2011. Disponível em:<http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/arqs/Trab_completos_politicas_seguridade/A_familia_sistema_protecao_social_brasileiro.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar**, Curitiba, n.12, p.153-165. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n12/n12a14.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

BOURGUIGNON, Jussara. Concepção de rede intersetorial. In: **Núcleo de pesquisa em desigualdade e exclusão no espaço local**. Ponta Grossa: UEPG, 2001. Disponível em: <<http://www.uepg.br/nupes/intersetor.htm>>. Acesso em 24 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 04 abr. 2017.

_____. **Constituição Federal de 1934.** Promulgada em 16 de junho de 1934. Brasília, DF, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 24 abr. 2017.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 04 abr. 2017.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dez. de 1961.** Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de ago. de 1971.** Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. **Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 18 abr. 2017.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de Dez. de 1996.** Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 04 abr. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Brasil reduz 73 % do trabalho infantil e 64 % da evasão escolar.** Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/07/brasil-reduz-73-do-trabalho-infantil-e-64-da-evasao-escolar>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. **Projeto de Lei nº 3.688-E, de 2000.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=13881C721CAFA4D90FED540A96343E6.node1?codteor=1115163&filename=Avulso+-PL+3688/2000>. Acesso em: 28 jul. 2017.

CARDOSO, Luciana Roberta Donola; MALBERGIER, André. Problemas escolares e o consumo de álcool e outras drogas entre adolescentes. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v18n1/v18n1a03.pdf> >. Acesso em: 09 out. 2017.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto - Enferm.**, Florianópolis, v.14, n.4, p. 679-684, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2017.

CARVALHO, Cristiane Queiroz Leite. O desafio da articulação das políticas de educação e assistência social como uma alternativa de enfrentamento das expressões da questão social no espaço escolar. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2011. p. 23-22. Disponível em:<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/cdvjornada/jornada_eixo_2011/impasse_e_desafios_das_politicas_de_educacao/o_desafio_da_articulacao_das_politicas_de_educacao_e_assistencia_social.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. Métodos e técnicas de pesquisa. In:_____. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, p.25-53.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Grupo de Trabalho do conjunto CFESS/CRESS sobre Serviço Social na Educação (coord.). **Subsídios para o debate sobre o serviço social na educação**. Brasília: CFESS, jun. 2011.

_____. Grupo de Trabalho do conjunto CFESS/CRESS sobre Serviço Social na Educação (coord.). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2013.

_____. **Parecer nº 23, de 02 novembro de 2000**. Parecer jurídico referente à implantação do Serviço social nas escolas da rede pública de ensino fundamental e ensino médio. São Paulo: CFESS, 22 out. 2000.

_____. Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação (coord.). **Serviço Social na educação: uma inserção possível e necessária**. Brasília: CFESS, set. 2001.

COBO, Barbara. Condicionalidades. In:_____. **Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 54-59.

COSTA, C. J., OLIVEIRA, A. M. B., MENEZES, S. L. Educação dos escravos no Brasil colonial: Os sermões do Pe. Antônio Vieira. In: TOLEDO, César A. A., RIBAS, Maria Aparecida A. B., Skalinsk Junior, Oriomar (Org.). **Origens da educação escolar no Brasil colonial**, Maringá: Eduem, 4 v , p. 65-85, 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.48, p. 205-222, dez. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982008000200010>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. et. al. **A profissionalização do ensino na Lei nº. 5692/71**. Brasília: INEP, 1982. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/me002257.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

DELANEZE, Taís. Descontinuidade sem ruptura as reformas educacionais de Benjamin Constant e Francisco Campos. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2006. p. 5415-5426. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/493TaisDelanezeATUAL.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

DEMO, Pedro. Ideias para promover a cidadania associativa. In: _____. **Cidadania pequena**. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 83-100.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Ser. Soc. Soc.**, São Paulo, n.121, p.7-31, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n121/0101-6628-sssoc-n121-0007.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva; SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Revista ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, [S.l.], v. 25, n. 95, p. 356-392, maio 2017. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/397>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

FREITAS, Tais Pereira; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.121, p. 32-47, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.012>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

GAIOSO, Natalícia Pacheco Lacerda. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. 75 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília-DF, 2005.

GIL, Antonio Carlos. Delineamento da pesquisa. In: _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 49-55.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOULART, Cecília. Letramento e formas de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11,

n. 33, p. 450-460, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a06v1133.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

HADDAD, Cristhyane Ramos; FRANCO, Adriana de Fátima; SILVA, Daniel Vieira da. Os motivos da evasão escolar: uma análise do Programa FICA. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC, 2011. p.275-286. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4204_2327.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2017.

HENN, Leonardo Guedes; NUNES, Pâmela Pozzer Centeno. A educação escolar durante o período do Estado Novo. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v.2, n.6, p. 1045-1046, ago. 2013. Disponível em:<<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/254/207>>. Acesso em: 02 de maio de 2017

IAMAMOTO, Marilda. O serviço social na contemporaneidade. In: _____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2015. p.17-75.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. O Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais. In: _____. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 77-112.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. Protoformas do Serviço Social. In: _____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 175-231.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil em Síntese**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ivaipora/panorama>>. Acesso em: 14 set. 2017.

_____. **Censo escolar: abandono escolar por série do ensino médio 2007-2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=9&op=2&vcodigo=M15&t=abandonono-escolar-serie-ensino-medio-serie>>. Acesso em: 14 set. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **A profissionalização do ensino na lei nº 5692/71**. Brasília, 1982. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002257.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. **Censo da educação básica 2012: resumo técnico**. Brasília: Inep, 2013. p.41. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

KAEFER, Carin Otília; LEAL, Francine Ziegler. Evasão Escolar: uma expressão da questão social no contexto da escola. In: SIMPÓSIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2012, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UNIFRA, 2012. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/7475.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

KIDDO, Yuri. Trabalho Infantil e desinteresse levam à evasão escolar. **Fundação Telefônica**. 2016. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/noticia/trabalho-infantil-e-desinteresse-levam-a-evasio-escolar/>> Acesso em: 14 set. 2017.

KLEIN, Ruben. A crise de audiência no ensino médio: falta de participação dos jovens no ensino médio. **Instituto Unibanco**, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2013/07/revista_a_crise_do_ensino_medio.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017

LANÇA, Angelita Márcia Carreira Gandolfi. **Contribuições do Serviço Social no trabalho com a educação**. 2017. 243 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0275.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

LIMA, Leonardo Claver Amorim; GOMES, Candido Alberto. Ensino médio para todos: oportunidades e desafios. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.94, n.238, p. 745-769, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/357/348>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

LUCHETTI, Franciele Brazoli; LAZÁRO, Josiane Diamante; SILVA, Milton Pereira. **Evasão escolar: um estudo na escola estadual Francisco Pessoa**. 2010. 91 p. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Faculdades integradas “Antônio Eufrásio Toledo”, Presidente Prudente, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: Rompendo com a alienação. In:_____. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 93-121

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. 277 p. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/d4swh/pdf/martins-9788539302437.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. 1865. Disponível em: <<http://lutasocialista.com.br/livros/MARX%20E%20ENGELS/Sal%20e%20pre%20e%20lucro%20-%20Marx.PDF>>. Acesso em: 11 set. 2017.

MELO, Mariana Libânio De. **Serviço Social na Educação**: análise das tendências dos perfis pedagógicos do assistente social. 2013. 223 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MENDES, Deiseleny Lopes; AGUIAR, Marcília Silva; FONSECA, Maria Lúcia Mergener. Inserção do serviço social na educação: possibilidades e desafios. **Revista Conexões Geraes**, Belo Horizonte: CRESS 6ª região, v. 3, n. 6, p. 28 -35, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 16-101.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Trabalho, Sociedade e Valor. In: _____. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 41-65.

ORTIZ, Fátima Grave. Uma imagem profissional em construção. In: _____. **O Serviço Social no Brasil**: fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: e-papers, 2010. p.155-215.

OZÓRIO, Verônica de Araújo. Excesso de alunos em sala de aula não combina com qualidade educacional. **Educação Pública**, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/suavoz/0071.html>>. Acesso em: 22 set. 2017

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Programa de combate ao abandono escolar**. Curitiba: SEED/PR, 2013. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/combate_abandono_escolar/programa_combate_abandono_escolar.pdf>. Acesso em: 23 set. 2017.

PEREIRA, Rita de Cássia; BRANDÃO, André; DALT, Salete da. A evasão escolar sob a ótica de profissionais de ensino. **Ser Social**, Brasília, v.13, n.29, p.113-145, jul./dez. 2011. Disponível em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/6356/5165>. Acesso em: 25 mar. 2017.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Disponível em:<<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 03 Ago. 2017.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RODRIGUES, Neidson. A escola necessária para os tempos modernos. In:_____. **Da mistificação da escola à escola necessária**. São Paulo: Cortez, 2003, p.55-81.

ROSA, Maria Virginia de Figueiredo P. do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzales Colombo. Aspectos éticos e exigências com entrevistados especiais e com o entrevistador. In:_____. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, 29-73.

ROSÁRIO, Maria do. O notório desconhecimento da reforma do ensino médio. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança. 2016. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-notorio-desconhecimento-da-reforma-do-ensino-medio>>. Acesso em: 22 set. 2017.

SAMPAIO, C. C. et al. Interdisciplinaridade em questão: análise de uma política de saúde voltada à mulher. In: SÁ, J. L. M. de. **Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 77-94.

SANTOS, André Michel. **O Serviço social na educação: reflexões acerca das contribuições do assistente social para o fortalecimento da Gestão Escolar**. 2012. Disponível em: <<http://socialmarista.org.br/arq/arquivo/2012/4/servico-social-e-educacao.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

SANTOS, Elaine Janaina Souza. **A evasão escolar no ensino fundamental nas escolas públicas do município do Rio de Janeiro: aspectos econômicos e sociais**. 2001. 65 p. Dissertação (Pós-graduação para docência) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, Ciranda Campos Santana dos; SANTOS, Laís de Souza dos. A nova imprensa: como os veículos baianos de comunicação realizaram a cobertura do Estado Novo. In: 7º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, n. 7, 2009. **Anais...** Fortaleza-CE, 2009. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/A%20NOVA%20IMPrensa.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SAVIANI, Dermeval. Conhecer é compreender relações. **Docente na luta**, Florianópolis, s.v., n.6, p.4-6, jul. 2011. Entrevista concedida à professora e jornalista Sílvia Regina Pochmann de Quevedo.

SCHNEIDER, Glaucia Martins; HERMANDORENA, Maria do Carmo (Orgs.). **Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, p. 30-43, 2012.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete S. Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar em Revista**, Curitiba, n31, p.169-189, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.

SILVA, Marcela Mary José. O lugar do Serviço Social na Educação. In: SCHNEIDER, Glaucia Martins; HERMANDORENA, Maria do Carmo (Org.). **Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, p. 30-43, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Contextualizando o Serviço Social no processo histórico brasileiro. (Coord.). In: _____ (Coord.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 23-64.

SILVA, Monica Ribeiro da; PELISSARI, Lucas Barbosa; STEIMBACH, Allan Andrei. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 403-417, jun. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. 2017.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, jul. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002>. Acesso em: 29 jul. 2017.

TRUFFI, Renan. "Reforma do Ensino Médio é um retorno piorado à década de 90". 2017. **Carta Capital**, São Paulo: Editora Confiança. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/reforma-do-ensino-medio-e-um-retorno-piorado-a-decada-de-1990>>. Acesso em: 22 set. 2017.

WITIUK, Ilda L. **A trajetória socio-histórica do serviço social no espaço escolar**. 2004. 327 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A — Levantamento bibliográfico realizado nas revistas Qualis A1, A2, B1 e B2.

| TÍTULO | ANO | NÚMERO | QUANTIDADE DE ARTIGOS | ARTIGOS SELECIONADOS PARA A MOSTRA |
|---------------------------|------|---------------|-----------------------|------------------------------------|
| REVISTAS A1 | | | | |
| CRH/UFBA | 2007 | V.20, N.49 | 13 | |
| CRH/UFBA | 2007 | V.20, N.50 | 13 | 0 |
| CRH/UFBA | 2007 | V.20, N.51 | 10 | 0 |
| CRH/UFBA | 2008 | V.21, N.52 | 13 | 0 |
| CRH/UFBA | 2008 | V.21, N.53 | 13 | 0 |
| CRH/UFBA | 2008 | V.21, N.54 | 13 | 0 |
| CRH/UFBA | 2009 | V.22, N.55 | 12 | 0 |
| CRH/UFBA | 2009 | V.22, N.56 | 14 | 0 |
| CRH/UFBA | 2009 | V.22, N. 57 | 13 | 0 |
| CRH/UFBA | 2010 | V.23, N. 58 | 12 | 0 |
| CRH/UFBA | 2010 | V.23, N. 59 | 14 | 0 |
| CRH/UFBA | 2010 | V.23, N. 60 | 13 | 0 |
| CRH/UFBA | 2011 | V. 24, N.61 | 14 | 0 |
| CRH/UFBA | 2011 | V.24, N.62 | 13 | 0 |
| CRH/UFBA | 2011 | V.24, N.1 | 12 | 0 |
| CRH / UFBA | 2011 | V.24, N.63 | 14 | 0 |
| CRH/UFBA | 2012 | V.25, N.64 | 14 | 0 |
| CRH/UFBA | 2012 | V.25, N.65 | 14 | 0 |
| CRH/UFBA | 2012 | V.25, N.66 | 14 | 0 |
| CRH/UFBA | 2012 | V.25, N.2 | 13 | 0 |
| CRH/UFBA | 2013 | V.26, N. 67 | 14 | 0 |
| CRH/UFBA | 2013 | V.26, N. 68 | 16 | 0 |
| CRH/UFBA | 2013 | V.26, N. 69 | 15 | 0 |
| CRH/UFBA | 2014 | V.27, N.70 | 15 | 0 |
| CRH/UFBA | 2014 | V.27, N.71 | 14 | 0 |
| CRH/UFBA | 2014 | V.27, N.72 | 14 | 0 |
| CRH/UFBA | 2015 | V.28, N.73 | 16 | 0 |
| CRH/UFBA | 2015 | V.28, N.74 | 12 | 0 |
| CRH/UFBA | 2015 | V.28, N.75 | 15 | 0 |
| CRH/UFBA | 2016 | V.29, N.76 | 14 | 0 |
| CRH/UFBA | 2016 | V.29, N.3 | 6 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2007 | V.10. N.01 | 10 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2007 | V.10, N.esp. | 8 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2007 | V.10, N. 02 | 12 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2008 | V.11, N.01 | 11 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2008 | V.11, N. 02 | 13 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2009 | V.12, N. 01 | 10 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2009 | V. 12, N. 02 | 14 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2010 | V.13, N. 01 | 15 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2010 | V.13, N. 02 | 15 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2011 | V.14, N.01 | 14 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2011 | V.14, N. 02 | 15 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2012 | V.15, N. 01 | 13 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2012 | V.15, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2013 | V.16, N. esp. | 8 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2013 | V.16, N. 01 | 13 | 0 |

| | | | | |
|------------------------------|------|-------------|----|---|
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2013 | V.16, N. 02 | 12 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2014 | V.17, N. 01 | 9 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2014 | V.17, N. 02 | 9 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2015 | V.18, N. 01 | 10 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2015 | V.18, N. 02 | 10 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2016 | V.19, N. 01 | 13 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2016 | V.19, N.02 | 12 | 0 |
| Revista Katálysis. (UFSC) | 2016 | V.19, N. 03 | 12 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2010 | S/V, N.101 | 9 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2010 | S/V, N.102 | 11 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2010 | S/V, N.103 | 9 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2010 | S/V, N.104 | 10 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2011 | S/V, N.105 | 12 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2011 | S/V, N.106 | 9 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2011 | S/V, N.107 | 11 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2011 | S/V, N.108 | 10 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2012 | S/V, N.109 | 10 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2012 | S/V, N.110 | 8 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2012 | S/V, N.111 | 10 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2012 | S/V, N.112 | 7 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2013 | S/V, N.113 | 8 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2013 | S/V, N.114 | 9 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2013 | S/V, N.115 | 9 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2013 | S/V, N.116 | 9 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2014 | S/V, N.117 | 11 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2014 | S/V, N.118 | 8 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2014 | S/V, N.119 | 9 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2014 | S/V, N.120 | 9 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2015 | S/V, N.121 | 8 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2015 | S/V, N.122 | 8 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2015 | S/V, N.123 | 9 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2015 | S/V, N.124 | 8 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2016 | S/V, N.125 | 9 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2016 | S/V, N.126 | 8 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2016 | S/V, N.127 | 10 | 0 |
| Rev. Serv. Soc. e Sociedade. | 2017 | S/V, N. 128 | 12 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2007 | S/V, N. 17 | 11 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2007 | S/V, N. 18 | 15 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2008 | S/V, N. 19 | 9 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2008 | S/V, N. 20 | 11 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2009 | S/V, N. 21 | 10 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2009 | S/V, N. 22 | 12 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2010 | S/V, N. 23 | 13 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS). | 2010 | S/V, N. 24 | 11 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2010 | V.12, N. 25 | 10 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2011 | V.13, N. 26 | 10 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2011 | V.13, N. 27 | 11 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2011 | V.13, N. 28 | 9 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2012 | V.14, N. 29 | 9 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2012 | V.14, N. 30 | 8 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2012 | V.14, N. 31 | 9 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2013 | V.15, N. 32 | 9 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2013 | V.15, N. 33 | 10 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2013 | V.15, N. 34 | 9 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2014 | V.16, N. 35 | 9 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2014 | V.16, N. 36 | 9 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2014 | V.16, N. 37 | 9 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2015 | V.17, N. 38 | 11 | 0 |

| | | | | |
|-----------------------------|------|-------------|----|---|
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2015 | V.17, N. 39 | 10 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2015 | V.17, N. 40 | 9 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2016 | V.18, N. 41 | 12 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2016 | V.18, N. 42 | 9 | 0 |
| Revista Sociologias (UFRGS) | 2016 | V.18, N. 43 | 12 | 0 |
| REVISTAS A2 | | | | |
| Revista Argumentum. (UFES) | 2009 | V.01, N.01 | 6 | 0 |
| Revista Argumentum. (UFES) | 2010 | V.02, N.01 | 7 | 0 |
| Revista Argumentum. (UFES) | 2010 | V.02, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Argumentum. (UFES) | 2011 | V.03, N.01 | 10 | 0 |
| Revista Argumentum. (UFES) | 2011 | V.03, N.02 | 12 | 0 |
| Revista Argumentum. (UFES) | 2012 | V.04,N.01 | 12 | 0 |
| Revista Argumentum. (UFES) | 2012 | V.04,N.02 | 15 | 0 |
| Revista Argumentum. (UFES) | 2013 | V.05, N.01 | 15 | 0 |
| Revista Argumentum. (UFES) | 2013 | V.05, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Argumentum. (UFES) | 2014 | V.06, N.01 | 18 | 0 |
| Revista Argumentum. (UFES) | 2014 | V.06, N.02 | 14 | 0 |
| Revista Argumentum. (UFES) | 2015 | V.07 N.01 | 16 | 0 |
| Revista Argumentum. (UFES) | 2015 | V.07 N.02 | 21 | 0 |
| Revista Argumentum. (UFES) | 2016 | V.08 N.01 | 14 | 0 |
| Revista Argumentum. (UFES) | 2016 | V.08 N.02 | 12 | 0 |
| Revista Argumentum. (UFES) | 2016 | V.08 N.03 | 11 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2007 | S/V,N.25 | 10 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2007 | S/V,N.29 | 14 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2008 | S/V,N.30 | 18 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2008 | S/V,N.31 | 17 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2009 | S/V,N.32 | 10 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2009 | S/V,N.33 | 17 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2010 | S/V,N.34 | 10 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2010 | S/V,N.35 | 8 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2011 | S/V,N.36 | 9 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2011 | S/V,N.37 | 13 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2012 | S/V,N.38 | 12 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2012 | S/V,N.39 | 10 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2013 | S/V,N.40 | 9 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2013 | S/V,N.41 | 13 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2014 | S/V,N.42 | 14 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2014 | S/V,N.43 | 13 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2015 | S/V,N.44 | 12 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2015 | S/V,N.45 | 18 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2016 | S/V,N.46 | 16 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2016 | S/V,N.47 | 19 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2016 | S/V,N.48 | 9 | 0 |
| Cadernos Pagu (UNICAMP) | 2017 | S/V,N.49 | 5 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2007 | S/V, N. 45 | 15 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2007 | S/V, N.46 | 16 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2008 | S/V, N. 47 | 18 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2008 | S/V, N. 48 | 9 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2009 | V. 25, N.01 | 16 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2009 | V.25, N. 02 | 14 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2009 | V.25, N. 03 | 16 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2010 | V.26, N. 01 | 13 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2010 | V.26, N. 02 | 15 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2010 | V.26, N. 03 | 20 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2011 | V.27, N.01 | 20 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2011 | V.27, N.02 | 13 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2011 | V.27, N. 03 | 14 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2012 | V.28, N.01 | 21 | 0 |

| | | | | |
|-------------------------------|------|--------------|----|---|
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2012 | V.28, N.02 | 18 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2012 | V.28, N.03 | 11 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2012 | V.28, N.04 | 14 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2013 | V.29, N.01 | 12 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2013 | V.29, N.02 | 12 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2013 | V.29, N.03 | 12 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2013 | V.29, N.04 | 11 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2014 | V.30, N.01 | 10 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2014 | V.30, N.02 | 10 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2014 | V.30, N.03 | 15 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2014 | V.30, N. 04 | 12 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2015 | V.31, N.01 | 17 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2015 | V.31, N.02 | 14 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2015 | V.31, N.03 | 18 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2015 | V.31, N.04 | 19 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2016 | V.32, N.01 | 15 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2016 | V.32, N.02 | 12 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2016 | V.32, N.03 | 17 | 0 |
| Educ. em Revista. (UFMG) | 2016 | V.32, N.04 | 18 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2007 | N. 19 | 14 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2007 | N. 20 | 15 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2008 | N. 21 | 13 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2008 | N. 22 | 14 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2009 | N. 23 | 12 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2009 | N. 24 | 19 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2010 | N. 25 | 14 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2010 | N. 26 | 12 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2011 | N. 27 | 11 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2011 | N. 28 | 15 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2012 | N. 29 | 14 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2012 | N. 30 | 16 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2013 | V. 11, N. 31 | 14 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2013 | V. 11, N. 32 | 16 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2014 | N. 33 | 12 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2014 | N. 34 | 11 | 0 |
| Revista em pauta (UFRJ) | 2015 | N. 35 | 12 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2007 | V.15, N.54 | 8 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2007 | V.15, N.55 | 6 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2007 | V.15, N.56 | 7 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2007 | V.15, N.57 | 6 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2008 | V.16, N.58 | 8 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2008 | V.16, N.59 | 6 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2008 | V.16, N.60 | 7 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2008 | V.16, N.61 | 8 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2009 | V.17, N.62 | 7 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2009 | V.17, N.63 | 7 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2009 | V.17, N.64 | 7 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2009 | V.17, N.65 | 9 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2010 | V.18, N.66 | 8 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2010 | V.18, N.67 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2010 | V.18, N.68 | 9 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2010 | V.18, N.69 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2011 | V.19, N.70 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2011 | V.19, N.71 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2011 | V.19, N.72 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2011 | V.19, N.73 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2012 | V.20, N.74 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2012 | V.20, N.75 | 8 | 0 |

| | | | | |
|--------------------------------------|-------------|------------------|----------|----------|
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 20012 | V.20, N.76 | 8 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2012 | V.20, N.77 | 8 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2013 | V.21, N. 78 | 7 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2013 | V.21, N. 79 | 9 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2013 | V.21, N. 80 | 9 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2013 | V.21, N. 81 | 8 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2014 | V.22, N.82 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2014 | V.22, N.83 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2014 | V.22, N.84 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2014 | V.22, N.85 | 9 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2015 | V.23, N.86 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2015 | V.23, N.87 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2015 | V.23, N.88 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2015 | V.23, N.89 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2016 | V.24, N. 90 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2016 | V.24, N. 91 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2016 | V.24, N. 92 | 11 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2016 | V.24, N. 93 | 11 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. em Ed. | 2017 | V.25, N. 94 | 10 | 0 |
| Rev. Aval. e Pol. Púb. Em Ed. | 2017 | V.01, S/N | 9 | 1 |
| Revista Estudos Avançados | 2007 | V.21, N. 59 | 19 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2007 | V.21, N. 60 | 14 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2007 | V.21, N. 61 | 17 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2008 | V.22, N. 62 | 18 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2008 | V.22, N. 63 | 20 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2008 | V.22, N. 64 | 14 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2009 | V.23, N. 65 | 19 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2009 | V.23, N. 66 | 20 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2009 | V.23, N. 67 | 24 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2010 | V.24, N. 68 | 14 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2010 | V.24, N. 69 | 14 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2010 | V.24, N. 70 | 15 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2011 | V.25, N.71 | 16 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2011 | V.25, N.72 | 21 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2011 | V.25, N.73 | 20 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2012 | V.26, N.74 | 25 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2012 | V.26, N.75 | 20 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2012 | V.26, N.76 | 29 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2013 | V.27, N.77 | 14 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2013 | V.27, N.78 | 16 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2013 | V.27, N.79 | 15 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2014 | V.28, N.80 | 20 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2014 | V.28, N.81 | 16 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2014 | V.28, N.82 | 14 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2015 | V.29, N.83 | 14 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2015 | V.29, N.84 | 22 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2015 | V.29, N.85 | 24 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2016 | V.30, N.86 | 17 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2016 | V.30, N.87 | 19 | 0 |
| Revista Estudos Avançados | 2016 | V.30, N.88 | 17 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2007 | V.22, N.63 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2007 | V.22, N.64 | 15 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2007 | V.22, N.65 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2008 | V.23, N.66 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2008 | V.23, N.67 | 9 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2008 | V.23, N.68 | 12 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2009 | V.24, N.69 | 10 | 0 |

| | | | | |
|-----------------------------|------|------------|----|---|
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2009 | V.24, N.70 | 9 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2009 | V.24, N.71 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2010 | V.25, N.72 | 8 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2010 | V.25, N.73 | 9 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2010 | V.25, N.74 | 9 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2011 | V.26, N.75 | 9 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2011 | V.26, N.76 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2011 | V.26, N.77 | 15 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2012 | V.27, N.78 | 9 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2012 | V.27, N.79 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2012 | V.27, N.80 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2013 | V.28, N.81 | 13 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2013 | V.28, N.82 | 12 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2013 | V.28, N.83 | 12 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2014 | V.29, N.84 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2014 | V.29, N.85 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2014 | V.29, N.86 | 9 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2015 | V.30, N.87 | 9 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2015 | V.30, N.88 | 9 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2015 | V.30, N.89 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2016 | V.31, N.90 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2016 | V.31, N.91 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2016 | V.31, N.92 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Ciências Soc. | 2017 | V.32, N.93 | 11 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2007 | V.15, N.01 | 10 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2007 | V.15, N.02 | 14 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2007 | V.15, N.03 | 16 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2008 | V.16, N.01 | 14 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2008 | V.16, N.02 | 19 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2008 | V.16, N.03 | 19 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2009 | V.17, N.01 | 10 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2009 | V.17, N.02 | 14 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2009 | V.17, N.03 | 16 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2010 | V.18, N.01 | 12 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2010 | V.18, N.02 | 14 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2010 | V.18, N.03 | 13 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2011 | V.19, N.01 | 14 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2011 | V.19, N.02 | 18 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2011 | V.19, N.03 | 16 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2012 | V.20, N.01 | 14 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2012 | V.20, N.02 | 16 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2012 | V.20, N.03 | 17 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2013 | V.21, N.01 | 16 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2013 | V.21, N.02 | 15 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2013 | V.21, N.03 | 20 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2014 | V.22, N.01 | 16 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2014 | V.22, N.02 | 15 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2014 | V.22, N.03 | 11 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2015 | V.23, N.01 | 17 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2015 | V.23, N.02 | 17 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2015 | V.23, N.03 | 16 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2016 | V.24, N.01 | 19 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2016 | V.24, N.02 | 16 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2016 | V.24, N.03 | 18 | 0 |
| Rev. Estudos Feministas | 2017 | V.25, N.01 | 16 | 0 |
| Revista Ser Social (UNB) | 2009 | V.11, N.24 | 4 | 0 |
| Revista Ser Social (UNB) | 2009 | V.11, N.25 | 10 | 0 |
| Revista Ser Social (UNB) | 2010 | V.12, N.26 | 8 | 0 |

| | | | | |
|---------------------------------|-------------|-------------------|-----------|----------|
| Revista Ser Social (UNB) | 2010 | V.12, N.27 | 12 | 0 |
| Revista Ser Social (UNB) | 2011 | V.13, N.28 | 9 | 0 |
| Revista Ser Social (UNB) | 2011 | V.13, N.29 | 15 | 1 |
| Revista Ser Social (UNB) | 2012 | V.14, N.30 | 11 | 0 |
| Revista Ser Social (UNB) | 2012 | V.14, N.31 | 14 | 0 |
| Revista Ser Social (UNB) | 2013 | V.15, N.32 | 12 | 0 |
| Revista Ser Social (UNB) | 2013 | V.15, N.33 | 7 | 0 |
| Revista Ser Social (UNB) | 2014 | V.16, N.34 | 10 | 0 |
| Revista Ser Social (UNB) | 2014 | V.16, N.35 | 10 | 0 |
| Revista Ser Social (UNB) | 2015 | V.17, N.36 | 10 | 0 |
| Revista Ser Social (UNB) | 2015 | V.17, N.37 | 12 | 0 |
| Revista Ser Social (UNB) | 2016 | V.18, N.38 | 13 | 0 |
| Revista Ser Social (UNB) | 2016 | V.18, N.39 | 19 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2007 | V.11, N. 01 | 7 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2007 | V.11, N. 02 | 11 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2008 | V.12, N. 01 | 11 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2008 | V.12, N. 02 | 10 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2009 | V.13, N. 01 | 11 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2009 | V.13, N. 02 | 13 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2010 | V.14, N. 01 | 18 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2010 | V.14, N. esp. | 25 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2010 | V.14, N. 02 | 13 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2011 | V.15, N. 01 | 16 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2011 | V.15, N. 02 | 13 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2012 | V.16, N. 01 | 21 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2012 | V.16, N. esp. | 42 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2012 | V.16, N. 02 | 18 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2013 | V.17, N. 01 | 22 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2013 | V.17, N. 02 | 13 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2014 | V.18, N. 01 | 22 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2014 | V.18, N. esp. | 38 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2014 | V.18, N. 02 | 23 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2015 | V.19, N. 01 | 21 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2015 | V.19, N. 02 | 20 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2016 | V.20, N. 01 | 21 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2016 | V.20, N. esp. | 34 | 0 |
| Revista de Políticas Públicas. | 2016 | V.20, N. 02 | 21 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2007 | V.06, N.01 | 13 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2007 | V.06, N.02 | 14 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2008 | V.07, N.01 | 10 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2008 | V.07, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2009 | V.08, N.01 | 9 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2009 | V.08, N.02 | 12 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2010 | V.09, N.01 | 15 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2010 | V.09, N.02 | 16 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2011 | V.10, N.01 | 15 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2011 | V.10, N.02 | 15 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2012 | V.11, N.01 | 15 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2012 | V.11, N.02 | 15 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2013 | V.12, N.01 | 15 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2013 | V.12, N.02 | 14 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2014 | V.13, N.01 | 15 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2014 | V.13, N.02 | 15 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2015 | V.14, N.01 | 15 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2015 | V.14, N.02 | 17 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2016 | V.15, N.01 | 16 | 0 |
| Revista Textos e Contextos. | 2016 | V.15, N.02 | 16 | 0 |
| REVISTAS B1 | | | | |

| | | | | |
|----------------------|------|-------------|----|---|
| Revista Avaliação | 2007 | V.12, N.02 | 8 | 0 |
| Revista Avaliação | 2007 | V.12, N.03 | 9 | 0 |
| Revista Avaliação | 2007 | V.12, N.04 | 11 | 0 |
| Revista Avaliação | 2008 | V.13, N.01 | 11 | 0 |
| Revista Avaliação | 2008 | V.13, N.02 | 13 | 0 |
| Revista Avaliação | 2008 | V.13, N.03 | 18 | 0 |
| Revista Avaliação | 2009 | V.14, N.01 | 10 | 0 |
| Revista Avaliação | 2009 | V.14, N.02 | 11 | 0 |
| Revista Avaliação | 2009 | V.14, N.03 | 11 | 0 |
| Revista Avaliação | 2010 | V.15, N.01 | 10 | 0 |
| Revista Avaliação | 2010 | V.15, N.02 | 10 | 0 |
| Revista Avaliação | 2010 | V.15, N.03 | 10 | 0 |
| Revista Avaliação | 2011 | V.16, N.01 | 10 | 0 |
| Revista Avaliação | 2011 | V.16, N.02 | 11 | 0 |
| Revista Avaliação | 2011 | V.16, N.03 | 14 | 0 |
| Revista Avaliação | 2012 | V.17, N.01 | 13 | 0 |
| Revista Avaliação | 2012 | V.17, N.02 | 13 | 0 |
| Revista Avaliação | 2012 | V.17, N.03 | 13 | 0 |
| Revista Avaliação | 2013 | V.18, N.01 | 11 | 0 |
| Revista Avaliação | 2013 | V.18, N.02 | 13 | 0 |
| Revista Avaliação | 2013 | V.18, N.03 | 12 | 0 |
| Revista Avaliação | 2014 | V.19, N.01 | 10 | 0 |
| Revista Avaliação | 2014 | V.19, N.02 | 11 | 0 |
| Revista Avaliação | 2014 | V.19, N.03 | 12 | 0 |
| Revista Avaliação | 2015 | V.20, N.01 | 13 | 0 |
| Revista Avaliação | 2015 | V.20, N.02 | 12 | 0 |
| Revista Avaliação | 2015 | V.20, N.03 | 11 | 0 |
| Revista Avaliação | 2016 | V.21, N.01 | 13 | 0 |
| Revista Avaliação | 2016 | V.21, N.02 | 15 | 0 |
| Revista Avaliação | 2016 | V.21, N.03 | 12 | 0 |
| Revista Barbarói | 2007 | S/V,N.26 | 11 | 0 |
| Revista Barbarói | 2007 | S/V,N.27 | 9 | 0 |
| Revista Barbarói | 2008 | S/V,N.28 | 9 | 0 |
| Revista Barbarói | 2008 | S/V,N.29 | 9 | 0 |
| Revista Barbarói | 2009 | S/V,N.30 | 8 | 0 |
| Revista Barbarói | 2009 | S/V,N.31 | 11 | 0 |
| Revista Barbarói | 2010 | S/V,N.32 | 11 | 0 |
| Revista Barbarói | 2010 | S/V,N.33 | 11 | 0 |
| Revista Barbarói | 2011 | S/V,N.34 | 10 | 0 |
| Revista Barbarói | 2011 | S/V,N.35 | 13 | 0 |
| Revista Barbarói | 2012 | S/V,N.36 | 10 | 0 |
| Revista Barbarói | 2012 | S/V,N.36 | 11 | 0 |
| Revista Barbarói | 2012 | S/V,N.37 | 11 | 0 |
| Revista Barbarói | 2013 | S/V,N.38 | 10 | 0 |
| Revista Barbarói | 2013 | S/V,N.39 | 11 | 0 |
| Revista Barbarói | 2014 | S/V,N.40 | 13 | 0 |
| Revista Barbarói | 2014 | S/V,N.41 | 13 | 0 |
| Revista Barbarói | 2014 | S/V,N.42 | 17 | 0 |
| Revista Barbarói | 2015 | S/V,N.43 | 13 | 0 |
| Revista Barbarói | 2015 | S/V,N.44 | 17 | 0 |
| Revista Barbarói | 2015 | S/V,N.45 | 17 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2007 | V.37, N.130 | 9 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2007 | V.37, N.131 | 9 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2007 | V.37, N.132 | 10 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2008 | V.38, N.133 | 10 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2008 | V.38, N.134 | 12 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2008 | V.38, N.135 | 12 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2009 | V.39, N.136 | 13 | 0 |

| | | | | |
|---------------------------|------|---------------|----|---|
| Cadernos de Pesquisa | 2009 | V.39, N.137 | 24 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2009 | V.39, N.138 | 15 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2010 | V.40, N.139 | 13 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2010 | V.40, N.140 | 14 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2010 | V.40, N.141 | 15 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2011 | V.41, N.142 | 13 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2011 | V.41, N.143 | 13 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2011 | V.41, N.144 | 14 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2012 | V.42, N.145 | 16 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2012 | V.42, N.146 | 14 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2012 | V.42, N.147 | 13 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2013 | V.43, N.148 | 13 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2013 | V.43, N.149 | 15 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2013 | V.43, N.150 | 16 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2014 | V.44, N.151 | 12 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2014 | V.44, N.152 | 11 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2014 | V.44, N.153 | 15 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2014 | V.44, N.154 | 13 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2015 | V.45, N.155 | 10 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2015 | V.45, N.156 | 12 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2015 | V.45, N.157 | 11 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2015 | V.45, N.158 | 11 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2016 | V.46, N.159 | 12 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2016 | V.46, N.160 | 11 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2016 | V.46, N.161 | 12 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2016 | V.46, N.162 | 16 | 0 |
| Cadernos de Pesquisa | 2017 | V.47, N.163 | 14 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2007 | S/V, N.24 | 9 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2007 | S/V, N.25 | 12 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2008 | S/V, N.26 | 17 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2008 | S/V, N.27 | 12 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2009 | S/V, N.28 | 16 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2009 | S/V, N.29 | 19 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2010 | S/V, N.30 | 16 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2010 | S/V, N.31 | 12 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2011 | S/V, N.32 | 12 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2011 | S/V, N.33 | 13 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2012 | S/V, N.34 | 15 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2012 | S/V, N.35 | 13 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2013 | S/V, N.36 | 14 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2013 | S/V, N.37 | 14 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2014 | S/V, N.38 | 18 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2014 | S/V, N.39 | 17 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2015 | S/V, N.40 | 14 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2015 | S/V, N.41 | 13 | 0 |
| Revista Crítica Marxista | 2016 | S/V, N.42 | 22 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2007 | V.33, N.01 | 10 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2007 | V.33, N.02 | 12 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2007 | V.33, N.03 | 14 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2008 | V.34, N. 01 | 10 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2008 | V.34, N. 02 | 11 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2008 | V.34, N. 03 | 9 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2009 | V.35, N.01 | 12 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2009 | V.35, N.02 | 11 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2009 | V.35, N.03 | 11 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2010 | V.36, Ed.Esp. | 10 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2010 | V.36, N.01 | 13 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2010 | V.36, N.02 | 12 | 0 |

| | | | | |
|----------------------------------|-------------|-------------------|-----------|----------|
| Educação e Pesquisa (USP) | 2010 | V.36, N.03 | 13 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2011 | V.37, N.01 | 11 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2011 | V.37, N.02 | 12 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2011 | V.37, N.03 | 12 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2011 | V.37, N.04 | 10 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2012 | V.38, N.01 | 15 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2012 | V.38, N.02 | 15 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2012 | V.38, N.03 | 13 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2012 | V.38, N.04 | 13 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2013 | V.39, N.01 | 12 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2013 | V.39, N.02 | 14 | 1 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2013 | V.39, N.03 | 13 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2013 | V.39, N.04 | 14 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2014 | V.40, N.01 | 14 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2014 | V.40, N.02 | 14 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2014 | V.40, N.03 | 14 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2014 | V.40, N.04 | 15 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2015 | V.41, N. 01 | 14 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2015 | V.41, N. 02 | 15 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2015 | V.41, N. 03 | 13 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2015 | V.41, N. 04 | 14 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2015 | V.41, Ed.esp. | 16 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2016 | V.42, N.01 | 15 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2016 | V.42, N.02 | 14 | 0 |
| Educação e Pesquisa (USP) | 2016 | V.42, N.03 | 15 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2007 | V.13, N.27 | 12 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2007 | V.13, N.28 | 14 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2008 | V.14, N.29 | 12 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2008 | V.14, N.30 | 12 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2009 | V.15, N.31 | 12 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2009 | V.15, N.32 | 13 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2010 | V.16, N.33 | 12 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2010 | V.16, N.34 | 18 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2011 | V.17, N.35 | 9 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2011 | V.17, N.36 | 7 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2012 | V.18, N.37 | 12 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2012 | V.18, N.38 | 12 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2013 | V.19, N.39 | 14 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2013 | V.19, N.40 | 12 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2014 | V.20, N.41 | 11 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2014 | V.20, N.42 | 12 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2015 | V.21, N.43 | 12 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2015 | V.21, N.44 | 12 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2016 | V.22, N.45 | 12 | 0 |
| Revista Horizontes Antrop. | 2016 | V.22, N.46 | 11 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2007 | V.18, N.01 | 14 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2007 | V.18, N.02 | 11 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2007 | V.18, N.03 | 12 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2008 | V.19, N.01 | 17 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2008 | V.19, N.02 | 13 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2008 | V.19, N.03 | 9 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2009 | V.20, N.01 | 11 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2009 | V.20, N.02 | 11 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2009 | V.20, N.03 | 13 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2010 | V.21, N.01 | 11 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2010 | V.21, N.02 | 12 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2010 | V.21, N.03 | 12 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2011 | V.22, N.01 | 13 | 0 |

| | | | | |
|-----------------------------|------|-------------|----|---|
| Revista Pró-posições | 2011 | V.22, N.02 | 12 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2011 | V.22, N.03 | 12 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2012 | V.23, N.01 | 11 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2012 | V.23, N.02 | 11 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2012 | V.23, N.03 | 10 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2013 | V.24, N.01 | 13 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2013 | V.24, N.02 | 15 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2013 | V.24, N.03 | 11 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2014 | V.25, N.01 | 11 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2014 | V.25, N.02 | 13 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2014 | V.25, N.03 | 11 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2015 | V.26, N.01 | 12 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2015 | V.26, N.02 | 10 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2015 | V.26, N.03 | 12 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2016 | V.27, N.01 | 10 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2016 | V.27, N.02 | 10 | 0 |
| Revista Pró-posições | 2016 | V.27, N.013 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2007 | V.17, N.01 | 15 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2007 | V.17, N.02 | 12 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2007 | V.17, N.03 | 14 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2008 | V.18, N.01 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2008 | V.18, N.02 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2008 | V.18, N.03 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2009 | V.19, N.01 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2009 | V.19, N.02 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2009 | V.19, N.03 | 12 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2010 | V.20, N.01 | 15 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2010 | V.20, N.02 | 13 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2010 | V.20, N.03 | 15 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2011 | V.21, N.01 | 15 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2011 | V.21, N.02 | 20 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2011 | V.21, N.03 | 12 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2012 | V.22, N.01 | 16 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2012 | V.22, N.02 | 18 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2012 | V.22, N.03 | 19 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2013 | V.23, N.01 | 17 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2013 | V.23, N.02 | 14 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2013 | V.23, N.03 | 16 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2014 | V.24, N.01 | 15 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2014 | V.24, N.02 | 14 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2014 | V.24, N.03 | 14 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2015 | V.25, N.01 | 16 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2015 | V.25, N.02 | 15 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2015 | V.25, N.03 | 18 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2016 | V.26, N.01 | 15 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2016 | V.26, N.02 | 15 | 0 |
| Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. | 2016 | V.26, N.03 | 15 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2007 | V.22, N.01 | 5 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2007 | V.22, N.02 | 6 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2007 | V.22, N.03 | 8 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2008 | V.23, N.01 | 5 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2008 | V.23, N.02 | 6 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2008 | V.23, N.03 | 10 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2009 | V.24, N.01 | 9 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2009 | V.24, N.02 | 15 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2009 | V.24, N.03 | 18 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2010 | V.25, N.01 | 13 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2010 | V.25, N.02 | 12 | 0 |

| | | | | |
|-----------------------------|------|------------|----|---|
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2010 | V.25, N.03 | 13 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2011 | V.26, N.01 | 19 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2011 | V.26, N.02 | 18 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2011 | V.26, N.03 | 17 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2012 | V.27, N.01 | 11 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2012 | V.27, N.02 | 8 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2012 | V.27, N.03 | 13 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2013 | V.28, N.01 | 8 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2013 | V.28, N.02 | 10 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2013 | V.28, N.03 | 12 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2014 | V.29, N.01 | 12 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2014 | V.29, N.02 | 12 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2014 | V.29, N.03 | 11 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2015 | V.30, N.01 | 13 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2015 | V.30, N.02 | 11 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2015 | V.30, N.03 | 11 | 0 |
| Rev. Sociedade e Est. (UNB) | 2016 | V.31, N.01 | 13 | 0 |
| Revista Temporalis | 2010 | V.10, N.20 | 8 | 0 |
| Revista Temporalis | 2011 | V.11, N.21 | 8 | 0 |
| Revista Temporalis | 2011 | V.11, N.22 | 17 | 0 |
| Revista Temporalis | 2012 | V.12, N.23 | 9 | 0 |
| Revista Temporalis | 2012 | V.12, N.24 | 18 | 0 |
| Revista Temporalis | 2013 | V.13, N.25 | 11 | 0 |
| Revista Temporalis | 2013 | V.13, N.26 | 7 | 0 |
| Revista Temporalis | 2014 | V.14, N.27 | 10 | 0 |
| Revista Temporalis | 2014 | V.14, N.28 | 13 | 0 |
| Revista Temporalis | 2015 | V.15, N.29 | 14 | 0 |
| Revista Temporalis | 2015 | V.15, N.30 | 22 | 0 |
| Revista Temporalis | 2016 | V.16, N.31 | 15 | 0 |
| REVISTA B2 | | | | |
| Revista Ciências Sociais | 2007 | V.43, N.01 | 9 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2007 | V.43, N.02 | 5 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2007 | V.43, N.03 | 9 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2008 | V.44, N.01 | 8 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2008 | V.44, N.02 | 5 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2008 | V.44, N.03 | 6 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2009 | V.45, N.01 | 7 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2009 | V.45, N.02 | 8 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2009 | V.45, N.03 | 6 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2010 | V.46, N.01 | 11 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2010 | V.46, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2010 | V.46, N.03 | 8 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2011 | V.47, N.01 | 9 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2011 | V.47, N.02 | 8 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2011 | V.47, N.03 | 14 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2012 | V.48, N.01 | 6 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2012 | V.48, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2012 | V.48, N.03 | 7 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2013 | V.49, N.01 | 14 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2013 | V.49, N.02 | 8 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2013 | V.49, N.03 | 10 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2014 | V.50, N.01 | 10 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2014 | V.50, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2014 | V.50, N.03 | 12 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2015 | V.51, N.01 | 10 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2015 | V.51, N.02 | 12 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2015 | V.51, N.03 | 15 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2016 | V.52, N.01 | 13 | 0 |

| | | | | |
|------------------------------|------|--------------|----|---|
| Revista Ciências Sociais | 2016 | V.52, N.02 | 13 | 0 |
| Revista Ciências Sociais | 2016 | V.52, N.03 | 14 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2007 | V.21, N.41 | 8 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2007 | V.21, N.42 | 10 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2008 | V.22, N.43 | 7 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2008 | V.22, N.44 | 9 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2009 | V.23, N.45 | 9 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2009 | V.23, N.46 | 11 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2010 | V.24, N.47 | 9 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2010 | V.24, N.48 | 10 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2011 | V.25, N.49 | 13 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2011 | V.25, N.50 | 13 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2011 | V.25, N.esp. | 13 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2012 | V.26, N.51 | 15 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2012 | V.26, N.52 | 11 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2013 | V.27, N.53 | 14 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2013 | V.27, N.54 | 15 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2013 | V.27, N.esp. | 13 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2014 | V.28, N.55 | 17 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2014 | V.28, N.56 | 17 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2014 | V.28, N.esp. | 13 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2015 | V.29, N.57 | 17 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2015 | V.29, N.58 | 18 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2015 | V.29, N.esp. | 14 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2016 | V.30, N.59 | 19 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2016 | V.30, N.60 | 18 | 0 |
| Revista Educação e Filosofia | 2016 | V.30, N.esp. | 14 | 0 |
| Rev. Educ. em Perspectiva | 2010 | V.01, N.01 | 9 | 0 |
| Rev. Educ. em Perspectiva | 2010 | V.01, N.02 | 10 | 0 |
| Rev. Educ. em Perspectiva | 2011 | V.02, N.01 | 8 | 0 |
| Rev. Educ. em Perspectiva | 2011 | V.02, N.02 | 10 | 0 |
| Rev. Educ. em Perspectiva | 2012 | V.03, N.01 | 11 | 0 |
| Rev. Educ. em Perspectiva | 2012 | V.03, N.02 | 8 | 0 |
| Rev. Educ. em Perspectiva | 2013 | V.04, N.01 | 9 | 0 |
| Rev. Educ. em Perspectiva | 2013 | V.04, N.02 | 12 | 0 |
| Rev. Educ. em Perspectiva | 2014 | V.05, N.01 | 10 | 0 |
| Rev. Educ. em Perspectiva | 2014 | V.05, N.02 | 8 | 0 |
| Rev. Educ. em Perspectiva | 2015 | V.06, N.01 | 8 | 0 |
| Rev. Educ. em Perspectiva | 2015 | V.06, N.02 | 9 | 0 |
| Rev. Educ. em Perspectiva | 2016 | V.07, N.01 | 8 | 0 |
| Rev. Educ. em Perspectiva | 2016 | V.07, N.02 | 11 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2007 | Ed. Espec. | 21 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2007 | V.30, N.01 | 9 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2007 | V.30, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2007 | V.30, N.03 | 10 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2008 | V.31, N.01 | 11 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2008 | V.31, N.02 | 7 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2008 | V.31, N.03 | 10 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2009 | V.32, N.01 | 6 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2009 | V.32, N.02 | 15 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2009 | V.32, N.03 | 15 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2010 | V.33, N.01 | 7 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2010 | V.33, N.02 | 7 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2010 | V.33, N.03 | 7 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2011 | V.34, N.01 | 12 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2011 | V.34, N.02 | 12 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2011 | V.34, N.03 | 15 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2012 | V.35, N.01 | 12 | 0 |

| | | | | |
|--------------------------|------|------------|----|---|
| Revista Educação (PUCRS) | 2012 | V.35, N.02 | 14 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2012 | V.35, N.03 | 14 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2013 | V.36, N.01 | 14 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2013 | V.36, N.02 | 12 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2013 | V.36, N.03 | 13 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2014 | V.37, N.01 | 12 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2014 | V.37, N.02 | 16 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2014 | V.37, N.03 | 13 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2015 | V.38, N.01 | 12 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2015 | V.38, N.02 | 13 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2015 | V.38, N.03 | 15 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2016 | V.39, N.01 | 14 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2016 | V.39, N.02 | 15 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2016 | V.39, N.03 | 14 | 0 |
| Revista Educação (PUCRS) | 2016 | Ed. Espec. | 14 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2007 | V.32, N.01 | 14 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2007 | V.32, N.02 | 12 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2008 | V.33, N.01 | 12 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2008 | V.33, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2008 | V.33, N.03 | 11 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2009 | V.34, N.01 | 13 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2009 | V.34, N.02 | 11 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2009 | V.34, N.03 | 12 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2010 | V.35, N.01 | 13 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2010 | V.35, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2010 | V.35, N.03 | 12 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2011 | V.36, N.01 | 9 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2011 | V.36, N.02 | 10 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2011 | V.36, N.03 | 12 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2012 | V.37, N.01 | 11 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2012 | V.37, N.02 | 14 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2012 | V.37, N.03 | 14 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2013 | V.38, N.01 | 14 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2013 | V.38, N.02 | 13 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2013 | V.38, N.03 | 17 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2014 | V.39, N.01 | 16 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2014 | V.39, N.02 | 14 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2014 | V.39, N.03 | 15 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2015 | V.40, N.01 | 18 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2015 | V.40, N.02 | 15 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2015 | V.40, N.03 | 16 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2016 | V.41, N.01 | 18 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2016 | V.41, N.02 | 17 | 0 |
| Revista Educação (UFSM) | 2016 | V.41, N.03 | 16 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2007 | V.11, N.01 | 6 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2007 | V.11, N.02 | 8 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2007 | V.11, N.03 | 7 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2008 | V.12, N.01 | 7 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2008 | V.12, N.02 | 8 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2008 | V.12, N.03 | 9 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2009 | V.13, N.01 | 6 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2009 | V.13, N.02 | 8 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2009 | V.13, N.03 | 9 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2010 | V.14, N.01 | 9 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2010 | V.14, N.02 | 8 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2010 | V.14, N.03 | 10 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2011 | V.15, N.01 | 9 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2011 | V.15, N.02 | 8 | 0 |

| | | | | |
|-----------------------------|------|------------|----|---|
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2011 | V.15, N.03 | 8 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2012 | V.16, N.01 | 9 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2012 | V.16, N.02 | 10 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2012 | V.16, N.03 | 9 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2013 | V.17, N.01 | 8 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2013 | V.17, N.02 | 9 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2013 | V.17, N.03 | 11 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2014 | V.18, N.01 | 10 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2014 | V.18, N.02 | 10 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2014 | V.18, N.03 | 8 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2015 | V.19, N.01 | 12 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2015 | V.19, N.02 | 12 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2015 | V.19, N.03 | 12 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2016 | V.20, N.01 | 12 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2016 | V.20, N.02 | 12 | 0 |
| Rev. Educação (UNISINOS) | 2016 | V.20, N.03 | 12 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2007 | V.07, N.01 | 12 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2007 | V.07, N.02 | 14 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2008 | V.08, N.01 | 9 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2008 | V.08, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2009 | V.09, N.01 | 10 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2009 | V.09, N.02 | 10 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2010 | V.10, N.01 | 10 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2010 | V.10, N.02 | 10 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2011 | V.11, N.01 | 9 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2011 | V.11, N.02 | 10 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2012 | V.12, N.01 | 10 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2012 | V.12, N.02 | 10 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2013 | V.13, N.01 | 10 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2013 | V.13, N.02 | 10 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2013 | V.13, N.03 | 10 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2014 | V.14, N.01 | 10 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2014 | V.14, N.02 | 13 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2015 | V.15, N.01 | 10 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2015 | V.15, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Emancipação (UEPG) | 2016 | V.16, N.01 | 12 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2007 | Ed.espec. | 12 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2008 | V.08, N.01 | 9 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2008 | V.08, N.02 | 8 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2009 | V.09, N.01 | 8 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2009 | V.09, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2010 | V.10, N.01 | 9 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2010 | V.10, N.02 | 10 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2011 | V.11, N.01 | 9 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2011 | V.11, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2012 | V.12, N.01 | 9 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2012 | V.12, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2013 | V.13, N.01 | 9 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2013 | V.13, N.02 | 8 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2014 | V.14, N.01 | 8 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2014 | V.14, N.02 | 10 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2015 | V.15, N.01 | 9 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2015 | V.15, N.02 | 16 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2016 | V.16, N.01 | 8 | 0 |
| Revista Libertas (UFJF) | 2016 | V.16, N.02 | 7 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2007 | V.25, N.01 | 8 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2007 | V.25, N.02 | 7 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2008 | V.26, N.01 | 9 | 0 |

| | | | | |
|------------------------------|------|-------------|----|---|
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2008 | V.26, N.02 | 6 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2009 | V.27, N.01 | 6 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2009 | V.27, N.02 | 7 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2010 | V.28, N.01 | 8 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2010 | V.28, N.02 | 12 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2011 | V.29, N.01 | 7 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2011 | V.29, N.02 | 8 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2012 | V.30, N.01 | 7 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2012 | V.30, N.02 | 5 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2012 | V.30, N.03 | 9 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2013 | V.31, N. 01 | 6 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2013 | V.31, N.02 | 7 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2013 | V.31, N.03 | 5 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2014 | V.32, N.01 | 8 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2014 | V.32, N.02 | 8 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2014 | V.32, N.03 | 8 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2015 | V.33, N.01 | 10 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2015 | V.33, N.02 | 6 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2015 | V.33, N.03 | 8 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2016 | V.34, N.01 | 7 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2016 | V.34, N.02 | 6 | 0 |
| Revista Perspectiva. (UFSC) | 2016 | V.35, N.01 | 5 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2007 | V.24, N.01 | 9 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2007 | V.24, N.02 | 8 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2008 | V.25, N.01 | 9 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2008 | V.25, N.02 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2009 | V.26, N.01 | 8 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2009 | V.26, N.02 | 8 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2010 | V.27, N.01 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2010 | V.27, N.02 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2011 | V.28, N.01 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2011 | V.28, N.02 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2012 | V.29, N.01 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2012 | V.29, N.02 | 13 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2013 | V.30, N.01 | 13 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2013 | V.30, N.02 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2013 | Ed. Espec. | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2014 | V.31, N.01 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2014 | V.31, N.02 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2015 | V.32, N.01 | 8 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2015 | V.32, N.02 | 8 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2015 | V.32, N.03 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2016 | V.33, N.01 | 9 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2016 | V.33, N.02 | 8 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudo da Pop. | 2016 | V.33, N.03 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2007 | V.88, N.218 | 9 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2007 | V.88, N.219 | 9 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2007 | V.88, N.220 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2008 | V.89, N.221 | 8 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2008 | V.89, N.222 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2008 | V.89, N.223 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2009 | V.90, N.224 | 12 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2009 | V.90, N.225 | 14 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2009 | V.90, N.226 | 9 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2010 | V.91, N.227 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2010 | V.91, N.228 | 9 | 1 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2010 | V.91, N.229 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2011 | V.92, N.230 | 10 | 0 |

| | | | | |
|-------------------------------------|-------------|--------------------|-----------|----------|
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2011 | V.92, N.231 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2011 | V.92, N.232 | 14 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2012 | V.93, N.233 | 13 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2012 | V.93, N.234 | 12 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2012 | V.93, N.235 | 16 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2013 | V.94, N.236 | 14 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2013 | V.94, N.237 | 13 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2013 | V.94, N.238 | 10 | 1 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2014 | V.95, N.239 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2014 | V.95, N.240 | 9 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2014 | V.95, N.241 | 12 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2015 | V.96, N.242 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2015 | V.96, N.243 | 13 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2015 | V.96, N.244 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2016 | V.97, N.245 | 10 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2016 | V.97, N.246 | 11 | 0 |
| Rev. Bras. de Estudos Pedag. | 2016 | V.97, N.247 | 10 | 0 |
| Rev. Soc. Bras. Econ. Polít. | 2013 | S/V, N. 34 | 6 | 0 |
| Rev. Soc. Bras. Econ. Polít. | 2013 | S/V, N. 35 | 8 | 0 |
| Rev. Soc. Bras. Econ. Polít. | 2013 | S/V, N. 36 | 6 | 0 |
| Rev. Soc. Bras. Econ. Polít. | 2014 | S/V, N. 37 | 6 | 0 |
| Rev. Soc. Bras. Econ. Polít. | 2014 | S/V, N. 38 | 5 | 0 |
| Rev. Soc. Bras. Econ. Polít. | 2014 | S/V, N. 39 | 6 | 0 |
| Rev. Soc. Bras. Econ. Polít. | 2015 | S/V, N. 40 | 6 | 0 |
| Rev. Soc. Bras. Econ. Polít. | 2015 | S/V, N. 41 | 6 | 0 |
| Rev. Soc. Bras. Econ. Polít. | 2015 | S/V, N. 42 | 6 | 0 |
| Rev. Soc. Bras. Econ. Polít. | 2016 | S/V, N. 43 | 6 | 0 |
| Rev. Soc. Bras. Econ. Polít. | 2016 | S/V, N. 44 | 6 | 0 |
| Rev. Soc. Bras. Econ. Polít. | 2016 | S/V, N. 45 | 6 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2007 | V.01, N.01 | 5 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2008 | V.02, N.01 | 8 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2008 | V.02, N.02 | 12 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2009 | V.03, N.01 | 5 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2009 | V.03, N.02 | 8 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2010 | V.04, N.01 | 7 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2010 | V.04, N.02 | 8 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2011 | V.05, N.01 | 8 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2011 | V.05, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2012 | V.06, N.01 | 11 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2012 | V.06, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2012 | V.06, N.03 | 8 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2013 | V.07, N.01 | 8 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2013 | V.07, N.02 | 7 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2013 | V.07, N.03 | 9 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2014 | V.08, N.01 | 9 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2014 | V.08, N.02 | 9 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2014 | V.08, N.03 | 9 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2015 | V.09, N.01 | 9 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2015 | V.09, N.02 | 8 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2015 | V.09, N.03 | 7 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2016 | V.10, N.01 | 8 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2016 | V.10, N.02 | 7 | 0 |
| Revista Debates (UFRGS) | 2016 | V.10, N.03 | 9 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2007 | V.09, N.01 | 7 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2007 | V.09, N.02 | 6 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2007 | V.09, N.03 | 7 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2008 | V.10, N.01 | 7 | 0 |

| | | | | |
|------------------------------------|-------------|-------------------|---------------|----------|
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2008 | V.10, N.02 | 6 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2008 | V.10, N.03 | 7 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2009 | V.11, N.01 | 7 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2009 | V.11, N.02 | 7 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2009 | V.11, N.03 | 6 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2010 | V.12, N.01 | 6 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2010 | V.12, N.02 | 6 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2010 | V.12, N.03 | 7 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2011 | V.13, N.01 | 6 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2011 | V.13, N.02 | 6 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2011 | V.13, N.03 | 6 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2012 | V.14, N.01 | 6 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2012 | V.14, N.02 | 10 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2012 | V.14, N.03 | 7 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2013 | V.15, N.01 | 7 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2013 | V.15, N.02 | 7 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2013 | V.15, N.03 | 7 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2014 | V.16, N.01 | 6 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2014 | V.16, N.02 | 7 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2014 | V.16, N.03 | 9 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2015 | V.17, N.01 | 10 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2015 | V.17, N.02 | 11 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2015 | V.17, N.03 | 9 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2016 | V.18, N.01 | 9 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2016 | V.18, N.02 | 9 | 0 |
| Rev. Fronteiras (UNISINOS) | 2016 | V.18, N.03 | 11 | 0 |
| Serv. Soc. em Revista. (UEL) | 2009 | V.12,N.01 | 10 | 0 |
| Serv. Soc. em Revista. (UEL) | 2010 | V.12,N.02 | 9 | 0 |
| Serv. Soc. em Revista. (UEL) | 2010 | V.13,N.01 | 9 | 0 |
| Serv. Soc. em Revista. (UEL) | 2011 | V.13,N.02 | 9 | 0 |
| Serv. Soc. em Revista. (UEL) | 2011 | V.14,N.01 | 10 | 0 |
| Serv. Soc. em Revista. (UEL) | 2012 | V.14, N.02 | 11 | 0 |
| Serv. Soc. em Revista. (UEL) | 2012 | V.15,N.01 | 9 | 0 |
| Serv. Soc. em Revista. (UEL) | 2013 | V.15, N.02 | 9 | 0 |
| Serv. Soc. em Revista. (UEL) | 2013 | V.16, N.01 | 11 | 0 |
| Serv. Soc. em Revista. (UEL) | 2014 | V.16, N.02 | 11 | 0 |
| Serv. Soc. em Revista (UEL) | 2014 | V.17, N.01 | 9 | 1 |
| Serv. Soc. em Revista. (UEL) | 2015 | V.17, N.02 | 10 | 0 |
| Serv. Soc. em Revista. (UEL) | 2015 | V.18, N.01 | 12 | 0 |
| Serv. Soc. em Revista. (UEL) | 2016 | V.18, N.02 | 11 | 0 |
| Serv. Soc. em Revista. (UEL) | 2016 | V.19, N.01 | 9 | 0 |
| TOTAL DE ARTIGOS | | | 12.112 | 5 |

Fonte: o próprio autor.

APÊNDICE B - CARTA DE APRESENTAÇÃO**Universidade Estadual de Maringá**

CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ-CRV

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Prezada Colaboradora

Venho apresentar a pesquisa da acadêmica Maria Julia Rodrigues de Oliveira, graduanda em Serviço Social na Universidade Estadual de Maringá- UEM, intitulada, “A evasão escolar a partir do Colégio Estadual Bento Mossurunga do município de Ivaiporã - PR”, sob minha orientação, visto que, para o desenvolvimento da mesma, sua participação é indispensável. Este estudo tem por objetivo conhecer os dados da evasão escolar do Colégio Estadual Bento Mossurunga. Para o desenvolvimento deste estudo, buscou-se um referencial teórico-metodológico que fundamentasse as análises empíricas da pesquisa o que levou a opção pela metodologia qualitativa. Para fins didáticos a presente pesquisa está dividida em duas fases, sendo a primeira, revisão de literatura especializada da área em nível geral, seguido pela pesquisa de campo, na qual, será realizada a aplicação da entrevista, por meio dos quais se poderão obter as devolutivas para a presente investigação e a sistematização e escrita do relatório final.

É oportuno destacar que uma vez aceitando participar dessa pesquisa o SEU NOME NÃO SERÁ IDENTIFICADO, pois, utilizaremos o termo “gestor pedagógico” para identifica-la, garantindo-se, portanto, o sigilo sobre sua identidade, todavia, vale-se destacar que como o nome da instituição não será preservado, há possibilidades de identificação, tendo em vista que a instituição possui duas pedagogas. Dúvidas e sugestões podem ser encaminhadas por meio do contato com a graduanda Maria Julia Rodrigues de Oliveira – oliveiramarajuliar@gmail.com (43) 99857-5475, ou com a sua orientadora: Lilian T. Candia de Oliveira – lilian.candia@hotmail.com (43) 98612543.

Att.

Prof^a. Lilian T. Candia de Oliveira.

Curso de Serviço Social-UEM/CRV

1. APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Estadual de Maringá

CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ-CRV
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Colaboradora:

Por meio deste instrumento você está sendo convidado a participar da pesquisa, conduzida por Maria Julia Rodrigues de Oliveira, graduanda em Serviço Social na Universidade Estadual de Maringá- UEM, intitulada, “A evasão escolar a partir do Colégio Estadual Bento Mossurunga do município de Ivaiporã - PR”.

Este estudo tem por objetivo conhecer os dados da evasão escolar do Colégio Estadual Bento Mossurunga. O desenvolvimento deste estudo divide-se em duas fases, sendo a primeira, revisão de literatura especializada da área em nível geral, seguidas pela revisão do contexto específico do surgimento da temática e pesquisa de campo, na qual será realizada a aplicação de entrevista, por meio dos quais se poderão obter as devolutivas significativas para a presente investigação e a sistematização e escrita do relatório final.

Ao final deste documento você deverá assinar, entregando uma via ao pesquisador e guardando outra com você. Sua participação não envolverá nenhuma despesa ou gratificação, em caso de recusa, não sofrerá nenhum transtorno ou penalidade, bem como poderá retirar seu consentimento em qualquer momento.

Caso a questão lhe traga algum constrangimento, você tem toda a liberdade para não responder, sem nenhuma penalidade por isso. Sua participação colaborará para ampliar estudos referentes à evasão escolar e o Serviço Social no âmbito da Educação.

A pesquisa somente se realizará perante o aceite do participante selecionado, legitimado pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, mantendo o sigilo de sua identidade, uma vez que SEU NOME NÃO SERÁ IDENTIFICADO, pois, utilizaremos o termo “gestor pedagógico” para identificá-la, todavia, vale-se destacar

que como o nome da instituição não será preservado, há possibilidades de identificação, tendo em vista que a instituição possui duas pedagogas. Em caso de qualquer dúvida, pode entrar em contato com a Orientadora Responsável, Prof. M. Lilian T Candia de Oliveira por meio do telefone (43) 9861-2543 ou pelo e-mail: lilian.candia@hotmail.com. E com a pesquisadora Maria Julia Rodrigues de Oliveira – oliveiramariajuliar@gmail.com (43) 99857-5475

Agradeço sua colaboração.

Ivaiporã/PR 29/08/2017

Assinatura do Participante

Pesquisador Responsável
Maria Julia Rodrigues de Oliveira

APÊNDICE D – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA**A EVASÃO ESCOLAR A PARTIR DA ESCOLA ESTADUAL BENTO
MOSSURUNGA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ – PR.****I . DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS DO ENTREVISTADO**

1. Sexo: () Feminino () Masculino
2. Etnia/ Cor: () Branca () Parda () Negra () Amarela
3. Idade: () 20 – 29 anos () 30 – 39 anos () 40 – 49 anos () 50 -59 anos () 60 anos ou mais
4. Estado civil: () Solteiro () Casado () Divorciado () Viúvo () União Estável
5. Formação Profissional: _____
6. Ano do término da graduação: _____
7. Instituição de formação: _____
8. Curso de pós-graduação: () Sim () Não
9. Em caso de pós-graduação, o nível de formação corresponde à: () Especialização () Mestrado () Doutorado
10. Área de formação: especialização/ mestrado/ doutorado em: _____
11. Função exercida na instituição: _____
12. Forma de ingresso na instituição: () Concurso Público () Indicação () Contrato Temporário () Voluntário () Outra: _____
13. Condição de trabalho na instituição: () Satisfatória () Pouco Satisfatória () Não Satisfatória
14. Vínculo empregatício: () Fixo () Temporário
15. Carga horária semanal na instituição: _____

OBSERVAÇÕES:

II. ROTEIRO DE QUESTÕES

EIXO 1: A evasão escolar na instituição

1. Quais as possíveis motivações que levam os alunos abandonarem as salas de aula?
2. Existem programas institucionais ou do âmbito estadual para o enfrentamento à evasão escolar? Se sim, quais?
3. Existe algum trabalho de acompanhamento dos estudantes em situação de abandono escolar?

EIXO 2: Os Estudantes da instituição

4. Quais as especificidades da instituição e de seus alunos? Como elas refletem na permanência escolar dos estudantes?
5. Existe um perfil de alunos em situação de evasão escolar?

EIXO 3: Limites, avanços e possibilidades

6. Em sua opinião, existem possibilidades de intervenção dos profissionais de ensino e equipe pedagógica na prevenção e enfrentamento à evasão escolar?
7. Em sua opinião, existem limites para a efetivação do trabalho de prevenção e enfrentamento à evasão escolar?

EIXO 4: A intersetorialidade no enfrentamento da evasão escolar

8. Na sua percepção, existe articulação da Política de Educação com as demais Políticas Públicas, principalmente no que diz respeito ao enfrentamento do abandono escolar?

EIXO 5: O Serviço Social na Educação

9. Qual a sua percepção sobre a inserção do Serviço Social nas instituições escolares e a relação deste na intervenção junto à evasão escolar?